

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO - PPGDS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

FÁBIO VISINTIN

**COOPERATIVISMO À LUZ DA GESTÃO SOCIAL
DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

Coorientador: Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira

**CRICIÚMA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

V831c Visintin, Fábio.

Cooperativismo a luz da gestão social democrática : um estudo de caso na COOPERJA / Fábio Visintin ; orientador : Dimas de Oliveira Estevam ; coorientador : Reginaldo de Souza Vieira. – Criciúma, SC : Ed. do Autor, 2016.

140 p. : il. ; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2016.

1. Cooperativismo. 2. Cooperativas agrícolas. 3. Gestão social democrática. 4. Desenvolvimento socioeconômico. 5. Cooperativa Agroindustrial COOPERJA. I. Título.

CDD 22. ed. 334.683

FÁBIO VISINTIN

**COOPERATIVISMO À LUZ DA GESTÃO SOCIAL
DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERJA**

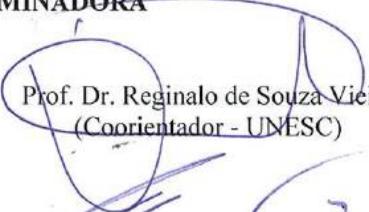
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 15 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Dimas de Oliveira
Estevam
(Orientador - UNESC)



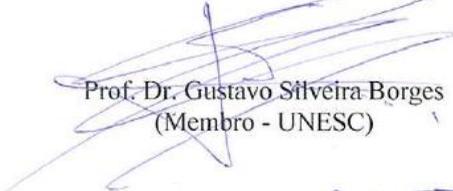
Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira
(Coorientador - UNESC)



Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer
(Membro - UNILASALLE)

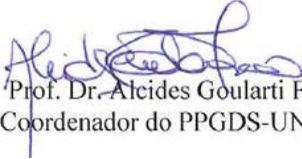


Prof. Dr. Miguelangelo Gianezini
(Membro - UNESC)



Prof. Dr. Gustavo Silveira Borges
(Membro - UNESC)

Fábio Visintin
Fábio Visintin
Mestrando



Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
Coordenador do PPGDS-UNESC

Dedico este trabalho aos meus Pais Joaquim e Teresinha, e à minha Esposa Mirelli. Sem o apoio, amor e dedicação de vocês, nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo privilégio de existir e com isso poder desfrutar da vida e da realização dos meus sonhos.

Agradeço também aos meus Pais Joaquim e Teresinha, pois sem eles jamais conseguiria chegar aonde cheguei. Ao meu Pai, pelo exemplo de vida que este me repassa, pela luta e renúncias que fez e ainda faz para que possamos ter uma vida mais digna e à minha Mãe pelas renúncias que fez e faz, mas também pelo amor incondicional.

À minha Esposa Mirelli Ávila Elias Visintin, por acreditar e apoiar meus sonhos.

Às minhas Irmãs Sandra Regina, Adriana e Vera Lúcia, pelos cuidados e pela força que prestaram para que eu pudesse vencer inúmeras barreiras.

Aos meus Sobrinhos Maria Eduarda, Ana Carolina, João Vitor, Luis Felipe e Alice: os momentos que passamos juntos me fazem ter certeza que teremos uma nova geração que pode mudar o mundo.

Aos meus avós Afonso (in memorian), Santina (in memorian), Francisco (in memorian), e Rosa (in memorian), pelos cuidados, carinho e incentivos recebidos.

Ao meu sogro Claudio Luiz Elias e minha sogra Maria Aparecida Américo de Avila Elias, a quem considero minha segunda família.

Aos meus Sócios Guilherme Bardini Fascin, Samuel Brulezi Furlanetto e Tiago Burigo e à Equipe do escritório Visintin & Fascin, Camila Schotten, Eliandra Cesário da Rosa, Gabriela de Souza Tomasi, Rafaela de Jesus Colares e Fabiola de Oliveira, pelo contato diário e os momentos de descontração que tornam mais leve a pesada rotina da advocacia.

Ao meu Professor-orientador Doutor Dimas de Oliveira Estevam, pela simplicidade, paciência e conhecimento.

Ao meu Professor coorientador Doutor Reginaldo de Souza Vieira, pelo conhecimento, humildade e pela confiança em meu trabalho, desde a graduação.

Ao PPGDS da UNESC, pelo apoio e suporte para a realização deste trabalho.

A todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste sonho.

O objetivo primordial e necessário de toda a existência deve ser a felicidade, mas a felicidade não pode ser obtida individualmente; é inútil se esperar pela felicidade isolada; todos devem compartilhar dela, ou então a maioria nunca será capaz de gozá-la.

Robert Owen

RESUMO

A presente pesquisa trata o paradigma do Cooperativismo à luz da Gestão Social Democrática, tendo como plano de fundo o estudo de caso na Cooperativa Agroindustrial COOPERJA. O Cooperativismo surgiu como um movimento social e econômico alternativo às desigualdades sociais provocadas pelo sistema capitalista e ao individualismo. Os principais precursores do pensamento cooperativo foram citados com o intuito de entender quais os ideais que estes propunham e quais os princípios norteadores do cooperativismo. Tendo este embasamento teórico, foi possível traçar um panorama histórico de como este movimento espalhou-se pelo Brasil, bem como a sua ampliação com a participação política e o seu papel no processo de desenvolvimento socioeconômico e da Cidadania. Fez-se necessário um estudo sobre o ordenamento jurídico que rege as Cooperativas com o intuito de entender os trâmites legais e a previsão constitucional destas organizações. Constatou-se que a participação dos associados assume um papel fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade cooperativista mais justa e que a cidadania participativa no cooperativismo carrega consigo a descentralização, o respeito à comunidade e o desenvolvimento socioeconômico. Todos estes pontos norteados com justiça social, igualdade de oportunidades, alternativas no campo produtivo e melhoria da qualidade de vida. Cabe salientar que estes fatores não seriam possíveis se a democracia não se fizesse presente nestas relações e em prol de um objetivo comum: uma evolução socioeconômica conduzida pelos princípios da solidariedade e do apoio mútuo, visando o desenvolvimento sócio econômico. Para fins de realização desta pesquisa, houve a análise na Cooperativa Agroindustrial Cooperja, com o objetivo de verificar se há conservação dos valores sociais cooperativistas, tendo como foco a gestão social democrática. Os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho foi o bibliográfico, por meio de fontes secundárias, entre as quais se destacam: livros, artigos científicos, atas, imagens e entre outros. Ao final da pesquisa restou comprovado que a Gestão Social Democrática é aplicada na Cooperativa por meio de diversos canais de interação entre a cooperativa e o cooperado.

Palavras-chave: Cooperativismo. Gestão Social Democrática. Desenvolvimento Socioeconômico. Cooperja.

ABSTRACT

This research is the paradigm of the Cooperative in light at the Social Democratic management, with the background of the case study in Agroindustrial Cooperativa COOPERJA. The Cooperative has emerged as an alternative social and economic movement to social inequalities caused by the capitalist system and individualism. The main precursors of the cooperative thought were cited in order to understand what the ideals that they proposed and what the guiding principles of cooperativism. Having this theoretical basis, it was possible to trace a historical overview of how this movement spread throughout Brazil, as well as its expansion with political participation and their role in the socioeconomic development process and Citizenship. a study of the legal system was necessary governing cooperatives in order to understand the legal procedures and the constitutional provision of these organizations. It was found that the participation of the members plays a fundamental role in the development of a more just society cooperative and participatory citizenship in cooperative carries decentralization, respect for the community and socioeconomic development. All these points guided by social justice, equal opportunities, alternatives in the production field and improving the quality of life. It should be noted that these factors would not be possible if democracy did not present these relations and towards a common goal: a socio-economic development driven by the principles of solidarity and mutual support, aimed at socio economic development. For purposes of this research, there was the analysis of Cooperativa Agroindustrial Cooperja, in order to check for conservation of cooperative social values, focusing on democratic social management. The methodological procedures adopted in this work was the literature, through secondary sources, among which are: books, papers, minutes, images and others. At the end of the survey remains proved that the Social Democratic Management is applied to the Cooperative through various channels of interaction between the cooperative and the cooperative.

Keywords: Cooperative. Social Democratic Management. Socioeconomic Development. Cooperja.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01 - Organograma Organizacional da Cooperja	79
Figura 02 - Alguns dos pioneiros da Cooperja em viagem para conhecer outras Cooperativas, acompanhados do engenheiro Agrônomo Joaquim Pedro Coelho, em 1969	86
Figura 03 - Primeiro pavilhão da Cooperja construído em 1970	86
Figura 04 - Prejuízos causados com vendaval em 09/12/1974	90
Figura 05 - Prejuízos causados com vendaval em 09/12/1974.....	91
Figura 06 - Pavilhão alguns anos após a reconstrução do vendaval em 09/12/1974.....	98
Figura 07 - Vista panorâmica da Unidade da Cooperja de Jacinto Machado/SC.....	113
Figura 08 - Vista panorâmica da Unidade da Cooperja de Santo Antônio da Patrulha/RS	113
Figura 09 - Sede da Cooperja - Conselho de Administração	115
Figura 10 - Campo Demonstrativo Cooperja	119
Figura 11 - Supermercado Cooperja de Praia Grande/SC	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Assembleias Gerais Ordinárias (1969-1983).....	96
Gráfico 2 - Assembleias Gerais Extraordinárias (1969-1983)	97
Gráfico 3 - Assembleias Gerais Ordinárias (1984-1990).....	105
Gráfico 4 - Assembleias Gerais Extraordinárias (1984-1990)	106
Gráfico 5 - Assembleias Gerais Ordinárias (1991-2002).....	111
Gráfico 6 - Assembleias Gerais Extraordinárias (1991-2002)	112
Gráfico 7 - Assembleias Gerais Ordinárias (2003-2016).....	125
Gráfico 8 - Assembleias Gerais Extraordinárias (2003-2015)	126
Gráfico 9 - Participação nas Assembleias Gerais Ordinárias (1970-2016)	130
Gráfico 10 - Participação nas Assembleias Gerais Extraordinárias (1969- 2015)	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
ART.	Artigo
CDC	Campo Demonstrativo Cooperja
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CREDIJA	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Litorânea
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FECOAGRO	Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
PIS	Programa Integração Social
SAP	Santo Antônio da Patrulha
TRR	Transportador Revendedor Retalhista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
2. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO	29
2.1. O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO	29
2.1.1. Precursores do Pensamento Cooperativo	32
2.2. CONCEITOS E PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	34
2.3. COOPERATIVISMO NO BRASIL E SEU ORDENAMENTO JURÍDICO.....	43
2.3.1. Evolução Histórica do Cooperativismo no Brasil	43
2.3.2. Previsão Constitucional das Sociedades Cooperativas	45
2.3.3. Legislação Infraconstitucional e Cooperativismo	48
2.3.3.1. Lei nº. 5.764/71 - Lei do Cooperativismo	48
2.3.3.2. O Código Civil, o Código Tributário e as Sociedades Cooperativistas	49
3. GESTÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA NO COOPERATIVISMO	51
3.1. CONCEITO E OBJETIVO DA GESTÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA	51
3.1.1. Conceito de Cidadania e Democracia	51
3.2. GESTÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA	59
3.3. GESTÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA NA COOPERJA.....	71
3.3.1. Contexto Regional e o Histórico da Cooperativa Agroindustrial Cooperja	71
3.3.2. Estatuto Social da Cooperja	75
4. REFLEXOS DA APLICAÇÃO DA GESTÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA NA COOPERJA	83
4.1. FUNDAÇÃO E EVOLUÇÃO DA COOPERJA	85
4.1.1. Fundação da Cooperja e os Desafios dos Fundadores - 1969 a 1983	85
4.1.2. Esforços Para Reestruturação da Cooperja – 1984 a 1990	97
4.1.3. Período de Consolidação – 1991 a 2002	106
4.1.4. A Fase Expansionista da Cooperja – 2003 a 2015	112
4.1.5. Considerações Finais do Capítulo	126
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	136

1. INTRODUÇÃO

O modelo de cooperativismo, conhecido atualmente, é um movimento social que surgiu na Europa no Século XVIII, momento histórico em que o conflito entre capital e o trabalho atingiu seu ápice, e fez com que alguns trabalhadores industriais viessem a propor um ideal alternativo ao individualismo (o cooperativismo) e uma organização alternativa à empresa capitalista (a cooperativa).

Singer (2002) explica que no início as cooperativas surgiam de greves e grupos de sindicalistas, que não buscavam apenas melhorar a situação dos assalariados, mas eliminar o assalariamento substituindo-o pela autogestão das cooperativas.

Desde então, as cooperativas evoluíram gradativamente, pautadas nos princípios dos pioneiros de Rochdale, tecelões que sob os efeitos prejudiciais da Revolução Industrial reuniram-se em 1843, tendo como objetivo sugerir propostas como: a emigração, abstinência de bebidas alcoólicas e a fundação de um armazém cooperativo (BECHO, 2008), abarcando ao cooperativismo o meio pelo qual as pessoas se unem por objetivos específicos, através de um acordo de cooperação mútua.

Assim, segundo ACI (1996) é possível afirmar que as cooperativas representam associações autônomas onde as pessoas se unem, de forma voluntária, para suprir aspirações, necessidades econômicas, sociais e culturais, através de uma organização coletiva e democrática.

Para Presno Amodeo (1999) as cooperativas são organizações bastante específicas, em que gestão social e gestão organizacional devem estar alinhadas e articuladas para alcançar êxito. Ou seja, não há sucesso e crescimento em uma cooperativa que não possua essas gestões em sintonia.

Benecke (1980) completa o pensamento destacando que mesmo possuindo qualidades individualizadas das demais empresas pertencentes ao mercado capitalista, devem ser geridas de acordo com as regras desse sistema, ou seja, devem estar em sintonia com o sistema econômico vigente. Assim, é possível visualizar as cooperativas sob dois prismas: a de natureza associativa, visto que a participação e inclusão política dos associados na gestão são de suma importância e, também natureza econômica.

Contudo, se faz necessário também atividades de comunicação e educação direcionadas aos associados, que reforcem o quão essencial é a participação e o comprometimento destes na prática administrativa de uma cooperativa, e que vão muito além das assembleias gerais

obrigatórias.

Valadares (1995, p.18) acredita que a natureza social das cooperativas se “afirma na medida em que busca superar a dominação mediante a geração de uma capacidade de resposta coletiva embasada na canalização da participação de seus membros associados”. Ou seja, para enraizar este espírito democrático e participativo, é preciso exercer atividades que tenham como objetivo aumentar o relacionamento com o cooperado.

A gestão social deve complementar a gestão econômica e não serem tratadas de forma individualizada, uma vez que adotando a postura integrante alcançar-se-ia “[...] um maior sentimento de pertencimento, de identidade dos associados com a cooperativa da qual fazem parte, alçando, desta forma, aumento da fidelidade e confiança dos cooperados para com a cooperativa” (FERREIRA, 2005, p. 4).

Porém, é notável que as cooperativas vêm passando por grandes transformações em sua conjuntura social que exigem mudanças profundas para sobreviverem em um mundo globalizado, uma vez que no atual contexto capitalista surgem facetas de não cooperação, competitividade e centralização do poder. Tal plano de fundo naturaliza uma postura mais egocêntrica dos indivíduos ao invés de posicionamentos de cooperação, inclusive dentro das cooperativas. Assim, cada cooperado visa prioritariamente a benefícios individuais e não coletivos, o que acaba fulminando com o propósito dos idealizadores de Rochdale.

Tais modificações e suas consequências são estudadas nesta pesquisa, onde se analisou a Cooperativa Agroindustrial Cooperja sob o enfoque da gestão social democrática.

Além disso, o sistema econômico atual tem um papel importante nas mudanças e inovações vividas pela humanidade nas últimas décadas. Verifica-se, atualmente, um período de revolução no meio científico e tecnológico, assim todas essas transformações surgem em uma velocidade constante e crescente. Tal sistema, na medida em que traz benefícios também apresenta suas contradições, como uma crise econômica que acelera o processo de centralização do capital, realidade que pode ser observada nas frequentes fusões de empresas e corporações.

Neste viés, o setor financeiro está adquirindo autonomia nas decisões e um maior controle sobre o setor produtivo. Em contrapartida, esse processo é liderado por multinacionais que visam expandir sua produção e diminuir despesas acarretando uma crescente exploração dos trabalhadores.

Dentro desta perspectiva, observa-se como problemática a conclusão trazida por Sandra Mayrink Veiga (2002), que traça o panorama atual e evolutivo do cooperativismo no Brasil, ressaltando que esse enorme desenvolvimento pode ter transformado as cooperativas em grandes empresas estritamente capitalistas, as quais estão desvinculadas dos princípios norteadores do cooperativismo. Todavia, com o presente estudo de caso analisou-se a Cooperativa Agroindustrial Cooperja, a fim de verificar se há permanência dos valores sociais cooperativistas, tendo como foco a gestão social democrática.

Dessa forma, é válida a premissa de que a era globalizada permitiu avanços, mas em compensação também gerou consequências econômicas e sociais negativas, entre elas concentração de riqueza, desemprego, desequilíbrio ambiental, monopólios, entre outros.

Entende-se que a pesquisa sobre a temática proposta está vinculada a linha de pesquisa desenvolvimento e gestão social do PPGDS, contribuirá para a percepção do papel das cooperativas na sociedade atual, bem como os fatores que determinam sua atuação e existência, já que dentre as peculiaridades das cooperativas a principal delas, na sua essência, é defender princípios não individualistas, uma vez que os fundamentos do movimento cooperativista estão pautados nos valores sociais acima dos econômicos, por não visarem o lucro.

Sabendo que as cooperativas, como a Cooperja, lutam contra os princípios do capitalismo desenfreado, pautado no lucro pelo lucro, possuindo seu caráter próprio em prol das famílias que vivem na agricultura sob o regime de economia familiar, é de suma importância dissecar se a organização das cooperativas é impulsionada por uma Gestão Social Democrática.

Entende-se por gestão social democrática o controle democrático dos sócios, a participação destes nas tomadas de decisões administrativas que determinam a produção, a comercialização ou a prestação dos serviços na cooperativa e para terceiros, ao passo que cada sócio possui direito de voto independente do número de quotas, sendo que por outro lado as maiorias decidem.

Dentro da temática suscitada, surgem alguns questionamentos que merecem ser trabalhados: O princípio cooperativo da Gestão Social Democrática é praticado na Cooperativa Agroindustrial Cooperja? Em caso afirmativo, existe um modelo de Gestão Social Democrática adotado na Cooperja? Atualmente, há na Cooperja a preocupação com a formação de associados à luz dos princípios da Gestão Social Democrática?

O objetivo deste trabalho é analisar o cooperativismo à luz da

gestão social democrática: estudo do caso na Cooperativa Agroindustrial Cooperja. Como ramificação deste objetivo realizar-se-á um estudo sobre as sociedades cooperativistas, a fim de entender seu conceito, objetivo, evolução histórica, seus princípios institucionais e suas peculiaridades. Analisar-se-á a Gestão Social Democrática no Cooperativismo atual. Avaliar-se-á a Gestão Social Democrática na Cooperja.

O procedimento metodológico desta pesquisa é bibliográfico, dando enfoque aos temas Cooperativismo e Gestão Social Democrática. Para Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), tal forma de pesquisa “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. Ou seja, é desenvolvida tendo base em materiais publicados em livros, dissertações, artigos, teses, atas, estatuto social e entre outros.

Para adentrar na temática proposta, é de fundamental relevância buscar uma análise bibliográfica e documental, sobre o surgimento do cooperativismo, seu conceito e peculiaridades, verificando a importância das cooperativas para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas, ainda, estudar a trajetória histórica da sociedade cooperativista, demonstrando a evolução e sua natureza jurídica no Brasil, analisando seus princípios e normas, sua constituição e funcionamento.

As respostas para as questões levantadas foram buscadas através de pesquisa qualitativa, que se caracteriza basicamente pelo simples fato de utilizar-se de material empírico qualitativo, diferenciando-se da pesquisa quantitativa, pois esta focaliza seu estudo sob a forma de números, sendo assim o inverso da que irá se proceder neste trabalho a fim de atingir o objetivo proposto (POUPART, 2008).

Nesta perspectiva, a problemática fora analisada, trazendo à luz respostas decorrentes da observação do fenômeno. Para tanto, salienta-se que a pesquisa foi documental, uma vez que o estudo utilizou-se de bases documentais. Esta análise está contida nas pesquisas de arquivo, que podem ser registros estatísticos, documentos escritos, comunicação de massa, imagens, entre outros.

Um dos métodos utilizados foi do estudo de caso, pois trata-se de uma metodologia de investigação adequada para entender, pesquisar e descrever acontecimentos. Para Yin (1994) estudo de caso pode ser definido com base nas características do fenômeno em estudo e com base num conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos.

O estudo de caso foi concluído por meio da obtenção das

informações de fontes secundárias junto a Cooperja, entre as quais: atas, documentos internos da cooperativa, publicações em periódicos, imagens, estatutos, atas e outros.

2. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO

2.1 O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO

Os primeiros passos para a proposta cooperativista, segundo Rech (2000), aconteceram nos grêmios do antigo Egito, que reuniam agricultores escravos incentivados pelo estado; nas orglonas e tiasas na Grécia, formadas por cidadãos livres e escravos para a garantia de funerais; nos colégios romanos, formados por carpinteiros e serralheiros, nas solidalistas dos romanos, também para a garantia de enterros; e nas ágapes dos primeiros cristãos, que tinham como objetivo atender as necessidades de consumo dos seus integrantes.

O autor destaca ainda que na América, os Incas e os Astecas também tinham formas expressivas de cooperação no trabalho e na vida. Porém, o modelo atual cooperativista só viria a surgir mais tarde.

De acordo com os entendimentos de Pinho (1966), o cooperativismo moderno é um movimento social brotado por um determinado período do capitalismo, mais precisamente no final do século XVIII e início do século XIX. Naquela época, o conflito entre capital e trabalho atingiu o seu auge, e as péssimas condições de vida da classe trabalhadora incentivaram trabalhadores da Inglaterra, que participavam da corrente do socialismo utópico, a propor um ideal alternativo ao individualismo (o cooperativismo) e uma organização alternativa à empresa capitalista (a cooperativa).

Desta forma, diante de um contexto no qual existiam altos preços dos bens de primeira necessidade, foi criada em 1760 a mais antiga cooperativa com existência documental. Como explicam Veiga e Fonseca (2002), empregados de estaleiros na Inglaterra fundaram moinhos de cereais cooperativistas para não pagar altos preços cobrados por moleiros que formavam um monopólio local. Já a cooperativa de consumo mais antiga, de acordo com os autores, foi a dos tecelões de Fenwick, fundada em 1769.

Porém, considerando as muitas tentativas, a experiência cooperativa mais exitosa até então, só surgiria mais tarde, com a Cooperativa de consumo dos “Pobros Pioneiros de Rochdale”. Segundo Becho (2008), em busca de encontrar meios alternativos de sobrevivência, diante de sua difícil realidade e de um cotidiano miserável, sob os efeitos prejudiciais que a Revolução Industrial vinha causando em suas vidas, 28 tecelões da cidade de Rochdale reuniram-se em 1843, tendo por intento sugerir em reunião algumas propostas, como: a emigração, abstinência de bebidas alcoólicas e a fundação de

um armazém cooperativo.

Pinho (2004) relata que essa sociedade cresceu mais que rapidamente. Em 1845 eram 80 associados, já em 1851 contava com 630 associados. Em 1857 atingiu 1850, e depois de dez anos atingiu um número de 5.300 associados. Conforme Silva Filho (2001), o sucesso de Rochdale inspirou o movimento cooperativista pelo mundo, de tal modo que os valores e os princípios elaborados pelos “Probos Pioneiros” são, até hoje, adotados pelos movimentos cooperativistas, considerando pequenas alterações, são eles:

Escolha da direção da sociedade mediante eleições em assembleias gerais; - livre adesão e desligamento dos sócios; - cada associado tem um voto independentemente do capital que tenha investido; - pagamento de juros limitados ao capital; - distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração; - quotas de reserva para aumento de capital destinadas à extensão das operações e à porcentagem para a educação; - as vendas deveriam ser efetuadas a dinheiro, isto é, à vista, para que os associados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias; - a sociedade só venderia produtos puros e de boa qualidade (esta regra trouxe enormes benefícios para a cooperativa, pois, na época, a adulteração dos produtos era muito comum); - neutralidade política e religiosa (esta regra tem relação direta com a de livre adesão e desligamento dos sócios, pois se a cooperativa assumisse caráter político ou religioso ela excluiria implicitamente os que pensassem de outro modo). (VEIGA e FONSECA, 2002, p. 21).

Nesse contexto, Perius (2001) afirma que o sistema cooperativista surge das entranhas do povo, fruto das grandes crises e da premente necessidade dos trabalhadores, tornando-se uma força viva que busca beneficiar toda a coletividade.

Portanto, percebe-se já nestes períodos que há vestígios de características presentes no cooperativismo, todavia foi somente no século XIX, que as cooperativas se consolidaram no modelo atual. Schneider (1982) destaca que o cooperativismo surgiu como um sistema

formal e simples baseado nos princípios de ajuda mútua e do controle democrático, onde os associados seriam simultaneamente proprietários e usuários.

Nas palavras de Bulgarelli (2000), pode-se definir cooperativa como sendo um conjunto de pessoas independentes que se associam de forma voluntária, objetivando satisfazer suas necessidades e anseios, sejam elas de ordem econômica, social, cultural, através de uma entidade de propriedade comum e gerida de forma democrática. Entidade essa, que teve seu ideal disseminado por todo o mundo e em praticamente todos os setores da economia, “sendo aceito e reconhecido em todos os países como a fórmula mais adequada, participativa, justa, democrática e indicada para atender as necessidades e interesses específicos da população” (CARVALHO, 2011, p. 24).

Conforme Silva Filho (2001), o sucesso de Rochdale inspirou o movimento cooperativista pelo mundo, de tal modo que os valores (solidariedade, igualdade, fraternidade, democracia, equidade, responsabilidade social, transparência) e os princípios (adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas, preocupação com a comunidade) elaborados pelos “Probos Pioneiros” são, até hoje, adotados pelos movimentos cooperativistas, considerando pequenas alterações.

Em constante crescimento e evolução o movimento cooperativista prosperou em todas as suas bases. Desta forma, os trabalhadores não satisfeitos em apenas constituí-la, estavam também preocupados em estabelecer toda a base de ideias e regras gerais sobre a atuação e seu funcionamento, ao passo que a cooperativa surge como uma alternativa de organização popular, a fim de renovar e resgatar a fraternidade e a vida no ambiente de trabalho. (RECH, 2000).

Conclui-se que com o surgimento da Revolução Industrial na Europa Ocidental no início do século XIX há o desencadeamento do pensamento cooperativo moderno. De acordo com Veiga e Fonseca (2001), a partir da contribuição de inúmeros pensadores da época, formou-se a filosofia que embasa o cooperativismo em todo o mundo, sendo realizado o estudo dos precursores a seguir.

2.1.1 Precusores do Pensamento Cooperativo

O pensamento cooperativo teve seu surgimento na Europa Ocidental, no início do século XIX, com o advento da Revolução Industrial. Veiga e Fonseca (2001, p. 22) relatam que “as consequências econômicas e sociais da Revolução Industrial deram origem a um rico movimento de ideias nos países europeus que se encontravam em plena via de industrialização”.

Os principais precusores filosóficos do movimento cooperativista são: “Plockoy, Robert Owen, Willian King, Lánge, Charles Fourier, Philippe Buchez e Louis Blanc”. (VEIGA e FONSECA, 2001, p. 23). Neste estudo será dado destaque aos idealizadores: Robert Owen, William King, Charles Fourier e Charles Gide.

Segundo Cruz (2000), Roberto Owen (1771-1858) foi o protagonista do socialismo utópico inglês; industrial e filantropo. Considerado o pai do cooperativismo inglês, Owen era agnóstico e de moral laical, negava o livre arbítrio, e acreditava que as condições de vida das classes menos favorecidas poderiam ser melhoradas com a aplicação dos princípios da ciência da moral.

O autor afirma ainda que Owen acreditava que o egoísmo humano residia na existência da propriedade privada e, por isso, propôs que os trabalhadores fossem agrupados em cooperativas.

Cruz (2000) explica que Owen implantou em sua empresa suas teses, reduzindo a jornada de trabalho dos operários, aumentando os salários e proibindo o trabalho de crianças menores de 10 anos de idade, o que era normal na época. Ele ainda construiu escolas gratuitas para os filhos de seus operários, amparou a velhice e deu início as práticas previdenciárias que não existiam até então.

De acordo com Singer (2002) Owen se tornou objeto de admiração e respeito, já que com o tratamento generoso que dava aos seus operários conseguiu alcançar maior produtividade e melhores resultados. Pessoas do mundo inteiro visitavam sua indústria para saber como o dinheiro gasto no bem-estar dos operários era recuperado em forma de lucro.

Vale citar que na segunda metade do século XIX, depois do governo britânico negar a implantação de um de seus planos, Owen partiu para os Estados Unidos “[...] com a intenção de erguer num meio social mais novo, e por isso menos deteriorado, uma Aldeia Cooperativa que seria um modelo da sociedade do futuro, a ser imitado por pessoas de boa vontade mundo afora” (SINGER, 2002, p. 26).

Singer (2002) explica que a Aldeia Cooperativa de Owen foi implantada em 1825, em New Harmony, no estado de Indiana, mas sofreu várias cisões, que fizeram com que ele retornasse à Inglaterra em 1829. Porém, seus discípulos continuaram a pôr em prática suas ideias, criando sociedades cooperativas em várias partes.

Por sua vez, William King (1786-1865), médico de grande sensibilidade social e que foi um dos principais discípulos de Robert Owen, viu na cooperação a maneira de eliminar os males da sociedade moderna e criar melhores formas de vida. Cruz (2000) afirma que ele foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento do cooperativismo de consumo inglês.

Veiga e Fonseca (2001) relatam que King desenvolveu sua teoria de cooperação a partir de 1828, através de uma revista mensal que ganhou milhares de adeptos entre os trabalhadores da Grã-Bretanha. Segundo a teoria dele, cada associado deveria colaborar levando uma quantidade de produtos por semana e, com o valor arrecadado, abria-se uma tenda. Os lucros formavam um fundo comum, para a compra de terras ou casas.

Nascido em Marselha, Charles Fourier (1772-1837) é outro pensador da época que contribuiu para a formação da filosofia do cooperativismo. Seus pensamentos colaboraram para a concepção de diversas cooperativas em toda a Europa, em especial na França, e dentre elas as cooperativas integrais de produção e os “kibutzim” em Israel.

De acordo com Veiga e Fonseca (2001), Fourier defendia que o homem devia descobrir e viver de acordo com leis morais e intelectuais, das quais dependia a ordem social. Ele argumentava ainda que a organização da sociedade deveria dar liberdade às paixões e desejos dos homens que, se desenvolvidas sob condições apropriadas, iriam levar a uma sociedade perfeita. Sociedade na qual a indústria deveria ser conduzida pelo Falanstério.

Cruz (2000) exemplifica o Falanstério como uma associação de trabalho e de vida, constituída por pessoas agrupadas em pequenas comunidades, reunidas de acordo com suas especialidades produtivas, visando o bem comum.

Para o autor, “ainda hoje, nos Estados Unidos, através do trabalho de um dos seus discípulos, Victor Considerant, o ideário do Falanstério é fonte permanente de consulta para organização de comunidades cooperativas” (CRUZ, 2000, p. 29-30)

Por fim e não menos importante, o advogado, filósofo e professor de Economia Política, nascido no interior da França, Charles Gide (1874 – 1932) defendia a ideia de substituir o sistema capitalista por um

modelo de república cooperativa. Veiga e Fonseca (2001) explicam que a proposta de Gide era de que os setores da economia se organizassem em um sistema cooperativista onde o consumidor fosse soberano e as relações de mercado beneficiassem a todos.

Cruz (2000) relata que Gide considerava o cooperativismo como algo superior a qualquer outro sistema econômico, visto que apresentava doze virtudes próprias, entre elas viver melhor através da ajuda mútua; instruir e incentivar a participação das mulheres; educar o povo para a autogestão econômica e política; substituir a propriedade privada pela “propriedade coletiva”; e valorizar a satisfação das necessidades do homem e não a obtenção de lucros.

Com base nestas iniciativas os trabalhadores, não satisfeitos em apenas constituir essa chamada sociedade ideal, onde as classes buscassem interesses comuns, abdicando da busca incessante pelo lucro e, conseqüentemente, vivessem em harmonia, estavam também preocupados em estabelecer toda a base de ideias e regras gerais sobre a atuação e funcionamento do cooperativismo.

Com essas experiências baseadas nos ideais dos pensadores e precursores do movimento cooperativista, foi possível aprimorar e constituir a cooperativa dos “Probos Pioneiros de Rochdale”. Referida sociedade restou pautada em princípios basilares bem como fora possível realizar um conceito sobre o que era a cooperativa, e que serão objetos de análise conforme veremos a seguir.

2.2 CONCEITOS E PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Robert Owen tinha o entendimento de que o cooperativismo é o caminho para uma nova ordem econômica e social. Ele interpretava o cooperativismo como o início de uma nova sociedade, na qual “[...] as pessoas poderiam trabalhar conjuntamente, libertando-se do jugo do capital e suprimindo interesses pessoais e coletivos” (RECH, 2000, p. 10). Portanto o cooperativismo surgia como uma alternativa para a superação dos males do capitalismo.

Diante desse patamar, enfrentando diversos problemas, Bulgarelli (2000) relata que o cooperativismo surge como um movimento social e econômico, entre pessoas que têm um objetivo comum: promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de todos os envolvidos. Tem por base os fundamentos da participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Com isso formaram-se instituições concretas com elevado teor moral, sendo difundido por vários países.

Sendo assim, “a ideia do cooperativismo veio da constatação de que a cooperação - fazer coisas junto com outras pessoas – era a melhor maneira para encontrar as soluções que interessavam a determinado grupo de indivíduos” (RICCIARDI e LEMOS, 2000, p.58).

Veiga e Fonseca (2001) afirmam com propriedade que o cooperativismo é uma filosofia do homem na sociedade em que vive, filosofia que tem como objetivo o aprimoramento social, econômico e cultural do ser humano, preocupando-se com a construção de uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável. Para os autores, o cooperativismo procura uma nova maneira de processar a economia com base no trabalho e não no lucro; com ajuda mútua e, não com concorrência e competição; atenta nos valores e necessidades humanas e, não na acumulação individual do dinheiro.

Deste modo, podemos afirmar que o plano de fundo das cooperativas tem como base os valores fundados na ética, resistindo-se aos valores individualistas e exclusivamente econômicos, próprios da sociedade dita capitalista.

Vale destacar que o cooperativismo não prega a ideia da extinção da propriedade, muito menos se impõe contra as iniciativas e as liberdades individuais, entretanto, motiva que os indivíduos em solidariedade uns com os outros, busquem atender suas necessidades. (RICCIARDI e LEMOS, 2000).

Nesta seara, Nascimento (2000) argumenta que, o cooperativismo é algo tão singular que poderia ser considerado um regime econômico, e não se deixar transformar em partidos políticos, grêmios estudantis, instrumento corporativista, sindicatos, consórcios, agências do governo ou meras casas comerciais.

De acordo com Luiz Ricciardi e Roberto Jenkis de Lemos (2000), o cooperativismo utiliza um método de trabalho conjugado, ao mesmo tempo em que pode ser visto como um sistema econômico característico, onde o trabalho chefia o capital. É que as pessoas que se associam cooperativamente são as donas do capital e as proprietárias dos demais meios de produção (terras, máquinas, equipamentos, instalações e outros), assim são proprietárias da própria força de trabalho. Essa disposição e união de associarem-se busca a elevação dos padrões de qualidade de vida desses associados.

Neste contexto, Ricciardi e Lemos (2000) afirmam que conceitualmente o cooperativismo promove a elevação dos padrões de qualidade de vida de seus associados ante a conjugação de esforços.

O cooperativismo tem como peculiaridade a liberdade de trabalhar em comunidade possuindo a cooperação duas condições

importantes e imprescindíveis: liberdade e comunidade; trabalho livre e grupal, características que se opõem à competição e concorrência.

Na visão de Veiga e Fonseca (2001) o cooperativismo é reconhecido como o sistema de cooperação econômica que envolve diversas formas de produção e de trabalho, e que ao mesmo tempo em que aparece junto com o capitalismo, se propõe como uma forma de superá-lo. Sendo também, o mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender as necessidades e interesses dos trabalhadores, proporcionando o desenvolvimento do indivíduo através do coletivo.

Sob este prisma, de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) – entidade máxima do movimento cooperativo global – a cooperativa atualmente é compreendida como:

Uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada (Congresso Centenário da ACI. Manchester - Inglaterra, setembro de 1995). Já segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cooperativa é uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar um objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente (Recomendação 2º 127) (MEINEN e PORT, 2012, p.29).

Veiga e Fonseca (2001) definem a cooperativa como sendo uma associação voluntária, sem fins lucrativos, porém com fins econômicos, exercendo atividade laboral com objetivos em comum, contribuindo equitativamente para a formação do capital necessário por meio da aquisição de quotas-partes e aceitam assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento. Tendo três características peculiares básicas: a gestão, a propriedade e a repartição das sobras cooperativas.

Em outras palavras, pode-se definir cooperativa como sendo um conjunto de pessoas independentes que se associam de forma voluntária, objetivando satisfazer suas necessidades e anseios, sejam elas de ordem

econômica, social, cultural, através de uma entidade de propriedade comum e gerida de forma democrática. (BULGARELLI, 2000).

Vale lembrar que a criação do conceito de cooperativas como é conhecido hoje se originou em Rochdale, em 1844, quando depois da derrota em uma greve tecelões adotaram princípios que se tornaram os princípios universais do cooperativismo, sendo eles:

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (SINGER, 2002, p. 39-40).

Veiga e Fonseca (2002) afirmam que estes tecelões representaram um marco na fundação do cooperativismo moderno, por serem os únicos, até então, a conseguirem seguir esse conjunto de princípios e ao mesmo tempo operar de forma eficiente no mercado e trazer benefícios para seus associados, exercendo sua função social. Os autores explicam que na época essa experiência se tornou um exemplo para outros grupos, por se mostrar uma alternativa à ganância capitalista, se espalhando pela Europa. Em 1881 já existiam por volta de mil cooperativas de consumo e 550 mil associados.

As sociedades cooperativistas foram evoluindo desde a sua criação pelos “Probos de Rochdale”, que idealizaram o seu movimento baseados em alguns princípios básicos a serem seguidos. Com o passar do tempo houve a necessidade de novos ideais, os quais foram aprovados no XXXI Congresso de Manchester, em 1995, pela Aliança Cooperativa Internacional, foram votados e aprovados os 07 princípios cooperativistas, como anota Bulgarelli (2000): 1º Adesão Livre e

Voluntária; 2º Gestão Democrática Pelos Cooperados; 3º Participação Econômica dos Cooperados; 4º Autonomia e Independência; 5º Educação, Formação e Informação; 6º Intercooperação e 7º Interesse pela Comunidade.

Percebe-se então que o arcabouço principiológico das cooperativas está repleto de normas, que resplandecem o termo cooperativo, fundado em valores humanísticos, da fraternidade e da ajuda mútua, servindo de norte para a condução das sociedades cooperativistas.

Por sua vez, Schneider (1991) parte do pressuposto de que não somente os princípios são elementos essenciais, haja vista que se torna necessário, para o bom funcionamento da cooperativa, condições concretas para que estes princípios possam ter aplicabilidade no plano prático.

Os princípios do cooperativismo são linhas orientadoras, em que são praticados os seus valores. Além disso, invertem as relações entre empresa e cliente ou empresa e trabalhadores. O cooperativismo “[...] como a unidade econômica e espaço de convívio e transformação dos seus integrantes [...]”, é um sistema que tem como objetivo estar articulado com questões globais, regionais e locais. (VEIGA e FONSECA, 2001, p. 18).

Neste contexto, nas definições mais relevantes sobre o cooperativismo mundial está presente a preocupação imediata com os valores e ideais humanitários. E, segundo Meinen e Port (2012) aí está a grande distinção em relação a outras iniciativas de caráter empresarial, os quais são os alicerces conceituais do cooperativismo, com os valores dando origem aos princípios, e os princípios – passíveis de revisão ao longo do tempo - traduzindo os valores e os levando à prática, como uma forma de ponte que liga as ideias às ações no ambiente cooperativo.

Meinen e Port (2012) ainda apresentam os valores do cooperativismo. Não existe demarcação expressa em torno da matéria, como ocorre com os princípios do cooperativismo, sendo um rol exemplificativo: solidariedade, liberdade, democracia, equidade, responsabilidade, igualdade, honestidade, transparência e responsabilidade socioambiental.

Um dos princípios do cooperativismo é o da Adesão Livre, que garante que todas as pessoas são aptas a usar seus serviços e “[...] dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero”. (MEINEN e PORT, 2012, p. 30). Tal princípio, segundo Crúzio (2002), disciplina a admissão de pessoas na cooperativa e impede a admissão de

aventureiros, ao mesmo tempo em que descarta qualquer tipo de discriminação, condicionando a admissão com a compatibilidade entre os objetivos do interessado e os da cooperativa, propiciando sempre o interesse comum e as necessidades coletivas.

Acrescenta ainda Veiga e Rech (2002) que segundo o Princípio da Adesão Livre ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado, sugerindo que os estatutos “[...] prevejam mecanismos de entrada de novos associados de maneira a preservar de fato a democracia e a participação de todos. Se a associação se torna muito grande, a sua democracia interna pode ficar comprometida, quando faltar o devido cuidado”. (VEIGA e RECH, 2002, p. 13).

Carvalho (2011, p.36) completa dizendo que esse princípio “possibilita o ingresso ou a retirada do cooperado, voluntariamente, sem coerção ou discriminação por motivos políticos, religiosos, éticos ou sociais”.

Outro princípio cooperativista é o do Controle Democrático pelos Sócios, o qual assegura que a cooperação tem que ser organizada, todavia o cooperativismo tem um diferencial, qual seja, o caráter de inovação institucional: “Precisamos de instituições econômicas que democratizem a economia de mercado, descentralizando o acesso às oportunidades e aos recursos” – o cooperativismo atende a isso plenamente”. (RICCIARDI e LEMOS, 2000, p.55).

Segundo CRÚZIO (2000), o princípio do controle democrático dos sócios possibilita aos mesmos, dentre outros, a participação das decisões administrativas que determinam a produção, a comercialização ou a prestação dos serviços na cooperativa e para terceiros.

Para Schneider o princípio da gestão democrática é o mais importante dos princípios, uma vez que no primeiro estatuto de Rochdale consta: “[...] Este princípio consta logo após o preâmbulo, ou o artigo ou a “lei primeira” que traça as grandes linhas de transformação econômica e social, a médio e a longo prazo desejadas pelos Pioneiros”. (1991, p. 77).

Portanto, garante este princípio que a sociedade cooperativista, quanto à sua governança, “deve guiar-se pelos princípios próprios da democracia, que pressupõe a atuação responsável de todos os membros. Votar e ser votado, de acordo com as condições estatutárias, constituem direitos e, por consequência, deveres basilares do associado”. (MEINEN e PORT, 2012, p. 32).

Participar da vida da cooperativa é condição inarredável para o seu sucesso, cumprindo a quem

está na liderança assegurar todas as condições para a prática desse direito – dever, incluindo a instituição de canais e outros mecanismos adequados e transparentes de acesso a informações e participação dos cooperados. O regime democrático, em que as decisões são tomadas por maioria (simples ou especial, de acordo com a matéria), pressupõe o exercício representativo do poder, tendo a assembleia geral como fórum principal (trata-se do órgão social máximo da sociedade). Quer dizer, alguns são escolhidos para representar a todos, com a responsabilidade que a lei e o estatuto estabelecem (MEINEN e PORT, 2012, p. 32).

Já no princípio da Participação Econômica dos Sócios, os cooperados têm que contribuir de forma equitativa e realizar o controle democrático do capital de sua cooperativa. “Parte desse capital é propriedade comum das cooperativas. Usualmente, os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade”. (CRÚZIO, 2002, p.30). Segundo Carvalho (2011, p. 36) “todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa, que é sua base de sustentação econômica e funcionamento”.

Com o princípio da Autonomia e Independência fica claro que as cooperativas tornam-se organizações autônomas de ajuda mútua, as quais são controladas por seus membros. “Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham autonomia da cooperativa”. (MEINEN e PORT, 2012, p.36). Possibilitando aos associados:

Firmar convênios, contratos etc., com terceiros, mantendo, ao mesmo tempo, a autonomia e a independência da cooperativa, principalmente em relação aos objetivos econômicos, político e social almejados pela associação. Fiscalizar o cumprimento da missão e dos objetivos iniciais da cooperativa, defendendo-a contra possíveis intervenções externas de atravessadores, oportunistas, agiotas ou prestamistas etc. Exigir que todos na cooperativa se responsabilizem pelo

acompanhamento e controle da administração interna, considerando a autonomia e a independência nas relações comerciais dentro e fora da associação (CRUZIO, 2002, p. 31).

Ainda segundo Crúzio (2002), o cooperativismo adota também o princípio da Educação, Treinamento e Informação, o qual garante que as cooperativas devem proporcionar educação e treinamento aos seus sócios, dirigentes, administradores e funcionários, contribuindo para o seu desenvolvimento, uma vez que a cooperativa objetiva permanentemente efetivar ações e recursos para educar e capacitar seus associados visando a prática cooperativista, além de disseminar à população as vantagens da cooperação organizada, buscando também a inserção do ensino do cooperativismo no sistema de ensino. (CARVALHO, 2011)

Outro princípio é o da Cooperação entre as Cooperativas, o qual tem como objetivo o fortalecimento do movimento cooperativo, através de estruturas nacionais, regionais e internacionais, onde as cooperativas trabalhem juntas. Serve tal princípio ao fortalecimento do movimento cooperativista através da troca de experiências e informações. (CRUZIO, 2002).

A Interooperação “é uma das formas pelas quais se pratica o valor da solidariedade, já que é de interesse (na sua concepção mais nobre) de qualquer cooperativa que as entidades coirmãs do mesmo e de outros ramos se desenvolvam e se mantenham saudáveis”. (MEINEN e PORT, 2012, p.42).

Crúzio ainda apresenta o princípio Um Homem, Um Voto, o qual deixa claro que cada cooperado representa um voto, indiferentemente da quantidade de quotas-partes. Possuindo o direito de votar e ser votado. Ou seja:

Direitos iguais aos benefícios gerados pela economia da cooperativa, independentemente das situações econômica, política e social de cada um, dentro e fora da associação. Através do voto, emitir opinião e influenciar nas decisões gerais da cooperativa, desde a determinação dos objetivos gerais da cooperativa até a escolha dos dirigentes e conselheiros fiscais. Através do voto, participar das decisões administrativas relativas a preços, quantidade, qualidade, prazos, contratos etc. dos produtos a serem comercializados com a

cooperativa, ou relativas à prestação de serviços aos tomadores de serviços (CRÚZIO, 2002, p. 37).

O princípio do Retorno das Sobras, também apresentado por Crúzio (2002) define que a cooperativa não visa lucros, e que havendo sobras no balanço do ano, essas ficarão nos fundos previstos no Estatuto da cooperativa, e o destino do restante, os cooperados definem em Assembleia Geral. E continua Crúzio ao afirmar que tal princípio possibilita aos associados que opinem e decidam de forma livre e consciente a forma de aplicação das sobras ou lucros líquidos, além de opinar e decidir sobre todas as questões financeiras relevantes.

Diante destes princípios apresentados, é perceptível que o cooperativismo tem inúmeras particularidades frente à sociedade, assim como, frente às empresas comuns do sistema econômico atual. As peculiaridades, conforme CARVALHO (2011) ocorrem em razão dos princípios cooperativistas constituírem atitudes direcionadas à comunidade, favorecendo a autonomia do cooperado na filiação e na igualdade de investimento.

Partindo destas premissas, os atos cooperativos apresentam-se de forma tão diferenciada que são capazes de caracterizar um novo ramo do direito: o direito cooperativo. “Esse Direito seria aquele destinado a reger as sociedades cooperativas e as suas relações jurídicas, sem subordinação a outros ramos do Direito, por incompatível a sistemática jurídica das cooperativas com a orientação e o conteúdo das normas desses ramos do Direito” (BULGARELLI, 2000, p. 19-20). Complementa Crúzio (2000) que as cooperativas diferem das empresas comuns em muitos aspectos, isto porque tem características que lhes são próprias.

Bulgarelli (2000) menciona que por mais que exista a dificuldade expressa de caracterizar o cooperativismo como novo ramo do direito, as cooperativas possuem peculiaridades que as tornam singulares se comparadas as demais sociedades existentes, distinguindo-as das sociedades civis e comerciais. “Tanto é isso verdade, que as legislações de todos os países onde o cooperativismo se implantou, o que equivale a dizer, hoje, do mundo inteiro, acabaram por reconhecer essas características, conferindo-lhe um regime jurídico próprio”. (BULGARELLI, 2000, p. 20-21). No Brasil não é diferente, por isso se faz necessário um estudo do cooperativismo no país e seu ordenamento jurídico.

2.3. COOPERATIVISMO NO BRASIL E SEU ORDENAMENTO JURÍDICO

2.3.1. Evolução Histórica do Cooperativismo no Brasil

O cooperativismo no Brasil surge como um movimento social e econômico entre pessoas que têm um objetivo comum, o de promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de todos os envolvidos. Tem por base os fundamentos da participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Com isso, se formaram instituições concretas com elevado teor moral, sendo difundido por vários países (BULGARELLI, 2000).

Os ideais cooperativistas no Brasil se relacionam ao padre jesuíta de origem suíça *Théodor Amstadt*. Fundamentado na solidariedade, no trabalho coletivo e na mútua ajuda, teve como base as máximas cristãs, junto as pequenas comunidades, e o objetivo inicial de promover o bem-estar comum.

Filho de pequenos comerciantes, Amstadt (1981) teve sua ordenação de sacerdote na Inglaterra e posteriormente foi enviado ao Sul do Brasil, juntamente com imigrantes alemães, com o intuito de prosperarem essa região.

A literatura denomina-o como uma personalidade notável, que marcou a história do Estado do Rio Grande do Sul. Menciona-se que desenvolveu diversos trabalhos focados no bem estar social da população, mas ganhou notável destaque por enraizar ideais do cooperativismo e do associativismo. Pinho (2004), afirma que sua atuação se destacou na criação da Associação Riograndense de Agricultores.

Contudo, Veiga e Fonseca (2001) mencionam que no Brasil foram fundadas as primeiras cooperativas por volta de 1887, sendo elas a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (SP) e a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais.

Ainda de acordo com os autores, na cidade de Limeira (SP), no ano 1899 foi criada a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica; no Rio de Janeiro (RJ), no ano de 1894, a Cooperativa Militar de Consumo e, também em 1895, a de Camaragibe (PE). Já em 1902, em Nova Petrópolis (RS), surge a primeira cooperativa de crédito fundada por produtores de vinho e, no mesmo estado em 1906, a primeira cooperativa agropecuária.

De 1913 a 1929, outras cooperativas continuaram a aparecer, dentre elas, em 1913, no Rio de Janeiro, a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea e, em Santa Maria (RS), ocorreu à fundação da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea - COOPFER. Em 1917, os ferroviários fundaram cooperativas de consumo.

De acordo com José Odelso Schneider (1982), diante do panorama da depressão de 1929, o governo passou a ter interesse pelo cooperativismo, especialmente como instrumento de política agrícola. Porém, segundo Pinho (2004) com a falta de legislação específica, as cooperativas mais se assemelhavam as sociedades anônimas, associações profissionais e sindicatos.

Assim, em 1932, no governo de Getúlio Vargas, foi implantado o Decreto nº 22.239 que regulamentou a organização e funcionamento das cooperativas. Essa foi a primeira lei fundamental que tratou das principais características das cooperativas no país, consagrando seu embasamento rochdaleano. Pinho (2004) destaca que nas Constituições de 1934 e 1946, e na Carta Constitucional de 1937, a liberdade de associação foi assegurada, porém o cooperativismo não foi tratado expressamente.

Pinho (2004) explica que entre 1966 a 1970, a Ditadura Militar marcou a fase cooperativista de forte centralismo estatal e oposicionista ao cooperativismo de crédito rural e urbano. Nessa fase eram toleradas apenas as cooperativas de economia e crédito-mútuo, e as seções de crédito de cooperativas agrícolas mistas, que logo foram extintas.

O ponto forte desse período, entretanto, foi a pacificação do movimento cooperativista brasileiro, até então dividido. Graças à intermediação de Antônio José Rodrigues Filho, os cooperativistas compreenderam a necessidade de somar esforços para impulsionar um movimento cooperativo unificado (PINHO, 2004, p. 36).

Passado esse período, o cooperativismo brasileiro teve uma renovação legal, estrutural e instrumental em 1971, através da promulgação da lei nº. 5.764, que instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Conforme PERIUS (2001), após cinquenta anos de intervenção estatal que findou em 1988, sendo a Carta de 1988 o marco divisor do cooperativismo não mais tutelado pelo estado.

Os dois eventos acima, promulgação da lei nº. 5.764/71 e a Constituição Federativa do Brasil de 1988 registravam um novo relacionamento entre cooperativas e o Estado, que se dispôs a oferecer maior autonomia às cooperativas, originando-se o Decreto nº 90.393/84, pelo qual o INCRA poderia delegar suas funções ao próprio sistema de cooperativas. (PERIUS, 2001)

Bulgarelli (2000) afirma que a disciplina jurídica das sociedades cooperativas foi modificada na Constituição Federal de 1988, tendo acrescentado às antigas normas o chamado período de “liberalização”, advindo da não intervenção do Estado nas cooperativas:

Merece reiterar que a Constituição da República, como eixo central do ordenamento jurídico brasileiro, conferiu verdadeira autonomia ao cooperativismo, o que, por si só, constitui um grande estímulo ao desenvolvimento do setor. O tratamento conferido ao cooperativismo pelo novo Código Civil bem reflete esse prestígio (ALMEIDA e BRAGA, 2006, p. 107).

Tal como será adiante pormenorizado, ainda que o processo de liberalização tenha incentivado a criação de cooperativas, a aplicabilidade prática do comando constitucional constitui em mais um daqueles comandos principiológicos de pouca efetividade social, uma vez que sua operacionalização é condicionada não apenas à mera previsão constitucional, mas à existência de políticas públicas e econômicas que permitam sua aplicabilidade no plano prático.

2.3.2. Previsão Constitucional das Sociedades Cooperativas

Tocante ao texto constitucional de 1988, destaca-se, a previsão sobre a ordem econômica nacional e sobre a exploração das atividades econômicas no território brasileiro, onde claramente nota-se a possibilidade de organização de sociedades cooperativas como vetores de positividade dos princípios insertos no art.170 da Carta Constitucional, que prioritariamente trata de instrumentos hábeis de produção e distribuição de riquezas. Vejamos o teor do comando constitucional:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (BRASIL A, 2016).

Ainda veja-se que o texto constitucional menciona a finalidade da ordem econômica, com seus fundamentos, como forma de assegurar a existência digna de todos conforme ditames da justiça social.

O próprio texto constitucional indica que a valorização do trabalho humano é pilar fundamental da ordem econômica brasileira. Assim, temos que o exercício da atividade econômica pela via das sociedades cooperativas mostra-se possibilidade estimulada e prevista em comandos constitucionais, já que o incentivo à criação de sociedades cooperativas está expresso no rol de direitos fundamentais, indicando o direito à livre associação e a vedação à intervenção estatal nos empreendimentos cooperativos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da

lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; [...] (BRASIL A, 2016).

Nesse sentido, segue ensinamento do Doutrinador Alexandre de Moraes, *in verbis*:

É plena a liberdade de associação, de tal forma que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou mesmo permanecer associado, desde que para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, sendo que sua criação e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento, constituindo-se um direito que, embora atribuído a cada pessoa (titular), somente poderá ser exercido de forma coletiva, com várias pessoas. (2008, p. 80).

Não menos importante, no título constitucional destinado à “Ordem Econômica e Financeira”, a previsão no art. 174, §2º, que menciona que “a lei apoiará o cooperativismo e outras formas de associativismo”, positivando no parágrafo seguinte o favorecimento visando a organização da atividade garimpeira em cooperativas, inclusive com prioridade de autorização e concessão de lavra junto ao órgão competente (DNPM). Do mesmo modo, quando trata da política agrícola, fundiária e da reforma agrária no capítulo III, menciona no art.187, inciso VI, o cooperativismo, prevendo no *caput* que “a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, [...]” (BRASIL A, 2016).

Já quanto ao tratamento tributário relacionado às cooperativas, o art.146, inciso III, alínea “c”, estabelece que através de Lei Complementar estabelecer-se-á adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, ratificando o comando constitucional o viés incentivador de sociedades cooperativas (BRASIL A, 2016).

Também, a regulamentação legal das sociedades cooperativas remonta à Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, sendo recepcionada pela Carta de 1988, esta que estimula a criação de sistemas econômicos cooperativos.

2.3.3. Legislação Infraconstitucional e Cooperativismo

2.3.3.1. Lei nº. 5764/71 - Lei do Cooperativismo

Atualmente, as sociedades cooperativas brasileiras são disciplinadas pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define que “são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]”. O objetivo, assim, está voltado para os cooperados e não para a sociedade, e em sua razão social deve estar contida a expressão “cooperativa”. (POLÔNIO, 1999).

Embora a lei nº. 5.764/71 não traga em seu texto menção explícita aos princípios norteadores do cooperativismo, isso não significa que eles não existam em nossa legislação. Logo, referenciamos o art. 4º, o mais rico, uma vez que traz claramente expresso a real natureza jurídica das cooperativas: adesão voluntária; quotas-parte aos associados; número ilimitado de associados; variabilidade do capital social; limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado; retorno das sobras líquidas; singularidade do voto; prestação de assistência aos associados e pregam a não discriminação, pontos esses importantíssimos que servem como princípios do cooperativismo. (BRASIL D, 2016)

Cabe ressaltar que o artigo 3º da Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, define as obrigações, contribuições e os serviços para celebrar contrato de sociedade cooperativa. (BRASIL D, 2016)

Já o art. 6º prevê número mínimo de sócios, dependendo do tipo de cooperativa constituída. Nesse ponto, explicam Almeida e Braga (2006, p.26): “[...] o número mínimo de sócios variará segundo se trate de cooperativa singular (20 pessoas físicas ou, excepcionalmente, jurídicas), cooperativa central ou federação de cooperativas (03 cooperativas singulares) ou confederação de cooperativas (03 federações de cooperativas).”.

Ressalta-se também que a Lei nº. 12.690 de 2012, que regula as denominadas Cooperativas de Trabalho, prevê em seu art.6º que deverá ser constituída com número mínimo de sete sócios. (BRASIL F, 2016)

Contrariamente, se há limitação ao número mínimo de sócios de uma sociedade cooperativa, não há limitação ao número máximo, referindo Almeida e Braga (2006), que se trata do conhecido princípio da porta aberta, este que decorre da natureza social-altruísta da cooperativa, não podendo esta agir de forma excludente aos que pretendem nela associar-se.

Por fim, tratando-se de Lei que remonta ao ano de 1971, enquanto que a constituição vigente refere-se ao ano de 1988, esta de viés liberalizador, houve o necessário cuidado visando a recepção da legislação infraconstitucional pela nova Carta, que não apenas recebeu como incutiu dever ao Estado de apoio a criação e manutenção das cooperativas, sem a interferência estatal.

2.3.3.2. O Código Civil, o Código Tributário e as Sociedades Cooperativas

As singularidades que permeiam a criação e a finalidade da sociedade cooperativa trazem dúvidas quando a sua classificação jurídica, ou seja, se devem ser classificadas como do ramo empresarial ou do ramo civil. Justificando, Bulgarelli (2000) menciona que “o que faz das cooperativas algo tão singular é o fato das mesmas serem reguladas por princípios de natureza ética e doutrinária ao contrário das capitalistas”.

Nesta toada, Bulgarelli (2000) menciona o surgimento de um novo ramo do direito, o Direito Cooperativo, posição rechaçada por Francisco de Assis Alves e Imaculada Abenante Milani (2002), que entendem serem as sociedades cooperativas como de natureza civil já que prestam serviços a seus associados.

Independente da classificação jurídica adequada, tanto o Código Civil quando o Código Tributário trazem dispositivos específicos acerca de sociedades cooperativas.

O Código Civil de 2002 prevê em seu artigo 982 que “independente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa”. (BRASIL B, 2016). Abrange ainda a legislação cooperativista no mesmo Código os artigos 1.093 à 1.096, que tratam sobre incidência do Código Civil em questões relativas às sociedades cooperativas (com a ressalva da legislação especial); as características da sociedade cooperativa; a responsabilidade limitada ou ilimitada dos sócios e aplicação das regras concernentes às sociedades simples em casos de omissão do previsto no Código Civil de 2002.

No que tange a regulação tributária infraconstitucional, o sistema jurídico brasileiro prevê a sistematização legal primeiramente através da previsão constitucional de determinado tema, sendo ali estabelecidos os contornos que deverão ser observados pelo legislador ao estabelecer o tratamento tributário diferenciado.

Segundo Almeida e Braga (2006), ao governo compete estimular o cooperativismo, enquanto regulador de atividade econômica. No

entanto, por outro lado, o próprio Estado interfere nessa atividade, por meio de tributo. Para tanto, os Autores afirmam que o regime tributário às cooperativas deve buscar fomentar o cooperativismo, através de mecanismos próprios, como a concessão de benefícios fiscais.

Desta forma, o art.146, inciso III, “c”, da Carta de 1988, prevê o adequado tratamento tributário às sociedades cooperativas, tratamento este que deve ser estabelecido através de lei complementar. (BRASIL A, 2016)

Entretanto, quando a Constituição menciona o termo “adequado tratamento tributário”, sem, contudo, balizar parâmetros para tanto, implica ao legislador infraconstitucional tarefa interpretativa que não lhe cabe. Assim, o termo “adequado tratamento tributário” pode ser interpretado, como isenção fiscal, imunidade fiscal e mesmo benefício fiscal, este último que, quando analisado de forma sistêmica aos incentivos para criação de cooperativas previsto na Constituição de 1988, nos parece a mais adequada interpretação (ALMEIDA e BRAGA, 2006).

Novamente, discorrem:

Um benefício fiscal é alcançado com a minimização da incidência tributária sobre um determinado fato imponible, considerando-se, como causa a própria natureza desse fato (benefício fiscal objetivo) ou do agente que o pratica (benefício fiscal subjetivo). Tal minimização pode se dar por meio da não-incidência, imunidade, isenção ou redução dos critérios quantitativos (base de cálculo e alíquota) da regra matriz do tributo (ALMEIDA E BRAGA, 2006, p. 227).

A priori, as espécies tributárias que comumente incidem sobre as sociedades cooperativas e suas atividades, tratam-se do imposto de renda de pessoa Jurídica (IRPJ), contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), contribuição ao programa de integração social (PIS) e contribuição previdenciária sobre a folha de salários. Pelo todo exposto, verifica-se que as sociedades cooperativistas possuem tratamento especial na legislação brasileira.

O presente capítulo fez um estudo do surgimento do cooperativismo atual, seus precursores, conceitos, princípios e evolução histórica, inclusive restou analisado o cooperativismo no Brasil e seu ordenamento jurídico. Nesse momento, analisaremos o princípio da gestão social democrática no cooperativismo e suas peculiaridades.

3. GESTÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA NO COOPERATIVISMO

3.1 CONCEITO E OBJETIVO DA GESTÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA

3.1.1. Conceito de Cidadania e Democracia

Conforme observado no capítulo anterior, é de fundamental importância a participação dos associados nas cooperativas.

Rech (2000) destaca a importância do trabalho conjunto, ajuda mútua, a participação das pessoas com o intuito de difundir ideias e garantir uma vida digna a todos. Principalmente quando presentes os benefícios da interajuda e da fé numa sociedade em que os associados tenham resguardados os mesmos direitos e as mesmas possibilidades.

Há diversas organizações que além de difundirem os princípios cooperativistas, vão além e buscam através do seu objeto social promover um engajamento das comunidades em geral: “A cooperação tem sido uma forma poderosa para reduzir desequilíbrios e se existe algum conteúdo ideológico nessa visão ele tem apenas o condão de mostrar a crença de que o solidarismo pode impulsionar o ser humano a continuar perseguindo os seus sonhos”. (NASCIMENTO, 2000, p.10).

Diante disso, trazer a análise do conceito de cidadania se faz necessário para atrelá-lo ao princípio da gestão social do cooperativismo. Essa seria uma das particularidades das cooperativas para a inclusão social e econômica, resgatando e reforçando a cidadania, garante-se um espaço deliberativo, e por fim o cooperativismo, estudo, portanto, necessário, a fim de abarcar na Gestão Social Democrática no Cooperativismo.

Marshall (1967, p.62) define cidadania como “uma espécie de igualdade humana básica associada com o conceito de participação integral na comunidade”. Para Souza, cidadania é uma “conquista e efetivação de direitos”, quando conceitua movimento social:

O movimento social, como conceito analítico, geralmente aparece associado às ideias de cidadania e de participação sócio-política. A primeira entendida como conquista e efetivação de direitos, ao lado da ideia de participação como negociação, gestão ou cogestão da população no cenário político e social do país (SOUZA, 2003, p. 78).

Assim, a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá “à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (DALLARI, 1998. p.14).

Desta forma, Comparato (1993) relata que a cidadania foi exercida pelos antigos em um cenário de democracia direta considerando as limitações da época. Contudo, na sua visão, os modernos construíram e desenvolveram a cidadania dentro de um modelo da democracia representativa, originando a “democracia formal”, apresentando assim, claro impedimento à “soberania do povo”.

Ao analisar a democracia antiga e a moderna, Bobbio (2000) assegura que “democracia significava o que a palavra designa literalmente: poder do *demos* e não, como hoje, poder dos representantes do *demos*”. Já naqueles tempos os cidadãos deliberavam na Ágora (praça) os assuntos que eram de interesse de toda a coletividade com a participação de todos, buscando assim o bem comum.

A democracia evoluiu da garantia dos direitos políticos (direito a votar e ser votado, direito a constituir e optar por partidos e outras organizações políticas) para progressiva garantia dos direitos sociais (liberdade sindical, direito ao trabalho e a uma remuneração justa, direito ao lazer, à segurança e à previdência social) e desta para a garantia os direitos econômicos (direito a uma participação equitativa no produto social, ou seja, remoção das causas da pobreza absoluta, e dos grandes desníveis de renda, redução dos desníveis regionais, melhoria na participação no processo produtivo) (SCHNEIDER, 1982, p. 180)

Nessa mesma linha de pensamento, cita-se o estudo desenvolvido por Marshall (1967) em sua clássica obra, *Cidadania, Classe Social e Status*. Tem-se aqui o marco que se apresenta como de fundamental importância para que se fixe o alcance e desenvolvimento da cidadania.

Marshall (1967) definiu três elementos essenciais para o conceito de cidadania: civil, político e o social. Durante a idade média os mesmos foram confundidos e acabaram por distanciar-se na formação do estado liberal. Segundo Reginaldo de Souza Vieira (2013, p. 117) o projeto liberal burguês, que se fundamentou num molde economicamente

capitalista e na racionalidade humana, queria firmar uma estrutura política e jurídica impondo a propriedade privada como direito natural do homem. “[...] a limitação do Estado, atribuindo-lhes um papel mínimo, deixando ao privado as outras esferas das relações sociais e econômicas existentes”. Porém, pode-se mencionar épocas distintas para a aparição de cada um deles: os direitos civis no século XVIII; os políticos no século XIX; e os direitos sociais no século XX.

Corrêa (2002) cita que os direitos sociais, próprios do século XX, surgiram em estreita ligação com os direitos políticos, com uma participação mais ativa nas comunidades locais e nas associações funcionais. Foi apenas no século XX que os direitos sociais foram abrangidos e assumidos como parte do *status* da cidadania.

Pinho conceitua e traça um panorama da cidadania ao longo dos anos.

Cidadania pode ser entendida como um conjunto de direitos e deveres reconhecidos a todas as pessoas, de modo idêntico. Ao longo do tempo, surgiram, sucessivamente: a cidadania cívica, ou reconhecimento dos direitos cívicos depois das revoluções americana e francesa, no século 18, que defendiam a liberdade de pensamento e de expressão, igualdade diante da lei, justiça etc.; a cidadania política, com o sufrágio universal – na França, em 1848 para os homens e em 1944 para as mulheres; no Brasil, em 1932 para as mulheres (Governo Getúlio Vargas); a cidadania social, no decorrer do século 20, com o reconhecimento dos direitos econômicos e sociais – educação, saúde, bem-estar econômico e outros (2004, p. 104)

Segundo Corrêa (2002), cidadania tem a ver essencialmente com a participação na comunidade política, na qual o cidadão está inserido pelo vínculo jurídico e desta forma é preciso estabelecer um nexos entre cidadania e espaço público.

Muito bem esclarece Rocha sobre o tema aludido ao expor sobre direitos fundamentais e participação política:

A organização política amadurecida na cidadania participativa direta e permanente assegura o exercício do poder pelo próprio povo. Este o retoma, determina que o Estado se abra a sua presença, afirma uma imperiosa reestruturação da

entidade política, pois essa passa a ser conduzida efetivamente pelo povo: o governo ou o governante que não se afeiçoar a essa condição não pode permanecer no cargo de poder, salvo pela força, que, como a história vem ensinando, tem prazo curto, pois a força não dispõe de alimento que se baste por muito tempo. A cidadania é, pois, fruto de uma mudança na raiz do conceito e do exercício do poder político. (1996, p. 124).

Atualmente, a cidadania pode ser caracterizada como um conjunto de “direitos reconhecidos de modo idêntico e associados a todas as liberdades públicas inscritas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e das liberdades reconhecidas pela Constituição de cada país” (PINHO, 2004, p. 104).

Por este prisma, Liszt Vieira (2004) faz menção de que a cidadania, definida pelos princípios da democracia, constitui-se na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política, significando basicamente a conquista e a consolidação social e política.

Dallari (1998) afirma que ao se falar em participação social, popular ou participação da comunidade é necessário falar de cidadania. Isto porque sob tal designação expressam-se em um conjunto de direito que possibilita a pessoa a participar da vida e do governo do seu povo. Neste sentido os direitos de cidadania são, simultaneamente, deveres, já que a natureza associativa da pessoa humana, a solidariedade natural característica da humanidade, a fraqueza dos indivíduos isolados quando devem enfrentar o Estado ou grupos sociais poderosos, são fatores que tornam necessária a participação de todos nas atividades sociais.

Pinho afirma que:

A cidadania abrange a nacionalidade ou o liame Jurídico que liga uma pessoa a um Estado do qual ela é nacional. A ideia de nacionalidade abrange a necessidade de se diminuir as desigualdades entre as pessoas para que todas possam exercer seu direito. A cidadania é também o fundamento da integração social, porque abrange aquilo que é comum a todas as pessoas de uma comunidade e que ultrapassa os particularismos religiosos, culturais, históricos e outros (2004, p. 104/105)

Com isso se torna praticamente impossível viver de acordo com a democracia, se os membros da sociedade não exteriorizarem suas opiniões e vontades e, assim, é imprescindível que os cidadãos exerçam seus direitos de cidadania, principalmente quando estamos diante de uma sociedade cooperativista, neste sentido:

É muito difícil, se não impossível, o funcionamento da democracia e da participação cooperativa num contexto político, social e cultural autoritário, paternalista e centralizado. Por outro lado, a multiplicação e o fortalecimento de autênticas experiências cooperativas, sem dúvida, poderão contribuir de forma significativa para a democratização da sociedade, especialmente devido ao seu caráter de democracia econômica (SCHNEIDER, 1982, p. 179).

Dessas considerações, defende Rogério Gesta Leal (2006) que a sociedade civil precisa ter em mente um conceito de cidadania que não mais se proporcione à condição de expectadora. Segundo ele, boa parte dela encontra-se esgotada diante de tantos desmandos e silêncios frente às demandas que se avolumam.

Pedro Demo (1989, p. 73) faz referência à importância de uma cidadania participativa e avalia: "Não é o Estado que emancipa a comunidade. É a comunidade que se emancipando, faz do Estado instrumento de sua emancipação". Portanto, ressalta a importância de os cidadãos terem uma convivência diária com as questões políticas porque cada um é responsável pelo seu próprio bem estar.

Diante do exposto, a cidadania requer maior participação dos indivíduos que compõem a cidade nas atividades do próprio Estado. Assim sendo, para mostrar aos cidadãos os reais interesses dos diferentes grupos da sociedade, é preciso discorrer sobre a participação política e o desenvolvimento local da cidadania no próprio movimento cooperativista.

Há muito tempo o Sistema Cooperativo vem se desenvolvendo e traz consigo uma carga ideológica destinada à diminuição das desigualdades sociais e as discrepâncias entre o capital e o trabalhador. "Pode-se dizer que o trabalho em cooperação resulta numa economia humanizada, cujo valor maior reside no indivíduo, acima do capital, pois o resultado final da ação conjunta reverterá para o desenvolvimento integral daquele humano". (RICCIARDI *et al*, 2000, p.58-59).

Amélia do Carmo Sampaio Rossi (2003) entende que o cooperativismo é a alternativa que possibilita a inclusão social e econômica, resgata a cidadania e traz resultados neste sentido, se os seus valores e princípios forem adotados internamente. Ou seja, inseridos na consciência dos cooperados e que façam, efetivamente, parte da prática cooperativa.

As cooperativas têm se mostrado como uma ferramenta à garantia da função social, desde a integração das mulheres na agricultura e na sociedade, bem como o desenvolvimento do cooperativismo com a Participação Política e seu papel no processo de desenvolvimento local da Cidadania, entretanto, a efetiva participação dos associados é fundamental ao desenvolvimento de uma sociedade cooperativista sadia.

Para Stahl e Schneider (2013, p. 129) numa cooperativa “as pessoas se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, se aproxima da ideia de desenvolvimento social e econômico, podendo constituir-se como uma ideia-força, capaz de fomentar a transformação social”.

Nesta mesma linha, em seu texto, *Desenvolvimento Humano para a Validação dos Princípios e Valores Cooperativistas*, Denise Maia (2003) assegura que o desenvolvimento econômico e social alternativo deve ser entendido como uma forma de promover melhores condições de vida para todos, especialmente, para os setores marginalizados. Isto porque se inspira nos valores da igualdade e da cidadania por meio da possibilidade de inclusão desses setores na produção e repartição dos resultados de desenvolvimento.

Para Vieira:

[...] com o agravamento das desigualdades sociais, do inchamento populacional das cidades, da intervenção mínima do Estado Liberal, da ausência de proteção à contratação trabalhista, do surgimento dos movimentos socialistas e do lançamento do Manifesto Comunista, tem-se a necessidade de ampliação da máquina do Estado, com a inclusão de novas políticas e o reconhecimento de direitos almejados pela classe operária (2013, p. 118).

Neste sentido, as cooperativas surgem como uma possibilidade ao cidadão de exercer o papel da cidadania participativa e descentralizada, o respeito à comunidade, o poder local como lugares privilegiados de desenvolvimento e crescimento econômico. Tudo isso com justiça

social, igualdade de oportunidades, alternativas no campo produtivo e melhoria da qualidade de vida.

A inclusão social promovida pelas cooperativas possibilitam a tomada de consciência dos envolvidos que transforma o seu entorno e sua comunidade, com base no acesso à educação, à tecnologia e aos bens e serviços produzidos pela sociedade. (STAHL e SCHNEIDER, 2013).

Crúzio descreve as cooperativas como:

Organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e a manter sua autonomia (2000, p. 31).

Schneider (1982) complementa que as cooperativas desde o começo, mostram a necessidade de uma democracia integral, que abrange uma interdependência entre as esferas econômica, social e política.

Sendo assim, o cooperativismo deve possibilitar ao associado ter acesso pleno a todos os direitos individuais e políticos, sociais e econômicos, que asseguram aos mesmos uma vida digna, com inserção na comunidade e à sociedade. “Para o cooperativismo, a democracia e a participação econômica podem dar a condição prévia indispensável para que ambas se realizem no nível político e social” (SCHNEIDER, 1982, p. 180)

Assim, existe um elo entre o cooperativismo, a cidadania e os direitos humanos destes associados. Nascimento destaca que:

Com a cooperativa, amplos objetivos devem ser alcançados a partir das aspirações puramente econômicas dos seus associados que se mesclam às aspirações sociais. Embora não fique claro aos seus integrantes, que têm apenas motivações pessoais no início do processo, é a educação e a informação qualificada que serão os elementos impulsionadores para que a cooperação via cooperativa atinja estágios importantes de desenvolvimento qualitativo (NASCIMENTO, 2000, p. 86).

Em meio a tantas questões advindas da globalização econômica é de extrema importância que ocorra um amadurecimento da consciência dos princípios cooperativistas. Quanto mais consciente da condição de cidadão participativo, maior a aptidão do associado em encontrar recursos para os problemas da sociedade cooperativa e também da comunidade que está inserido. Logo, quanto mais inserido e participativo, maior será sua compreensão do que se passa a sua volta, exigindo a efetiva concretização de todos os seus direitos. “Para que isso funcione, primeiramente deve haver muita unidade, pleno e permanente entrosamento no grupo que compõe a cooperativa”. (RECH, 2000, p. 97).

Diante do exposto, pode-se afirmar que as iniciativas econômicas das cooperativas carregam consigo um enorme potencial emancipatório que não pode ser deixado de lado frente as dificuldades sociais. Contudo, não se pretende afirmar que o cooperativismo seria a solução decisiva aos infindáveis problemas de concentração de riquezas acarretadas pela globalização econômica. No entanto, estas iniciativas podem servir como uma opção capaz de trazer admissível resposta à diferença social que gera exclusão econômica e social.

Para Meinen e Port o cooperativismo age como uma ferramenta de inclusão social:

[...] Enquanto no sistema capitalista se manifesta a apropriação privada ou individual dos resultados e se socializa os prejuízos, nas organizações cooperativas há uma equânime descentralização e distribuição dos resultados. No cooperativismo, se divide a riqueza que foi gerada, de forma proporcional e equânime à contribuição efetiva de cada associado, na produção do resultado coletivo (2012, p.355).

Assim, como nas Políticas Públicas, nas sociedades cooperativistas o apoio e participação de seus integrantes torna-se fundamental para a aplicação de uma Gestão Democrática Social, sob pena de enfraquecimento do interesse coletivo em detrimento do fortalecimento do interesse de grupos isolados, prejudicando assim os propósitos fundamentais de uma sociedade cooperativista.

3.2. GESTÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA

Com a crescente busca por qualidade de vida, o desenvolvimento socioeconômico tornou-se um acontecimento mais que cobiçado por toda a população, isso em razão das necessidades e aspirações que passaram a ser atendidas. Diante deste panorama, as cooperativas têm se mostrado como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico das regiões em que estão inseridas.

Essas passam por transformações em seu contexto social, necessárias para enfrentar as mudanças impostas pela globalização econômica. Tais mudanças principiológicas visam à diminuição das desigualdades sociais e das disparidades entre o capital e o trabalhador. “Precisamos de instituições econômicas que democratizem a economia de mercado, descentralizando o acesso às oportunidades e aos recursos – o cooperativismo atende a isso plenamente”. (RICCIARDI e LEMOS, 2000, p. 55).

É com este olhar, em busca do desenvolvimento socioeconômico, que as Cooperativas vêm se destacando, pois são geridas pelos princípios da solidariedade e da ajuda mútua em prol de um objetivo comum. Com essa procura por igualdade e participação que se tem a cada dia mais um desenvolvimento voltado para o lado social e com isso uma expansão também no setor econômico destes grupos.

Crúzio caracteriza as cooperativas como:

Organizações democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios tem igualdade na votação (um sócio = um voto); as cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática (CRÚZIO, 2000, p. 28).

Para Maximiano (2002) a participação é fator de alta relevância nas sociedades cooperativas, pois com ela temos o prisma do empreendimento. É por meio desta participação que o cooperado exerce o seu papel de dono, ou seja, ao passo que participa das assembleias da cooperativa, quando vota e escolhe o seu representante, quando faz o planejamento das ações futuras da cooperativa, está participando ativamente de um empreendimento. Esses modelos participativos

compartilham a autoridade ou a transfere para terem de seus colaboradores um maior comprometimento.

É de fácil percepção a importância das sociedades cooperativas no contexto econômico, cultural e democrático. Essas funcionam como um poderoso instrumento de diminuição de desigualdades, de interação humana, participação ativa das pessoas nas decisões políticas e de solidariedade. Pinho afirma que as sociedades cooperativas organizam-se baseadas na democracia tendo como objetivo a prestação de serviços sem finalidade lucrativa.

São sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços, como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Têm por fim a prestação de serviços sem intuito lucrativo – enquanto na empresa capitalista a prestação de serviços é o meio de obter o maior lucro possível, na cooperativa a satisfação das necessidades dos associados é o fim da atividade econômica (PINHO, 2004, p. 124).

Atualmente nos deparamos com inúmeras sociedades cooperativas atuantes nas mais diversas áreas e que possuem funções vitais na sociedade. Há muito tempo elas vêm se mostrando como uma garantidora dos benefícios e direitos descritos na Carta Magna de 1988 e, por assim ser, tornam-se mecanismos contribuintes ao desenvolvimento da cidadania, da inclusão social e econômica dos seus envolvidos.

Principalmente quando estamos diante de cooperativas que possuem na sua essência a influência da agricultura familiar. WANDERLEY (2009, p. 156) define o conceito de agricultura familiar como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

O termo agricultura familiar começou a ser difundido no Brasil, somente a partir da década de 1990, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento Familiar (Pronaf), que foi a primeira política pública voltada aos pequenos produtores rurais, reconhecendo nestes agricultores como uma categoria. (ESTEVAM et al, 2013).

Contrariamente à falta de incentivos públicos, as cooperativas estavam umbilicalmente ligadas à agricultura familiar, mesmo porque a sociedade cooperativista deve corresponder a realidade de seus

cooperados. Tal fato ocorreu uma vez que os cooperados destas cooperativas controlavam de forma democrática o exercício de suas funções a serem tomadas e dos rumos da sociedade em suas políticas. (RICCIARDI, 2000).

Rech (2000, p. 94) ressalta que para haver uma gestão democrática, é preciso preservar os direitos individuais dos associados. “Os associados não são um bando de ovelhas onde todos renunciam aos seus interesses. Ao contrário, são (e assim devem ser tratados) sujeitos de direitos, atores criativos e senhores da condução de sua própria vida”.

A organização da cooperativa requer uma participação comprometida de seus associados.

A participação é condição fundamental para sua plena existência e para cumprimento de sua missão. Todos os esforços devem ser empreendidos para estimulá-la. A participação contribui para a gestão democrática da organização, melhor fiscalização e aumento da solidez, alinhamento dos interesses internos e atendimento à expectativa dos associados (VENTURA et al, 2009, p. 95-96).

Rech destaca que com o intuito de preservar o princípio da democracia, a tradição cooperativista buscou garantir mecanismos de gestão participativa, tais como: “o conselho da administração e assembleia geral; e a determinação de que cada sócio tenha apenas um voto, não seguindo, portanto, o sistema da sociedade comercial, onde o capital é que define a força e o exercício formal do poder”. (2000, p. 95)

Vale lembrar que os sócios das sociedades cooperativas são chamados de associados e que a entidade máxima deliberativa são as assembleias gerais, que podem ser caracterizadas de dois tipos: as assembleias gerais ordinárias e as assembleias gerais extraordinárias.

Ventura e et al (2009, p. 95) descrevem as assembleias e as pré-assembleias como “fóruns convenientes” que possibilitam a discussão de diferentes posições e expectativas. Sendo assim, ressalta “a importância da representatividade – que está implícita no princípio basilar da equidade, ou seja, do tratamento justo e equânime de todos os grupos ou legítimos interessados no destino da organização”. Para os autores, a representatividade está relacionada à presença e a manifestação dos associados nas assembleias.

Pinho explica como funcionam as Assembleias Gerais:

Cada associado tem direito a um voto apenas, quer a sociedade tenha ou não capital social. Esse direito é pessoal e não admite representações, senão em casos especiais taxativamente expressos nos estatutos. No caso de representação, cada associado não pode representar mais do que um outro, exceto nas cooperativas cuja área de ação, por suas condições peculiares, estenda-se até onde os associados possam ter domicílio profissional ou residência. Nestes casos, a lei estabelece quantos associados podem ser representados por uma pessoa física ou por uma pessoa jurídica. (2004, p. 77).

Segundo Demo (1989, p. 127), as assembleias são importantíssimas, pois permitem “discutir melhor o encaminhamento da luta, leva à participação ativa do povo, viabiliza a reflexão conjunta, fortalece a luta e permite, enfim, a participação popular nas decisões [...]”. Sendo assim, é primordial a participação dos associados nas cooperativas e nas assembleias.

Ventura e et al, afirmam que:

A organização da cooperativa demanda comprometimento e participação de seus associados. A participação é condição fundamental para sua plena existência e para cumprimento de sua missão. Todos os esforços devem ser empreendidos para estimulá-la. A participação contribui para a gestão democrática da organização, melhor fiscalização e aumento da solidez, alinhamento dos interesses internos e atendimento à expectativa dos associados. (2009, p. 95-96).

A gestão da cooperativa pelos próprios associados denomina-se autogestão cooperativa. “A autogestão, também conhecida como gestão coletiva e democrática do empreendimento por todos os associados, com direito a apenas um voto por pessoa, surgiu na Europa na metade do século 19, e atualmente está difundindo no Brasil” (PINHO, 2004, p. 81/82).

Para que a autogestão ocorra é necessário o conhecimento do que acontece na organização por todos os seus membros. “Os níveis mais altos, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis

perante os mesmos. A autoridade maior é a assembleia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração”. (SINGER, 2002, p. 18)

Para o autor, diferente da autogestão, a economia capitalista aplica a heterogestão, onde “as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo”. (SINGER, 2002, p. 17). Assim, os trabalhadores do nível mais baixo apenas cumprem suas tarefas repetitivas e rotineiras sabendo muito pouco.

Carvalho afirma que desde quando surgiram as cooperativas autogestionárias estas tinham pensamentos de gestão coletiva, diferenciando-se das relações capitalistas existentes. Ressalta também que a autogestão é um expoente diferencial das cooperativas visto que os cooperados atuam, simultaneamente, como usuários e proprietários do negócio. “Os cooperados são munidos de poder para se candidatarem a cargos eletivos e se tornarem dirigentes cooperativistas. Independentemente do interesse por cargos eletivos, cada cooperado tem direito a opinar e decidir os rumos de sua cooperativa”. (2011, p. 45).

Pinho define a autogestão cooperativa como uma forma democrática das decisões “Em organizações econômicas simples ou complexas, característica que marca todas as cooperativas, desde os seus primórdios”. (2004, p. 81/82).

Benecke (1980, p. 96) diz: “Para a tomada de decisão, a igualdade de direitos significa a aplicação das regras do jogo democrático, o que quer dizer por um lado, que cada associado dispõe do mesmo número de votos e, por outro lado, que as maiorias decidem”.

Carvalho destaca que os cooperados encontram na autogestão uma maneira de diminuir a distância para se alcançar uma sociedade mais igualitária.

A autogestão representa a construção permanente de mecanismos de descentralização de decisão, gestão e controle. Todas as formas de gerenciamento de recursos encontram a devida aplicação nas mãos dos associados organizados democraticamente, cujas bases estão nos princípios que norteiam o direito de liberdade e ao bem comum, desafiando a prevalência das relações capitalistas que dificultam o crédito ao marginalizado financeiro. (CARVALHO, 2011, p. 47).

Singer afirma que “a autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam”. (2002, p. 23).

Dai a importância das organizações incentivarem seus membros a buscarem informações que auxiliem na participação efetiva.

Participar exige informação, conhecimento e capacidade de decidir. O princípio da transparência deve definir, nas práticas de governança, o interesse dos gestores em assegurar aos proprietários, nesse caso os associados, pleno conhecimento das informações e dos resultados, de forma que melhore sua opinião. Isso conduz à necessidade de serem inseridas recomendações para estabelecimento de canais eficazes de informação e de recebimento de críticas e sugestões. (VENTURA et al, 2009, p.65).

Sendo assim, para Singer o desinteresse dos sócios é o maior inimigo da autogestão. Estes preferem dar um voto de confiança à direção para que esta tome decisões por eles.

E a direção tende, às vezes, a aceitar o pedido, sobretudo quando se trata de decisões que podem suscitar conflitos entre os sócios. É, em geral, mais fácil conciliar interesses e negociar saídas consensuais num pequeno comitê de diretores do que numa reunião mais ampla de delegados, que têm que prestar contas aos colegas que representam. (SINGER, 2002, p. 19/20).

Observa-se, assim, que as cooperativas por mais que tenham viés empresarial, tem suas características próprias, não visam o lucro, mas a facilitação do meio econômico de seus associados, sem distanciar-se da equidade social, tendo premissa básica a igualdade, fraternidade e solidariedade.

Assim as cooperativas que estão pautadas na Gestão Social Democrática aplicam seus princípios basilares transpassando a seara econômica, tendo em vista o desenvolvimento social, afim de, diminuir as desigualdades sociais.

Neste interim, Franco (1995) muito bem elucida sobre a

potencialidade do desenvolvimento ao destacar que: quando ocorre a melhora do bem-estar do ser humano sucede assim o desenvolvimento. Desta forma pode-se dizer que ao passo que uma comunidade tem enérgicas suas potencialidades, desta forma tem-se o desenvolvimento.

Para Celso Furtado (1964) o desenvolvimento econômico caracteriza-se como um processo de mudança social que existe diante das necessidades humanas, que já existem ou então aparecem ante as inúmeras mudanças, que são contentadas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas.

Assim de uma forma sucinta e genérica é possível definir o desenvolvimento socioeconômico como o processo que possui uma evolução não só econômica, mas também humana e interligada entre si de forma dependente.

Nesta mesma linha de raciocínio, Singer (1982) afirma que é possível realizar uma divisão dos conceitos de desenvolvimento mais usuais em duas correntes: a que trata o desenvolvimento como crescimento econômico e assim com a falta desta característica apresenta-se o subdesenvolvimento e a outra corrente que apresenta a distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento. Nesta corrente, o crescimento apresenta-se como um fator de expansão quantitativo diferente do desenvolvimento que é visto como um processo de transformações de cunho qualitativo dos sistemas que prevalecem nos países subdesenvolvidos.

Para Galvão (2004), no Brasil o desenvolvimento possui uma definição regional. Isso porque em determinadas regiões territoriais se sobressaem às demais no que concerne a recursos humanos, materiais e recursos financeiros. Assim sendo, países que estão em desenvolvimento, como o Brasil, somando-se ao fato de que este possui grandes extensões territoriais e abundante carência de indivíduos, não há que se falar em dúvida entre crescer ou não, quando é necessário e imprescindível o desenvolvimento.

Ainda segundo Galvão (2004) o desenvolvimento deve ser um requisito importante para a construção da dignidade humana e diminuição/eliminação da miséria. Nesta condição, o crescimento econômico assume uma condição indispensável para o desenvolvimento humano. Ou seja, a busca incessante pela melhoria da qualidade de vida das pessoas gera melhores índices de desenvolvimento socioeconômico e, conseqüentemente, influencia no capital social que se torna produtivo e leva desenvolvimento aos municípios e instituições democráticas.

A busca pelo crescimento visando ao equilíbrio econômico e social justifica a busca pelo direcionamento estratégico, na perspectiva de estender as vantagens do cooperativismo a mais pessoas que se encontram em situação desfavorável, frente ao desenvolvimento econômico. (CARVALHO, 2011, p. 45).

Um ponto importante dos índices de desenvolvimento socioeconômico atual, segundo Nazzari (2003), é que ele está pautado na melhora da qualidade de vida das pessoas. Constata-se então, que neste sentido o capital social é produtivo para o desenvolvimento socioeconômico das cidades e para a manutenção das instituições democráticas. Percebem-se estes modelos de capital social e suas formas presentes em grupos baseados na organização comunitária ligada à participação cívica em assuntos relacionados ao meio ambiente; educação e problemas da comunidade, e cooperativas de ajuda mútua.

Para Arraes e Barreto (2003) o desenvolvimento pode ser postulado por meio da cooperação, com base na responsabilidade por contribuições de fatores importantes para o desenvolvimento sustentável, que são menos quantificáveis. Estes fatores podem ser elencados sob o prisma da cooperação, como sendo: a melhora da aptidão em administrar políticas econômicas e sociais, obediência das leis, comprometimento com o público, valorização dos direitos humanos, participação dos associados e envolvidos, acúmulo de capital social, busca por sustentabilidade e zelo pela cooperação internacional.

Ainda, segundo Galvão (2004) o cooperativismo é um movimento social fundamentado na união de pessoas formando associações e visando, a partir de interesses comuns, ao bem-estar coletivo. Assim, o cooperativismo se caracteriza como uma fonte para o capital social que importa no crescimento das economias.

A missão fundamental das cooperativas é servir de intermediária entre o mercado e a economia, promovendo, assim, seu incremento. Desta diferenciação decorrem diversas implicações para o processo de gestão em cooperativas, em especial na relação cooperado-cooperativa. Todo esforço através do Cooperativismo é centrado em promover pessoas com maior capacidade de decisão e igualdade econômica. (CARVALHO, 2011, p. 43-44).

Para Arraes e Barreto (2003), o cooperativismo prima sempre por valores, como: a democracia, solidariedade e igualdade que são características fundamentais deste modelo. Estes princípios garantem a igualdade de direitos, de participação, visam sempre os direitos dos associados e os integra a sociedade.

Com base em um conjunto de indicadores econômicos, sociais, culturais, educacionais, é admissível estabelecer um nível de desenvolvimento social e econômico de um determinado local, região ou até de país. Desta forma com base na participação e na influência que as Cooperativas desempenham no local em que estão inseridas, pode-se mencionar que os indicadores citados acima se fazem presentes cada dia mais na atuação destas cooperativas, proporcionando assim o desenvolvimento socioeconômico a determinadas regiões e pessoas.

Importante – não é demais repetir – é que as cooperativas não somente cresçam para firmar a sua posição no mercado, mas sobretudo, para que o homem, na sua função de cooperado, venha a ser o destinatário certo de todos os benefícios que a atividade cooperativa, racionalmente, seja capaz de produzir. (FRANKE e et al., 1988, p. 23).

Em referência ao aludido e dado seguimento a este pensamento, afirma-se que as cooperativas que seguem os seus princípios basilares adquirem um papel de grande importância no cenário atual, visto que buscam a inclusão socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de todos. Ou seja, beneficia não somente seus cooperados como todas as comunidades integradas a este sistema, que busca a participação democrática de seus associados.

As cooperativas possuem uma missão social; no meio em que atuam, fortalecem o fraco, integram pessoas e geram renda, pois em sua doutrina o objetivo principal visa à correção das distorções, mediante as desigualdades do meio econômico e social. Os princípios que norteiam todas as ações cooperativas, quando observados, facilitam significativamente a disseminação do bem e do interesse comum. (CARVALHO, 2011, p. 37).

Apresenta-se como uma alternativa para a diminuição de desigualdades sociais que vêm marginalizando inúmeras pessoas menos favorecidas, seja pelo seu grau de instrução, seja pelo meio social que estão inseridas, enfim por inúmeros fatores que causam discrepâncias entre essas pessoas.

Porém, Stahl e Schneider (2013) alertam para obstáculos que causam movimentos de degeneração do cooperativismo, que podem impedir ou dificultar a continuidade da efetivação do sistema e a aplicabilidade dos princípios cooperativistas. Seriam eles: a pouca rotatividade da diretoria; a falta de maior identificação e participação dos associados; o ambiente pouco participativo nas assembleias; debilidade nos vínculos de adesão dos associados com a organização; inadequada relação de poder e conhecimento técnico-administrativo; impasses de capitalização das cooperativas comparados as empresas privadas concorrentes; a falta de intercooperação e cooperação; dependências das cooperativas como o poder pública não bem esclarecidas; pouco caso quanto a educação cooperativa e a síndrome da prosperidade que afasta o sentimento cooperativista de alguns associados.

Além disso, para que essa missão social seja cumprida, é primordial a efetiva participação do cooperado evitando-se a degeneração das sociedades. É preciso que:

A base esteja organizada, visando a médio e a longo prazo não eliminar o poder, ou a faculdade de poucos decidirem legitimamente em nome de muitos, nem substituí-lo pelo “assembleísmo” ou o “basismo”, mas, respeitando sua esfera própria, colocá-lo de fato a serviço da cidadania. (SCHNEIDER, 1982, p. 195).

Benecke completa afirmando que quanto ao processo de decisão é importante esclarecer até onde a diretoria pode tomar decisões, sem prévia consulta aos associados. A resposta dessa indagação depende da situação em concreto da funcionalidade de cada cooperativa. “Esta possibilita determinar-se, com bastante precisão, em cada caso particular, os campos onde os associados delegam seus direitos de decidir à diretoria, para permitir uma política operacional flexível e que faculdade de decisão pode permanecer em mãos dos associados”. (1980, p. 96)

Cabe salientar que neste cenário de tomada de decisões, há de se considerar o número de associados dentro de uma organização e o que o crescimento deste quadro pode acarretar nas cooperativas. Para Bialoskorski Neto (2007) o aumento no número de cooperados, provocado pelo crescimento econômico da Cooperativa, pode trazer prejuízos para a participação social dos mesmos, visto que acarreta em aumento de custos para a simetria das informações.

O autor destaca que quanto mais significativos os custos para o produtor rural, menor será o seu estímulo em participar das estruturas de governança. Porém, esta realidade se inverte quando da importância econômica da decisão a ser discutida na assembleia for mais expressiva para o produtor do que a ausência em seu trabalho rotineiro.

A dimensão de simples usuário apresenta somente benefícios, enquanto a construção de um compromisso relacional apresenta custos de participação. Dessa forma, o cooperado prefere a dimensão de usuário e não participa das atividades obrigatórias da cooperativa, como assembleias e comitês, entre outros. (BIALOSKORSKI NETO, 2007, p. 128).

Além disso, o autor ressalta também que o crescimento no quadro de cooperados provoca uma maior divisão nos direitos de decisões nas assembleias e, muito bem exemplifica:

[...] em uma cooperativa com 20 associados, o voto relativo de cada um deles representa $1/20$ de poder de decisão, podendo haver uma maior expressão nas assembleias gerais, mas, em uma cooperativa com 1.000 associados, cada voto representa $1/1.000$ do poder de decisão e uma probabilidade de menor expressão em uma assembleia geral. (BIALOSKORSKI NETO, 2007, p. 123).

Ou seja, o autor enfatiza que com o aumento do número de associados cria-se um distanciamento destes com a Cooperativa, visto que o voto de um associado participante de uma organização com mais de 1000 associados não tem o mesmo poder de decisão se comparado a uma menor e de poucos membros. Assim, a organização Cooperativa deve incentivar mecanismos que criem e reforcem a participação

evitando o distanciamento dos cooperados. “Nesse caso, os benefícios de preços e serviços aliados à utilidade e ao bem-estar criado pela cooperativa são suficientes, logo os custos de participação podem ser mais altos proporcionalmente do que os benefícios diferenciais criados em consequência da participação”. (BIALOSKORSKI NETO, 2007, p. 128).

Paul Singer (2011) destaca que fatores econômicos também influenciam na participação dos associados, principalmente quando a cooperativa está economicamente enfraquecida ou quando algo de errado está ocorrendo. Nestes casos, os cooperados se sentem na obrigação de consertar os erros e organizar a casa. Porém, quando ocorre uma situação inversa, o problema pode ser outro. De acordo com o autor, “cooperativas que vão bem podem vir a apresentar o quadro oposto: a lei do menor esforço concentra o poder de decisão de fato nos gestores e a empresa escorrega sem perceber para uma prática de heterogestão”. (SINGER, 2011, p. 20).

Em situações que a Cooperativa encontra-se com fraco desempenho econômico, o autor traça apenas duas opções ao associado: seu desligamento de forma preventiva para encontrar alternativas para os seus negócios ou uma participação atuante com o intuito de receber informações e criar acesso a benefícios e serviços.

A participação também pode ser uma função de atividade econômica do associado na cooperativa, pode ocorrer devido à intensidade de assistência técnica por meio de agrônomos, zootecnistas e veterinários, pois esses são responsáveis pelas relações diretas entre a organização e seus associados nas áreas rurais, e podem, portanto, incentivar a participação e os compromissos relacionais. (BIALOSKORSKI NETO, 2007, p. 128/129).

A utilização destes mecanismos possibilitam aos cooperados melhores condições de participação por meio de conjunto de subgrupos, “constituindo-se em um canal através do qual os associados podem expressar suas necessidades, desejos e inquietudes, além de constituir um meio de comunicação e informação importante entre os dirigentes e as bases sociais”. (VALADARES, 1995, p. 20).

Assim, importante discorrer sobre o espaço deliberativo no cooperativismo e como acontece efetivamente a tomada de decisões dentro desse tipo de organização.

3.3. GESTÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA NA COOPERJA

3.3.1. Contexto Regional e o Histórico da Cooperativa Agroindustrial Cooperja

A Cooperativa Agroindustrial Cooperja tem sua matriz localizada na cidade de Jacinto Machado, cidade da região sul de Santa Catarina e instalada na planície costeira, quase ao pé da Serra Geral, contando com uma área de 431,379 Km² e uma população em 2015 estimada de 10.608 habitantes de acordo com dados do IBGE (2016).

De acordo com Fontanella (1991) os índios *xoklengs*, que viviam da caça e da pesca, deram início à ocupação humana do local. Por volta de 1727, os primeiros colonizadores fixaram moradia nessa região através da estrada “Conventos-Curitiba”, um caminho que cortava o vale do Araranguá, passando pela Serra Geral, chegando aos campos de Curitiba. Por mais de um século as terras da região foram cruzadas por tropeiros.

Povos de diversas etnias passaram a ocupar a região, após disputas com indígenas, açorianos, italianos e alemães.

Toda área do município pertenceu, primeiramente, a quatro latifundiários: Maria Monteiro de Guimarães e Cunha, João da Silva Córdova, Antônio Manoel Bandeira e Martinho Guizzo. Nenhum desses latifundiários aqui residia. Desde o século passado, alguns como proprietários e outros como posseiros, residiram aqui. (FONTANELLA, 1991, p.08).

Tamamhos eram os conflitos entre os índios e os colonos que a região não prosperava e inexistia igreja, mercados, escola. Quem fixava moradia, não regularizava a sua terra, apenas se apossavam das áreas onde se instalavam.

Os terrenos concedidos pela coroa não forneciam exatidão dos limites de suas terras, abrindo caminho para os posseiros. Os poucos latifundiários ou herdeiros legais que foram beneficiados nem sabiam onde eram suas terras. Os posseiros só produziam o necessário para sobreviver e a estagnação da região durou até a

década de 20, do ano de 1900. (FONTANELLA, 1991, p.08).

Entre 1920 a 1930, Fontanella (1991) apresenta dados da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, que registram o maior número de migrantes e imigrantes italianos. Nesta época, a região de Araranguá pertencia a Laguna, mas logo foi desmembrado. Desta forma, Araranguá passou a ter jurisdição sobre todas as terras do extremo sul catarinense, incluindo Criciúma.

Novas divisões ocorreram, e após a criação do Município de Turvo em 1948 passou a ter jurisdição sobre as terras de Jacinto Machado. Jacinto Machado foi elevado a Município pela Lei n° 348 de 21 de junho de 1958, com instalação em 23 de junho de 1958, sendo que até meados de 1943, Jacinto Machado era conhecido como Volta Grande.

Segundo Fontanella (1991), a imigração ítalo-brasileira promoveu o desenvolvimento da região por meio da agricultura. No início a atividade era praticada para subsistência. Egídio Tomasi, vindo de Rio Caeté (Urussanga), instalou a primeira serraria em 1922, dando o passo inicial para a atividade comercial na localidade. Outro fator importante para o desenvolvimento local foi a construção de uma fábrica de banha, um curtume e uma selaria pelos irmãos Nicolau, Luiz, Ângelo e Franscico Trevisol.

Ainda segundo o autor, Jacinto Machado era uma região agrícola. Ainda hoje, boa parte da população vive ou depende da lavoura. A cultura da banana era a principal atividade exercida. Em um plano secundário vinha o cultivo do fumo, e por fim a cultura do arroz sequeiro que era produzido em uma margem de 30 a 40 sacos por hectare.

Somente em 1980 é que o sistema de plantio irrigado chegou ao conhecimento dos agricultores daquela localidade e a partir daí, a produção de arroz passou a aumentar e tornar-se de grande importância para o desenvolvimento da economia regional. Com o cultivo aumentando, os agricultores passaram a procurar linhas de crédito para adquirirem maquinários agrícolas. Segundo Martine (1987) a modernização da produção agrícola seria a mola propulsora para a geração do excedente necessário a viabilização da rápida expansão.

Atualmente a economia do município gira principalmente em torno da rizicultura, que gera receita e beneficia o comércio. Deve-se citar a produção de bananas, que mesmo em menor quantidade, contribui para a economia abastecendo de matéria-prima três fábricas de

balas e doces da fruta.

Há ainda na localidade a produção de maracujá, fumo, feijão, pequenas indústrias moveleiras e a criação de suínos e frangos que colaboram, mesmo em menor escala, para o desenvolvimento econômico de Jacinto Machado. As atividades agrícolas citadas são exercidas na cidade, em grande número, pela agricultura sobre regime de economia familiar. Foi também neste contexto que ocorreu a fundação da Cooperativa Agroindustrial Cooperja, que tem papel significativo no desenvolvimento econômico e social do município.

Necessário mencionar que o município de Jacinto Machado é integrante da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), associação criada no ano de 1979 e originada da cisão da Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina, esta que englobava os municípios da região carbonífera e os municípios do vale do Araranguá.

Primordialmente, a associação visava fomentar os municípios associados em suas estruturas técnicas e administrativas com atuação de caráter reivindicatório. Significativa mudança ocorreu no decorrer dos anos, uma vez que diversificou sua atuação, desempenhando atualmente atividades relacionadas ao setor de prestação de serviços e planejamento regional, tratando-se também a associação de importante figura representativa na busca de melhorias para seus municípios associados junto ao poder público (AMESC, 2016).

A Cooperativa Agroindustrial Cooperja, que adota o nome fantasia “COOPERJA”, tem seu nascimento datado em 30 de agosto de 1969. Incentivados pelo Engenheiro Agrônomo Joaquim Pedro Coelho, ex-funcionário da ACARESC, atual EPAGRI, 117 agricultores se reuniram e realizaram uma Assembleia Geral no Salão Paroquial de Jacinto Machado, com o objetivo de encontrar soluções para problemas de aquisição de insumos, armazenagem e comercialização da produção agrícola da região (ALEXANDRE, 2014).

Após a construção de um pavilhão, em 1970, foi iniciado o processo de beneficiamento de arroz e comercialização do produto. Entretanto, fortes vendavais destruíram a sua sede no ano de 1974, sendo reerguida nos anos seguintes. Também em 1983 fortes ventos destelharam parte do pavilhão que necessitou de investimentos para evitar que os produtos depositados percessem. Na mesma data ocorreu o lançamento da marca *Arroz Pinheirinho*, que posteriormente passou a ser chamado *Arroz Caçarola*. Também neste período, o número de associados dobrou e chegou a 200 cooperados. Aumentou também a capacidade de recebimento e armazenagem para 120.000 sacas de

arroz/ano. (COOPERJA, 2016).

A década de 1990 foi marcada pelo salto econômico da organização na região do extremo sul catarinense quando a Cooperja iniciou o fornecimento de arroz a seus associados e passou a receber maracujá de produtores da região. Houve ainda expansão da sua área de atuação para o Norte do Rio Grande do Sul. Em 1992 foi inaugurado o primeiro supermercado da Cooperja, situado na cidade de Jacinto Machado. No ano seguinte ocorreu a informatização dos setores administrativos, contábeis e comerciais. Já em 1994, foi a vez de Praia Grande inaugurar o segundo supermercado da cooperativa. (COOPERJA, 2016).

O arroz sempre foi o produto líder da organização, chegando em 1999 a ultrapassar a marca de 500 mil sacas recebidas. Passados apenas dois anos, o recebimento do produto superou um milhão de sacas. Em 2002 a cooperativa obteve o reconhecimento de líder no recebimento de arroz entre todas as cooperativas no Estado de Santa Catarina. Neste mesmo ano lançou no mercado mais um produto, a farinha de arroz Caçarola. No ano de 2003, a Cooperja associou-se à indústria de fertilizantes da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina, FECOAGRO. Segundo informações do site da Cooperja, tal parceria tem a finalidade de “importar a matéria-prima (fertilizantes), ter uma marca própria, (Fertilizantes Fecoagro) e distribuir às cooperativas filiadas, diminuindo os custos e eliminando o atravessador”. (COOPERJA, 2016).

Diversos empreendimentos e produtos foram realizados e lançados pela cooperativa ao longo dos anos: inauguração de lojas agropecuárias, lançamento de produtos como macarrão, farinha de arroz, variedades de arroz (integral, cateto embalado a vácuo, sem agrotóxico), além de premiações por revistas de renome nacional como: Revista Exame, Revista Amanhã, Revista Globo Rural.

Na Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado (Cooperja), os investimentos começaram antes mesmo da abertura do mercado externo. "Quando planejamos a planta, já havia a possibilidade, em médio prazo, de exportar", diz Diógenes Bellettini, gerente Administrativo-financeiro da cooperativa. A empresa aplicou R\$ 20 milhões na construção de uma unidade fabril em Santo Antônio da Patrulha (RS) – onde serão beneficiados 200 mil fardos de arroz por mês. Metade da capacidade já está em uso. A matriz da empresa, em Santa Catarina, está com sua capacidade máxima em uso: 120 mil fardos por mês. (FECOAGRO, 2008).

A Cooperja de Jacinto Machado também está entre as 400

maiores empresas do agronegócio do país. Este é o 6º ano consecutivo que a Cooperativa do sul de SC figura no ranking publicado pela Revista Exame – Anuário Maiores e Melhores de 2012. A publicação é reconhecida nacionalmente e aponta as empresas que são destaque em todo o país. A Cooperja está na 333ª colocação, entre as 400 maiores empresas de agronegócios do Brasil. (FECOAGRO, 2012).

Objetivamente, as atividades da cooperativa geram mais de 500 empregos diretos. Sua área de atuação concentra-se na região Sul Catarinense e Norte do Rio Grande do Sul. Ela é responsável por mais de 40% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) recolhidos pelo Município de Jacinto Machado. Além disso, ela representa mais de 10% da produção catarinense e 0,8% da produção nacional de arroz. (ALEXANDRE, 2014).

O perfil de 85% dos associados da Cooperja é de pequenos e médios produtores, com pequenas e médias propriedades. Os 10% restantes contam com propriedades acima de 50 hectares e 05% propriedades acima de 100 hectares. (COOPERJA, 2016).

Neste momento, é necessário analisar as bases definidas no Estatuto Social, que são aprovadas por assembleia extraordinária. O Estatuto é lei entre os associados, que dita as regras de toda a sociedade, ao passo que os associados estão estritamente vinculados. Diante desta importância, necessitamos neste momento verificar trechos do Estatuto Social da Cooperja, para entendermos melhor o seu funcionamento, conforme será apresentado a seguir.

3.3.2. Estatuto Social da Cooperja

Em seu Estatuto Social (2015) a Cooperja é denominada em seu art. 3º como sendo uma Cooperativa singular, agropecuária mista, sem fins lucrativos, que tem por objetivo “a promoção do desenvolvimento social e econômico aos seus associados através da ajuda mútua”.

Segundo o Estatuto, pode se associar a Cooperja “qualquer pessoa que pratique atividade agrícola ou pecuária em imóvel de sua propriedade, arrendadas, de parceria ou ocupada por processo legítimo, que possa dispor livremente de seus bens”. O número de associados não tem limite, mas não poderá ser inferior a 20 pessoas físicas.

A Cooperja é administrada por um Conselho de Administração composto por nove membros, todos associados, com os títulos de presidente, vice-presidente, secretário, quatro conselheiros titulares e dois conselheiros suplentes. O mandato tem duração de quatro anos, sendo obrigatória a renovação de 1/3 dos membros.

Cabe ao presidente, segundo o Estatuto as seguintes atribuições, a teor do art. 38:

- I – supervisionar as atividades da Cooperativa, através de contatos assíduos com os conselheiros de administração, conselheiros fiscais e assessores administrativos dos vários setores;
- II – verificar frequentemente o saldo do caixa;
- III – assinar em conjunto com o vice-presidente, ou, na falta deste com o secretário ou outro conselheiro, ou empregado designado para tal fim pelo conselho de administração, cheques bancários, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, inclusive constituir mandatários;
- IV – convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração, bem como, as assembleias gerais dos Associados;
- V – apresentar à Assembleia Geral Ordinária todos os assuntos da ordem do dia;
- VI – representar ativa e passivamente a Cooperativa, em juízo, ou fora dele;
- VII – elaborar o plano de atividades da Cooperativa.

Já ao vice-presidente cabe: substituir o presidente em seus impedimentos no prazo de até 90 dias; participar no controle da Cooperja, assinar juntamente com o presidente cheques bancários, contratos e outros documentos; e assumir o cargo de fiel depositário nas operações em que se faça necessário.

Por sua vez, o secretário deve, prioritariamente, secretariar e lavrar as atas das reuniões e Assembleias Gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes ao quadro social.

De acordo com o Estatuto Social, no art. 36, o Conselho de Administração:

- I – reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e, extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do presidente, por maioria do Conselho de Administração, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;
- II – delibera validamente por decisão da maioria dos seus membros presentes, reservado ao presidente o exercício do voto de desempate;

III – as deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas ao final dos trabalhos pelos membros do Conselho presente.

Sendo assim, compete ao Conselho de Administração, limitado a lei e ao Estatuto Social, e de acordo com as decisões da Assembleia Geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da Cooperja.

A Cooperja, ainda de acordo com o seu Estatuto Social, tem sua administração, atividades e serviços fiscalizados por um Conselho Fiscal formado por três membros efetivos e três membros suplentes, todos Associados, eleitos em Assembleia Geral anual, podendo ocorrer a reeleição de somente 1/3 dos membros. O Conselho reúne-se de forma ordinária uma vez por mês, e extraordinária sempre que necessário, e cabe a este, as seguintes tarefas segundo o art. 44 do Estatuto:

I - conferir mensalmente o saldo do numerário existente em caixa, verificando também se está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;

II - verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;

III - verificar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão em conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;

IV - verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em número, qualidade e valores às provisões feitas e as conveniências econômico-financeiras da Cooperativa;

V - certificar se o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;

VI - verificar se existem reclamações dos Associados quanto aos serviços prestados e a condução da Cooperativa;

VII - inteirar se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;

VIII - averiguar se há problemas com empregados;

IX - certificar se há exigência ou deveres a cumprir junto às autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas bem como, quando aos órgãos do cooperativismo;

X - averiguar se os estoques de materiais, produtos, equipamentos estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância de regras próprias;

XI - estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre este para a Assembleia Geral;

XII - dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando-se a este, à Assembleia Geral, ou as autoridades competentes as irregularidades constatadas e, convocar a Assembleia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Cabe também à Cooperja a criação de Comitê Educativo formado por líderes da cooperativa nas comunidades, ou seja, líderes rurais, associados, eleitos pelos Associados, com representação válida por um ano e evitando-se a reeleição. O Comitê é dirigido por um coordenador, um vice coordenador e um secretário, indicado pelos próprios membros.

Ao coordenador cabe a função de organizar e dirigir as reuniões, levar as soluções e manter os contatos diretos com a diretoria. Ao vice coordenador cabe exercer a função de coordenador do comitê cooperativo da filial e substituir o titular na ausência deste. Além disso, auxiliar o coordenador no trabalho de comando. Ao secretário cabe a função de redigir as atas das reuniões encarregando-se de enviar cópias à direção da cooperativa e tratar das correspondências.

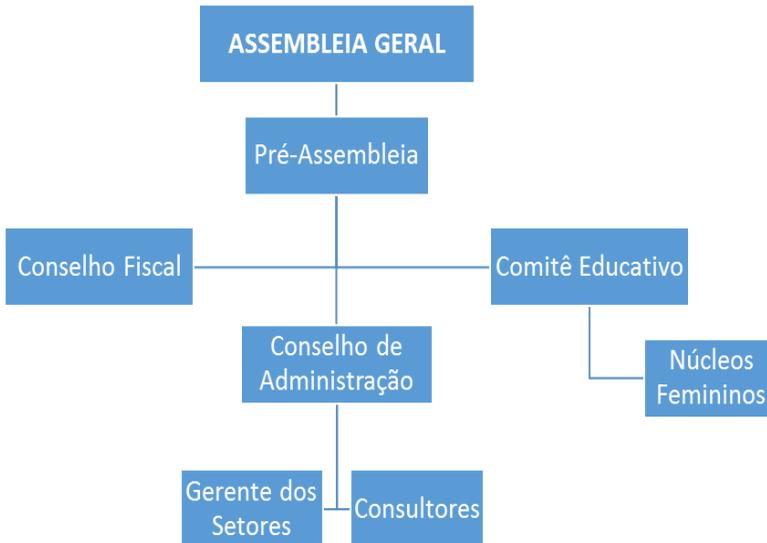
O comitê educativo deverá exercer a função de comunicação entre a Cooperja e o associado, esclarecendo ao mesmo seus direitos e obrigações, atuando também nas decisões da organização como um conselho ético. O seu objetivo é de ser um órgão assessor da direção da Cooperativa, sendo, realmente, um elo permanente de ligação entre os dirigentes e as bases da Cooperativa que são os associados.

Deve ainda difundir na comunidade o cooperativismo, orientar os associados com relação à funcionalidade da Cooperativa; promover o cooperativismo, e incentivar a participação dos Associados nas Assembleias Gerais e ações da Cooperativa.

O seu calendário de reuniões funciona ordinariamente de forma bimensal nas terças-feiras à tarde ou extraordinariamente sempre que os membros acharem necessário. Após a aprovação e inclusão do regimento interno do comitê no estatuto social da cooperativa, poderá o mesmo receber recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social para cobertura de eventuais despesas decorrentes das reuniões do comitê educativo.

Para melhor exemplificar segue a figura abaixo:

Figura 01 - Organograma Organizacional da Cooperja.



FONTE: Criado pelo Autor.

Tal organograma e disposição da Diretoria, Conselhos e Comitê Educativo de nada tem valor sem a participação dos Associados nas Assembleias Gerais. Por falar nisso, tal participação do associado nas Assembleias é um dos direitos primordiais do associado e garantido pelo Estatuto Social da Cooperja. Senão vejamos o contido no art. 6º, referente aos direitos dos associados:

I - tomar parte das assembleias gerais, participar das decisões que nelas se tomarem, votar todos os

assuntos que nela se tratarem, ressalvados os casos previstos no artigo 25º;

II - propor ao Conselho de Administração e a assembleia medidas de interesse da Cooperativa;

III - votar a ser votado para todos os cargos eletivos da Cooperativa, salvo se tiver estabelecido vínculo empregatício com ela, caso em que só o readquirirá após aprovados as contas do exercício em que se deu o desvinculo;

IV - desligar-se da sociedade quando lhe convier;

V - realizar com a Cooperativa todas as operações, objeto de sua filiação;

VI - solicitar por escrito, quaisquer informações sobre os negócios da Cooperativa e, antes da assembleia, consultar na sede da sociedade os livros e peças do balanço geral;

VII - participar de todos os grupos, comitês ou comissões, criados no meio social da Cooperativa.

Segundo o art. 7º, VI, do Estatuto Social da Cooperja, a participação ativa, além de direito é também um dever e obrigação do Associado, que deve “zelar pelo patrimônio material e moral da Cooperativa, colocando os interesses da sociedade acima dos individuais e, denunciar qualquer atitude existente contrária aos interesses da Cooperativa por parte dos dirigentes, Associados ou terceiros”.

Essa participação ativa se dá, principalmente, através da Assembleia Geral dos Associados, que é o órgão supremo da Cooperativa e pode ocorrer de forma ordinária ou extraordinária.

“A Assembleia Geral Ordinária deve ser realizada, obrigatoriamente, uma vez por ano no decorrer dos meses de janeiro a março, e tratará dos seguintes assuntos que deverão constar na Ordem do dia”, conforme Estatuto Social da Cooperja em seus incisos constante do art. 31, *in verbis*:

I – prestação de contas dos órgãos de administração acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, relatório da gestão, balanço, demonstração das sobras apuradas ou das perdas verificadas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, e plano de trabalho da Cooperativa para o próximo exercício social;

II – destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições;

III – eleição e posse dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, quando for o caso;

IV – quando previsto, a fixação do pró-labore para dirigentes e de cédulas de presença para reunião do Conselho de Administração e Fiscal, bem como dos Comitês Educativos;

V – quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 33º (trinte e três) deste estatuto.

Já a Assembleia Geral Extraordinária realiza-se sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, sendo que se faz necessário mencionar no Edital de Convocação. Cabe citar que é de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, conforme consta no art. 33 do Estatuto Social da Cooperja (2015), tratar dos seguintes assuntos: I – reforma do estatuto; II – fusão, incorporação ou desmembramento; III – mudança do objeto social; IV – dissolução voluntária da sociedade e nomeação do liquidante; V – contas do liquidante.

Além disso, segundo o parágrafo único do art. 33 do Estatuto Social da Cooperja (2015) consta que “se faz necessário os votos de 2/3 dos Associados presentes em condições de votar para tornar válidas as deliberações constantes neste artigo”.

A Assembleia Geral tem poder para, respeitando os limites da lei e do Estatuto, tomar decisões de interesse social. Outra competência das Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias é a destituição dos membros do Conselho de Administração ou Fiscalização.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo presidente, auxiliado pelo secretário da Cooperativa, depois da decisão do Conselho de Administração. Ela também pode ser convocada pelo Conselho Fiscal, se extremamente necessário, e por pelo menos 1/5 dos Associados, se houverem solicitações não atendidas.

Para garantir a informação de todos os Associados sobre a realização de Assembleias Gerais, “Os Editais de convocação serão afixados em locais visíveis das dependências comumente frequentadas pelos Associados, publicados em jornais e comunicados através de circulares aos Associados”, é o consta no Estatuto da Cooperja em seu § 2º, do art. 24.

É importante destacar que o art. 25 do Estatuto estabelece o quórum para a realização da Assembleia Geral, que é de 2/3 dos Associados, em primeira convocação; metade mais um, em segunda convocação; e no mínimo 10 Associados na terceira e última votação; para todos vale o número de Associados em condições de votar. Ressaltando que o art. 30 do Estatuto prevê que:

As decisões nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria simples de votos dos Associados em condições de votar, salvo nos casos previstos no Artigo 33 (trinta e três) deste Estatuto, tendo cada Associado direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

Inobstante a isso, são realizadas também, aproximadamente, 10 pré-assembleias em diversas localidades de atuação da Cooperja, momento em que são discutidos diversos assuntos relevantes para serem incluídos na pauta das Assembleias Gerais. As pré-assembleias ocorrem, normalmente, no mês de janeiro antecedendo de quarenta a cinquenta dias das Assembleias Gerais. Nestas pré-assembleias são discutidos de forma detalhada e informal, os mais diversos assuntos de interesses da Cooperja e da Comunidade.

Nas pré-assembleias comparecem o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Comitê Educativo, os Núcleos Femininos e os Gerentes dos diversos setores da Cooperativa, que ficam à disposição dos associados para sugestões, críticas, reclamações e elogios.

Tendo em vista os pontos destacados do Estatuto Social, verifica-se que a participação dos Associados no espaço deliberativo é de extrema importância para o funcionamento da Cooperja. Sendo assim, faz-se necessário uma análise das deliberações da Cooperativa, sob o ponto de vista da Gestão Social Democrática.

4. REFLEXOS DA APLICAÇÃO DA GESTÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA NA COOPERJA

Com base em todo o estudo até aqui levantado, serão avaliados quais os reflexos da Gestão Social Democrática aplicada na Cooperja, sob o prisma do espaço deliberativo, tendo como questões norteadoras: O princípio cooperativo da Gestão Social Democrática é praticado na Cooperativa Agroindustrial Cooperja? Em caso afirmativo, existe um modelo de Gestão Social Democrática adotado na Cooperja? Atualmente, há na Cooperja a preocupação com a formação de associados à luz dos princípios da Gestão Social Democrática?

Por sua vez, o objetivo deste trabalho é analisar o cooperativismo à luz da gestão social democrática: estudo do caso na Cooperativa Agroindustrial Cooperja. Como ramificação deste objetivo realizar-se-á um estudo sobre as sociedades cooperativistas, a fim de entender seu conceito, objetivo, evolução histórica, seus princípios institucionais e suas peculiaridades. Analisar-se-á a Gestão Social Democrática no Cooperativismo atual. Avaliar-se-á a Gestão Social Democrática na Cooperja.

Como problemática, utilizar-se-á a conclusão trazida por Sandra Mayrink Veiga (2002), que traça o panorama atual e evolutivo do cooperativismo no Brasil, ressaltando que esse enorme desenvolvimento transformou as cooperativas em grandes empresas estritamente capitalistas, as quais estão desvinculadas dos princípios norteadores do cooperativismo.

Nesta perspectiva, a problemática será analisada, trazendo à luz respostas decorrentes da observação do fenômeno. O estudo de caso será concluído por meio da obtenção das informações de fontes secundárias junto a Cooperja, entre as quais: atas, documentos internos da cooperativa, publicações em periódicos e outros.

Todavia, importante analisar se há aplicação de uma Gestão Social Democrática diante desta problemática que atinge as cooperativas, tendo a ciência de que o estabelecimento de políticas e os direitos de decisão são de fundamental importância na elaboração de estratégias e políticas, sendo que em muitas organizações, é o conselho de administração quem vai demandar e ser consultado (BIALOKORSKI NETO, 2012).

Neste contexto, Bialokorski Neto apresenta o ponto de equilíbrio entre decisões completamente centralizadas na pessoa do presidente da cooperativa e decisões completamente descentralizadas por meio da Assembleia Geral Ordinária, na centralização há alto nível de custos,

“oriundo de dificuldades de obtenção de informação e especificamente do nível de pobreza de informações, pouco conteúdo, em função da falta de processo participativo e mais rico em informações”, já na descentralização há excesso de participação desencadeando “[...] custos advindos do processo de assimetria de informação e de inconsistência de objetivos entre os participantes e (entre) os vários grupos envolvidos” (BIALOKORSKI NETO, 2012, p. 167).

O ponto de equilíbrio para Bialokorski Neto é justamente o meio entre tais extremidades, representando o processo de decisão e o ponto onde os custos e processo de tomada de decisão são os mínimos possíveis, e assim os mais eficientes:

[...] É interessante notar que o fluxo de decisão de maiores custos e riscos ocorre em processo onde somente a diretoria, ou pequena parte da diretoria toma decisões e por outro lado essas decisões são levadas à assembleias para ratificação posterior. Assim é possível observar que a representatividade do conselho de administração ou a presença de um conselho consultivo para formulação de estratégias – formado por associados, diretoria e profissionais convidados – pode ser importante nesse processo, pois poderá garantir que o processo de tomada de decisão possa se aproximar do ótimo [...] (BIALOKORSKI NETO, 2012, p. 167-168).

Traz ainda, uma solução intermediária, no sentido de que a formulação de políticas de negócios tem que contar com a presença do conselho consultivo de estratégias: Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração (Membros associados), Conselho de Comitês de associados, Conselho Consultivo de Estratégias, Diretoria, consecutivamente (BIALOKORSKI NETO, 2012).

Como ponto de partida, hipoteticamente, utilizar-se-á o ponto de equilíbrio apresentado por Bialokorski Neto de decisões centralizadas/descentralizadas, a fim de verificar se há na Cooperja tal equilíbrio na tomada de decisões, a fim de deliberar se existe Gestão Social Democrática implantada na mesma, juntamente com a verdadeira aplicação dos princípios cooperativistas.

4.1 FUNDAÇÃO E EVOLUÇÃO ORGANIZACIONAL, FINANCEIRA, ESTRUTURAL E SOCIETÁRIA DA COOPERJA

4.1.1. Fundação da Cooperja e os Desafios dos Fundadores - 1969 a 1983

A primeira fase da Cooperativa Agroindustrial Cooperja começa no ano de sua instalação em 1969, quando pouco mais de 100 agricultores, incentivados pelo Engenheiro Agrônomo Joaquim Pedro Coelho, ex-funcionário da ACARESC, deram os primeiros passos para o funcionamento da mesma.

Em 30 de setembro de 1969, um mês depois da Assembleia Geral de criação da Cooperja, aconteceu a primeira reunião ordinária do Conselho de Administração. No encontro os pioneiros dos Conselhos deliberaram a respeito do início dos trabalhos da Cooperativa. Naquela data, consta na ata da reunião, que o Conselho foi dividido em grupos de estudos.

Os grupos, na ocasião, ficaram responsáveis por fazerem o levantamento da produção do arroz dos sócios e prováveis associados, além de visitas a engenhos e outras cooperativas da região para colher informações a respeito das máquinas necessárias, exploração de possíveis terrenos para a construção do primeiro engenho da Cooperativa, orçamento para a construção do armazém, máquinas e instalações. Em uma dessas visitas a outras cooperativas, podemos verificar alguns dos pioneiros da Cooperja acompanhados do Engenheiro Agrônomo Joaquim Pedro Coelho (o primeiro da direita para esquerda ou o mais próximo ao tronco da árvore), conforme figura abaixo:

Figura 02 - Alguns dos Fundadores da Cooperja em viagem para conhecer outras Cooperativas, acompanhados do Engenheiro Agrônomo Joaquim Pedro Coelho, em 1969.



Fonte: Cooperja (2016)

Após os estudos e esforços, a Cooperja saiu do papel em 1970, com a construção do primeiro pavilhão (figura abaixo):

Figura 03 - Primeiro pavilhão da Cooperja construído em 1970.



Fonte: Cooperja (2016)

No mesmo ano a Cooperativa começou a dar seus primeiros passos para a venda de sua produção. Prova disso é que em 18 de julho de 1970, em reunião extraordinária, o Conselho de Administração deliberou a respeito da contratação de um caminhoneiro para o escoamento do arroz beneficiado para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Verifica-se neste momento que a contratação do caminhoneiro seguiu as recomendações dos objetivos que os associados tinham quando da recém criação da cooperativa e sua expansão para poderem escoar os produtos produzidos pela cooperativa. Pode-se afirmar que a gestão democrática firmava seus primeiros alicerces na Cooperja.

Naquele mesmo ano em que entrou em funcionamento, a Cooperativa perdeu um de seus maiores incentivadores, mais precisamente, em 1970 o engenheiro agrônomo Joaquim Pedro Coelho faleceu em um acidente, quando este realizava um trabalho voluntário para consecução de um serviço de instalação elétrica na Cooperja, fato este que causou grande comoção entre todos os associados. Apesar da grande perda, o Conselho de Administração sentiu a necessidade de buscar o apoio técnico de outro profissional para continuar os memoráveis trabalhos realizados pelo Engenheiro Agrônomo.

Outro desafio do primeiro ano de funcionamento da Cooperativa, registrado em ata, tratou-se da necessidade de se encontrar proprietários dispostos a penhorar suas terras particulares e de seus familiares para o financiamento da aquisição de adubos, sementes, máquinas, inseticidas e fungicidas. A falta de infraestrutura da região também consta como um entrave para o escoamento da produção nos primeiros anos de trabalho da Cooperativa. Na ata da reunião do Conselho de Administração de fevereiro de 1971, os Conselheiros discutiram a necessidade da reconstrução de uma ponte pelo poder público municipal e estadual, visando o escoamento da produção.

Na Assembleia Geral Extraordinária no mesmo ano, foi a vez dos agricultores Associados exporem suas dificuldades, alegando que com o depósito de toda sua produção na Cooperativa pelo preço mínimo, não conseguiriam saldar seus compromissos, e que o mesmo não ocorreria se vendessem sua produção fora, pelo preço do dia.

A questão dos sócios preocupava o Conselho de Administração, já que muitos tinham produção e não depositavam na Cooperativa, mas faziam compras a pagar na mesma. Os Associados faltosos também não poderiam ser desassociados, porque a Cooperativa não tinha os valores necessários para devolver as quotas partes. E o número de Associados também diminuía por conta de mudanças para outros municípios.

Foi também em 1971 que começaram os primeiros casos de desvios na Cooperja. Na leitura da ata de 15 de maio de 1971 do Conselho Fiscal, já atuante naquele momento, realizaram fiscalização das fichas de controle de diversas mercadorias e do estoque existente no posto de revenda, ao passo que concluíram que dos 18 produtos verificados somente três conferiam com o estoque. Além disso, o fichário de controle de fornecedores de mercadorias não estava funcionando, e não existia um controle do movimento das contas dos associados.

Tal fato foi também objeto da ata da reunião do Conselho de Administração em 19 de Maio de 1971, foi descrito o desvio de valores por parte de um funcionário do posto de revenda, sendo que o caso foi levado à polícia na época. No mês de julho do mesmo ano, outro funcionário foi suspenso por reduzir o estoque no mesmo posto de revenda, e em Dezembro foi descoberto que o escriturário da Cooperativa estava desviando valores da mesma.

Um dos casos de desvio de valores mais discutidos em 1971 foi o caso de uma duplicata da Importadora Brasília S/A Indústria e Comércio, que foi paga pela Cooperativa, mas as mercadorias não chegaram à mesma. Um funcionário fazia o pedido em nome da Cooperja, mas vendia as mercadorias para outros comerciantes. Tantos desvios chegaram na época, a produzir comentários maliciosos envolvendo o nome da Cooperativa.

Inobstante os problemas normais enfrentados para a criação de uma organização cooperativa, a Cooperja sofreu diante da falta de organização e técnicas administrativas de controle. Atrelado, a tudo isso, diante da boa-fé e da confiança excessiva depositada em algumas pessoas, a Cooperja foi vítima de pessoas que usurpavam o seu pequeno patrimônio, visando o enriquecimento pessoal.

Também o pedido de aumento de salários foi outro assunto recorrente tratado nas reuniões do Conselho de Administração nessa primeira fase da Cooperativa. Tanto o Presidente, quanto funcionários fizeram a solicitação. Algumas foram aceitas e outras, por alegação de inaptidão dos funcionários, foram declinadas.

Ainda em 1971, verificou-se um problema no organograma da Cooperativa, já que Lédio Buzzello ocupava os cargos de Presidente e Gerente da Cooperja, funções que não poderiam ser acumuladas segundo a legislação. Foi também em 1971, logo depois do ocorrido, que o Presidente pediu demissão por motivos pessoais.

No primeiro ano de trabalhos na Cooperativa, verificou-se que muitas coisas precisavam ainda ser organizadas. Nas atas das reuniões

do Conselho foram registrados extravio de notas de venda de arroz, falta de cuidados com bens e sacarias sendo destruídas por ratos. Ademais, naquele momento o presidente e seus conselheiros eram obrigados a desenvolver diversas atividades de vários setores sem, contudo, muitas das vezes, possuírem conhecimento do setor em que exerciam as suas atividades.

Em 1972 os problemas com desvios dentro da Cooperativa foram novamente relatados e levados ao conhecimento da Promotoria de Justiça. Foi nesse ano também decidido que a Cooperja iria comprar arroz de não associados, e que era preciso escolher um nome comercial para o arroz empacotado em embalagem de cinco quilos.

Além de todas as preocupações inerentes ao início de qualquer negócio, a Cooperativa se viu prejudicada pela sonegação de impostos por parte de seus concorrentes no Sul do Estado.

Em 1973 o valor do pró-labore do Presidente voltou a ser assunto, dessa vez em Assembleia Geral Ordinária, ficando determinado pelos presentes que o mesmo não fosse alterado. No mesmo ano foi discutida a primeira Reforma Estatutária da Cooperja. Tais fatos, mostraram que a gestão estava sendo democrática, pois foi atendido o pedido dos associados em detrimento da vontade de seus representantes.

Foi também em Agosto de 1973 que os Conselheiros Administrativos deliberaram a respeito do investimento em plantel de suínos pela Cooperativa, e sobre a compra de uma máquina de classificar arroz, investimento que traria vantagens competitivas no mercado. No mesmo ano, a Cooperja se viu impossibilitada de liberar adiantamentos aos Associados, por conta de contratos a liquidar no Banco do Brasil.

Outro fato importante é que os conselheiros fiscais em 06 de Novembro de 1973, fiscalizaram o entorno da Cooperativa, momento em que verificaram que o pedido da ata anterior, referente à limpeza e conservação do pátio, havia sido atendido pelo conselho de administração, comprovando a interligação da gestão por ambos os conselhos.

No ano de 1974 o Conselho Administrativo voltou suas preocupações para a falta de entrega da produção por parte dos Associados. Os mesmos se sentiam na obrigação de entregar suas produções, depositando pouco, situação que complicava o funcionamento da Cooperativa e paralisava o seu crescimento. Na ocasião chegou a ser convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para resolver a situação que se estendeu por todo o ano.

Foi ainda em 1974 que a Cooperativa, mesmo com o problema da baixa entrega de produção e participação dos seus associados, começou a melhorar seus processos de gestão, com a contratação de um contador, e a primeira participação do Comitê Educativo em uma reunião do Conselho de Administração.

Até então, a Cooperja lidava com situações inerentes a sua própria criação recente: necessitava de maior organização administrativa; carecia de maiores esclarecimentos e de efetivas ações junto aos associados para fomentar o crescimento da cooperativa, sendo criado o comitê que lidava com desvios de valores e outras condutas criminosas por parte de seus funcionários. Entretanto, buscava decidir questões relevantes de forma democrática, com a convocação de assembleias extraordinárias contando com a participação do criado comitê educativo.

No dia 14 de Dezembro de 1974 o Conselho de Administração deliberou a respeito do primeiro grande problema enfrentado pela Cooperja: o desabamento do armazém, no dia 09 de Dezembro daquele ano, por conta de um forte vendaval. Nesse ponto, a continuidade da Cooperativa estava em xeque, e a reconstrução ou não do armazém seria debatida em uma Assembleia Geral Extraordinária, diante dos grandes prejuízos provocados, conforme se observa pelas imagens abaixo:

Figura 04 - Prejuízos causados com vendaval em 09/12/1974.



Fonte: Cooperja (2016)

Figura 05 - Prejuízos causados com vendaval em 09/12/1974



Fonte: Cooperja (2016)

Nesta Assembleia Geral Extraordinária, foi exposta a necessidade de recursos para a reconstrução e o perigo de dissolução da Cooperja, caso a decisão demorasse a ser tomada. Após debates os Associados decidiram que seria feita uma avaliação dos bens restantes, com o recolhimento das assinaturas dos interessados na recuperação da Cooperativa. Na ocasião, de imediato, a lista dos interessados na recuperação contava com a assinatura de 56 dos 160 associados.

Neste momento de dificuldade, a gestão social democrática se apresenta na estrutura organizacional até então existente, ao passo que fora deliberado sobre eventual dissolução da cooperativa ante aos problemas que eram enfrentados. Nota-se que na assembleia geral extraordinária convocada a cerca de um terço dos associados, compareceram e fizeram valer seu poder de decisão, somando-se o espírito de união, que move o cooperativismo.

Em Janeiro de 1975, diante da difícil situação, os Conselhos de Administração e Fiscal se reuniram para fazer um levantamento dos prejuízos acarretados pelo vendaval ocorrido. Apesar dos prejuízos materiais, o funcionamento administrativo estava regular, o Conselho Fiscal em reunião realizada em 01 de Fevereiro de 1975, constatou que o cofre, o caixa auxiliar e o livro caixa estavam em dia. Também a parte

de criação de suínos no campo agropecuários em parceria com a Secretaria da Agricultura estava regular.

Já em Março, outro problema foi detectado: irregularidades na contabilidade da Cooperativa. Nesse período, por conta do desabamento do armazém, grande parte dos associados se afastou da Cooperativa por não concordarem em subscrever suas quotas para a reconstrução da mesma.

Só em 31 de Maio do mesmo ano ficou decidido, em Assembleia Geral Ordinária, que as atividades da Cooperja seriam continuadas e o armazém reconstruído, sendo aprovadas pelos presentes as autorizações necessárias para financiamentos. Em Novembro de 1975 os financiamentos necessários para a reconstrução ainda não haviam sido acertados. O processo de reconstrução demorou, e a inauguração do novo armazém da Cooperativa aconteceu apenas no dia 1º de Maio de 1976.

Na ata da reunião ordinária do Conselho de Administração do dia 25 de junho de 1976 consta o registro de uma greve por parte de alguns funcionários da Cooperativa, que insatisfeitos com o reajuste de seus salários resolveram paralisar os trabalhos. Na mesma ata consta a preocupação com a educação cooperativista, com a citação de que um engenheiro agrônomo iria realizar palestras referentes ao trabalho cooperativo junto aos Associados.

Neste período a Cooperja passou por delicada situação, incidindo quatro fatores para tanto: de ordem administrativa relacionada novamente às irregularidades na contabilidade; de ordem trabalhista ante a greve dos funcionários motivados pela insatisfação do reajuste salarial; de ordem estrutural ante a necessidade de reconstrução do armazém e principalmente pelo afastamento dos associados, que são a essência da cooperativa.

A gestão democrática, ainda que observada, encontrava problemas relacionados a algo extremamente grave: a própria continuidade da cooperativa, o que fez com que o Conselho de Administração tenha registrado preocupação com a educação cooperativista, especificamente a falta dela, implantando palestras para os seus associados com a finalidade de difundir princípios e valores do cooperativismo.

Em Outubro de 1977 foi registrado na ata da reunião do Conselho de Administração um desentendimento entre o Presidente e ao Secretário, que se desentenderam particularmente e também por assuntos referentes à administração da Cooperativa. Neste momento, o Conselho Fiscal interviu contundentemente, utilizando-se de suas

prerrogativas, sugerindo ao Senhor Presidente e o Senhor Secretário que pedissem demissão dos cargos que ocupavam, e em caso contrário, seria convocada uma Assembleia Geral por este Conselho. Dias depois o Secretário pediu demissão, e fora tal fato discutido pelos Conselheiros que seriam implantados mecanismos para evitar tal situação prejudicial à Cooperja.

Na reunião subsequente, foi debatida a solicitação do INCRA, que pedia uma justificativa pela não realização de reuniões do Conselho de Administração nos meses de Fevereiro e Agosto de 1976. As mesmas não foram realizadas pelo não comparecimento suficiente de membros dos Conselhos. Situação que deixa clara as incertezas quanto à continuação dos trabalhos da Cooperativa e a consequência dos gastos com a reconstrução do armazém. No ano de 1977 os Conselheiros da Cooperja ainda deliberaram sobre a aquisição de financiamentos para pagar as faturas do adubo, prestes a vencer.

O ano de 1978 foi difícil para a Cooperativa, que enfrentava sérios problemas econômicos e de qualidade do produto, problemas estes que afastaram boa parte dos Associados.

Em 1978, em reunião do Conselho Fiscal, novos problemas com estoque foram registrados quando da fiscalização do Posto de Revenda. Quanto às conferências de dinheiro existente em caixa, cheques, vales e promissórias estavam tudo em ordem. Sendo solicitado ao Conselho de Administração uma providência urgente no controle de estoque.

Em 1979, o Conselho de Administração registrou divergências entre o estoque e as fichas. No mesmo ano foi discutida ainda a possibilidade de abertura de filiais na cidade de Praia Grande e em São João do Sul.

O Conselho Fiscal, novamente atuante, em 03 de Março de 1979, solicitou ao setor de produção que no dia da próxima reunião do Conselho, fossem providenciadas todas as fichas de entrada e saída de produção para que pudessem fiscalizar. Também exigiram ao Conselho de Administração que regularizassem o capital social, as sobras, as fichas de associados e ainda, eliminar os Associados que vinham atuando contra o Estatuto Social.

Em 1980, ainda enfrentando sérios problemas, os Conselheiros Administrativos decidiram que não seriam mais emprestados sacos para os associados que não estivessem depositando arroz na Cooperativa. Em Julho de 1980 o Presidente, na época Luiz Picolo, colocou em debate a área de ação da Cooperja, ficando definidos os municípios de Jacinto Machado, Praia Grande, São João do Sul e partes de Sombrio, Turvo e Timbé do Sul.

No ano de 1981, Ari Possamai Della assumiu a presidência da Cooperativa, com um déficit de CR\$2.000.000,00. Na época, mais uma vez, estava em jogo a continuidade dos trabalhos da Cooperja. Com poucos Associados, dívidas e desinteresse por parte dos sócios, a Cooperativa quase encerrou seus trabalhos.

Na ata da reunião do Conselho de Administração de 07 de Julho de 1981 há o registro de que a situação financeira da Cooperativa era ruim, e que havia a necessidade de um novo financiamento para o aumento de capital para, o pagamento de débitos e continuidade dos trabalhos.

Em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 24 de Julho de 1981, o gerente do Banco do Brasil falou aos presentes sobre a necessidade do aumento de capital da Cooperativa. Na ocasião foi aprovada por unanimidade pelos presentes a nova subscrição de capital, por parte de 40 agricultores.

O técnico contábil da CIDASC, na reunião do Conselho de Administração de 09 de Setembro de 1981, fez uma demonstração da situação financeira da Cooperativa, explicando que a mesma estava equilibrada financeiramente, ao contrário dos meses passados quando apresentava déficit. Um mês depois, em Outubro de 1981, ficou aprovada a abertura da filial de Praia Grande que, na visão do então Presidente, era um bom negócio para a Cooperja.

Em reunião do Conselho Fiscal em 13 de Dezembro de 1982, fora cobrado que o Conselho de Administração realizasse uma organização melhor nos produtos e mercadorias à venda nos estabelecimentos e seus controles.

Na ata da reunião do Conselho de Administração de 04 de Março de 1983 foi citada a questão da fraca participação dos Associados nas decisões da Cooperativa. Logo depois, em Assembleia Geral Ordinária em Abril, começou-se a perceber um maior envolvimento dos sócios já que na ocasião, após o balanço geral do ativo, passivo e administração de sobras e perdas, os presentes se manifestaram pedindo mais informações e esclarecimentos a respeito dos resultados obtidos.

Pelos registros das atas de reuniões, percebe-se a preocupação do Conselho de Administração com a gestão democrática da Cooperja, uma vez que a cooperativa é formada para e pelos associados. Se de um lado percebeu-se que os associados não estavam participando das decisões da cooperativa por próprio desinteresse, verifica-se depois que estava ocorrendo o aumento da participação dos associados, decorrente de melhores condições financeiras que a Cooperja havia conquistado.

Já em Julho do mesmo ano a Cooperativa foi assolada, mais uma vez, por fortes ventos que comprometeram sua estrutura, colocando em risco a produção e insumos armazenados. No mesmo mês os Conselheiros optaram pela recuperação da estrutura danificada, além da construção de uma nova ala para os insumos.

Em Agosto de 1983 o Presidente citou, em reunião do Conselho Administrativo, as dificuldades que a Cooperativa estava passando pela indecisão do agricultor, por conta da falta de recursos, pela redução dos subsídios agrícolas e também pelo mau tempo que resultou em uma queda de 40 a 50% no faturamento mensal da Cooperja em relação ao mesmo período do ano anterior. Por conta dessa instabilidade financeira, a abertura do posto de abastecimento de Praia Grande, que já estava programada, foi adiada.

O problema da baixa adesão de Associados foi tema de discussão na reunião do Conselho de Administração em 24 de Setembro de 1983, quando os Conselheiros apontaram a falta de divulgação do sistema cooperativista, a falta de visitas aos Associados e a falta de treinamentos para os mesmos, como o maior entrave no intercâmbio de ideias, gerando desinformação sobre os trabalhos e vantagens do cooperativismo. Já em Novembro do mesmo ano, consta em ata que o problema começou a ser reparado, com o bom andamento da campanha para novos sócios e a boa atuação do Comitê Educativo nessa campanha.

Nesse período o Comitê Educativo mostrou sua importância na difusão dos princípios cooperativistas, iniciando uma campanha com um material explicativo quanto aos objetivos, funções e trabalhos a serem desenvolvidos pelo Comitê, assim como uma cópia do regimento interno do mesmo, entregando aos novos sócios e destacando a importância do papel de cada membro do comitê para o sucesso deste movimento. Diante disto, o Comitê debateu também a necessidade de existir uma maior diferenciação entre sócios e não sócios (terceiros) da cooperativa, até então imperceptível.

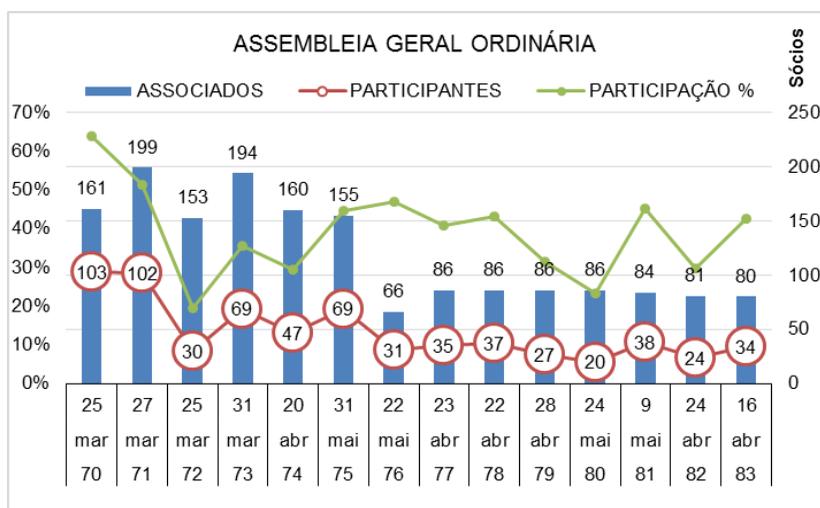
Além disso, foram propostas algumas ações para aumentar o quadro social da Cooperativa através de um Comitê Educativo atuante. Para a concretização deste objetivo, colocou-se em prática o programa do Comitê com as realizações de reuniões nas comunidades, sendo os próprios membros do Conselho os responsáveis por organizá-las, com o intuito de conquistar novos sócios e discutir assuntos de interesse comum.

Com os fatos expostos é possível verificar as dificuldades iniciais da primeira fase da Cooperja, que foi marcada por catástrofes naturais

que quase dizimaram os esforços dos fundadores, estes que com força de vontade e persistência reestruturaram a Cooperativa.

A primeira fase teve início em 1969 e perdurou até 1983, sendo marcada pela fundação e pelos desafios dos pioneiros da Cooperja. Ao analisarmos a participação em porcentagem, verificou-se que o número de associados presentes nas Assembleias Gerais Ordinárias ficou pouco abaixo de 40% em metade das oportunidades. Quanto ao número de participantes (quantidade efetiva) nas mesmas Assembleias, verifica-se que a partir da metade e no fim da fase a quantidade de participantes está bem abaixo de que do início, diante a diminuição da quantidade de associados no quadro social. Conforme verificamos no quadro abaixo:

Gráfico 01 - Assembleias Gerais Ordinárias (1969-1983).

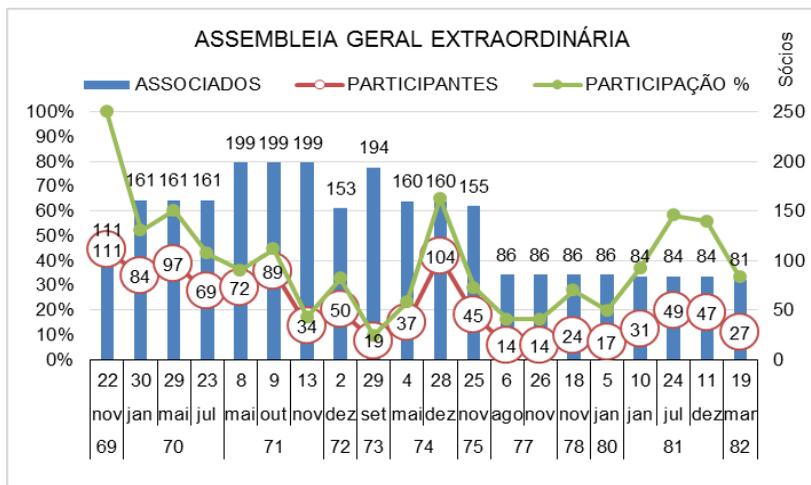


Fonte: Cooperja (2016)

Quanto ao gráfico das Assembleias Gerais Extraordinárias, verifica-se que no período houve a necessidade do aumento de encontros, comparando-se as outras fases, fruto da necessidade de organização da sociedade cooperativa, ao passo que a porcentagem média gira em torno de 38%, o que é um número bom de participação. Quão a análise da quantidade de associados presentes nas Assembleias Gerais Extraordinárias o número médio de participantes fora satisfatório no início da fase, mediano na metade da fase em diante, haja vista o baixo número de associados que compunham o quadro social. Salienta-

se que neste período a primeira Assembleia Geral Extraordinária registrou a presença de 100%, uma vez que se tratava da assembleia de fundação da cooperativa, senão vejamos:

Gráfico 02 - Assembleias Gerais Extraordinárias (1969-1983).



Fonte: Cooperja (2016)

Os dados que indica a participação dos associados nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias foram coletados minuciosamente das atas de presenças dos períodos.

Diante toda explanação da fase, verificou-se as grandes dificuldades enfrentadas pela Cooperativa Agroindustrial Cooperja neste primeiro período, sendo que a força de vontade dos fundadores a reergueram e deram os primeiros passos para a reestruturação.

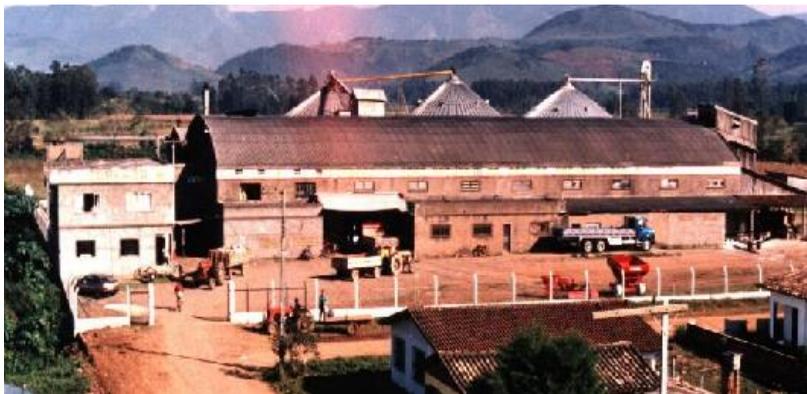
4.1.2. Os Esforços para a Reestruturação da Cooperja - 1984 a 1990

Na fase que foi de 1984 a 1990, a Cooperja começou a se reestruturar com foco, principalmente, na restauração do quadro societário, comprometido depois dos desastres naturais e consequentes despesas dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Em Assembleia Geral Ordinária, no ano de 1984, decidiu-se pela capitalização das sobras para deixar a Cooperativa com capital de giro e estabilizada financeiramente. Também no início do ano de 1984, com a Cooperativa começando a consolidar-se, foi aprovada a abertura do

Posto de abastecimento filial da Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado.

Figura 06 - Pavilhão depois da reconstrução do vendaval em 09/12/1974.



Fonte: Cooperja (2016)

No final do mesmo ano, em Assembleia Geral Extraordinária, os presentes deliberaram a respeito do financiamento para construção da uma unidade armazenadora com capacidade para 20 mil sacas ou mil toneladas de grãos e secador, possibilidade que foi colocada em votação e aprovada por unanimidade.

No início do ano de 1985, problemas administrativos ainda faziam parte do cotidiano da Cooperativa, por exemplo, a reclamação de um membro do Comitê Educativo, registrada em ata do Conselho de Administração, sobre o atendimento prestado por balconistas da filial de Praia Grande, que desobedecendo as decisões da diretoria, estavam realizando vendas a prazo indiscriminadamente e sem garantias. Por conta do problema, a loja foi fechada para balanço por uma semana.

Na fase em que a restauração do quadro social da Cooperja era prioridade, o desempenho do Comitê Educativo era ainda questionado. Em reunião do Conselho de Administração no dia 20 de Março de 1985, foi chamada a atenção dos conselheiros para uma maior conscientização sobre o funcionamento de uma cooperativa, os deveres, direitos e responsabilidades dos sócios e a importância da união em torno dos interesses comuns.

Em Assembleia Geral, em Abril do mesmo ano, o Presidente chegou a lamentar e a expor sua preocupação com o baixo número de presenças dos Associados nas Assembleias, ressaltando, na ocasião, a

importância e a necessidade da participação dos mesmos nas decisões da Cooperativa para se alcançar os objetivos almejados. Para solucionar o problema, ficou decidido que após a safra os Associados iriam participar de um treinamento para reativar o cooperativismo.

Preocupados com o bem estar dos trabalhadores da Cooperativa, o Conselho Fiscal em 01 de Abril de 1985, realizou uma enquete entre os funcionários questionando sobre os salários onde foi constatada uma insatisfação dos mesmos com relação a inflação que atuava diretamente em seus salários, os quais não viam condições de viver dignamente com os rendimentos percebidos, apesar de estarem satisfeitos com os serviços e a condição de trabalho da cooperativa.

Nota-se que o principal foco da Cooperja ainda continuava sendo a reestruturação, principalmente em relação aos associados que haviam deixado o quadro societário, bem como a baixa presença dos restantes nas assembleias realizadas.

Desta forma, em relação à gestão democrática, ainda que do ponto de vista formal estivesse sendo observada, ou seja, obedecendo ao previsto no estatuto constitutivo, do ponto de vista material não ocorria efetivamente, uma vez que a participação dos associados não era plena, situação esta inclusive que foi motivo de explanação por parte do presidente da Cooperja em uma das assembleias.

Preocupados com a participação, o Comitê Educativo se reuniu em 27 de Junho de 1985, onde restaram apresentados e discutidos os objetivos e funções do comitê. Após traçaram objetivos, entre eles: Organizar um grupo de associados para visitar outras cooperativas mais desenvolvidas e melhor organizadas, para ver e conhecer seu sistema de trabalho; Realização de reuniões nas comunidades organizadas e proferidas pelos próprios membros do comitê para sentir atuação - desempenho da atual administração da Cooperja, bem como colher ideias ou reclamações; Realização de um treinamento para os associados da cooperativa, para a discussão de deveres e direitos dos associados e obrigações da cooperativa.

No ano de 1986, continuaram os esforços para a reestruturação e o sucesso da Cooperja. Neste ano, o Conselho de Administração decidiu adquirir uma máquina empacotadora de grãos automática para a redução de mão de obra e redução do custo das embalagens. O Conselho discutiu ainda a necessidade de mais trabalhadores para aumentar a capacidade de produção da Cooperativa e a ampliação da filial em Praia Grande, ambos assuntos aprovados por unanimidade para o crescimento da Cooperja.

As estratégias para expansão da Cooperativa seguiam os objetivos delineados pelos Conselhos, porém algumas falhas persistiam em acontecer. O Conselho Fiscal registrou na ata de 01 de Agosto de 1986 que durante a fiscalização das fichas de controle foram observadas algumas sobras e falta de mercadorias por erros cometidos pelos vendedores, diante da grande demanda de serviço ou esquecimento da emissão de notas fiscais.

O Comitê Educativo continuou promovendo trabalhos de inclusão dos sócios e seus familiares na Cooperativa, destacando a importância dos trabalhos em grupo, da participação das mulheres nas tomadas de decisões na vida rural e na cooperativa.

Os Conselheiros aprovaram no início de 1987, a cobrança de juros de 15% nas vendas a prazo em todas as operações da Cooperativa. Foi também no início de 1987 que os mesmos estabeleceram um plano de trabalho para todo o ano, com destaque para a conclusão do silo e secador de Jacinto Machado, a conclusão do silo em Praia Grande, a ampliação da capacidade de beneficiamento de arroz, a aquisição de máquinas para o beneficiamento, tanques suspensos, estufa de maceração, máquinas para o empacotamento do arroz, caminhão; a realização de trabalhos para ampliação do quadro social; e a construção de uma oficina mecânica.

No meio do ano de 1987, com a maioria dos problemas internos resolvidos, o que preocupava os Conselheiros eram os problemas externos à Cooperativa. A preocupação com as indefinições da política agrícola e a desestabilização econômica do país ficaram registradas nas atas das reuniões do Conselho de Administração dos dias 04 de Maio e 10 de Junho de 1987. Na ocasião debateu-se a necessidade de se conter as despesas, investimentos, manutenção e até mesmo o quadro funcional da Cooperja.

Mesmo com os problemas econômicos do país, o objetivo dos pioneiros era o desenvolvimento da Cooperja. Para tanto, nos meses de Junho, Julho e Agosto, os conselheiros decidiram ampliar o setor de armazenamento e ainda fazer um levantamento para a armazenagem também de milho, atendendo, dessa forma, mais um setor da produção agrícola regional. Além disso, eles decidiram ampliar todos os segmentos que envolviam a industrialização da produção da cooperativa.

Ainda que os problemas iniciais de controle e administração estivessem praticamente resolvidos, cabendo aos conselheiros, nessa fase, principalmente o desenvolvimento da Cooperja, alguns entraves ainda atrapalhavam o andamento das atividades. Prova disso é o registro

da ata da reunião do Conselho de Administração de Setembro de 1987, onde foram relatadas deficiências referentes ao controle dos estoques.

Porém, o desenvolvimento da Cooperativa não podia parar e, no mesmo ano, o Conselho de Administração deu um passo importante para a educação, uma das principais bases do cooperativismo, decidindo arcar com as despesas com educação dos funcionários e filhos destes, além de iniciar um estudo de viabilidade para repassar o mesmo benefício aos Associados e seus filhos.

Em ata da reunião do Comitê Educativo realizada em 23 de Junho de 1987, foram estabelecidas as funções primárias do mesmo, principalmente, na divulgação do cooperativismo. Com isso, restaram estabelecidas frentes de trabalho, entre as quais: 1) Difundir a doutrina Cooperativista entre os associados; 2) Esclarecer aos associados quanto ao funcionamento e administração da Cooperativa; 3) Orientar os associados quanto as operações da Cooperativa sobre a forma de como podem ser praticadas; 4) Orientar os associados quanto aos serviços da Cooperativa, sobre a forma de como podem ser utilizados; 5) Incumbir-se ou colaborar na promoção das Assembleias Gerais, encarregando-se especialmente dos programas sociais dos mesmos; 6) Participar das iniciativas que visam a promoção da cooperativa e o cooperativismo; 7) Promover o cooperativismo e as ideias da ajuda mútua junto a outros órgãos de entidade e público em geral, difundindo as realizações e projeto da cooperativa; 8) Conscientizar os associados, levando-os maciçamente a participarem de todos os eventos da Cooperativa especialmente das Assembleias; 9) Organizar cursos e treinamentos, convidando expositores e buscando recursos junto a cooperativa, órgãos e entidades e 10) Manter um fluxo contínuo de informações e providências entre agricultores e cooperativa (administração) e cooperativa para agricultores.

Não perdendo o foco, o Comitê Educativo em 21 de Julho de 1987, traçou os planos de divulgação do cooperativismo, admissão de novos associados e na diversificação dos trabalhos promovidos pela cooperativa, por meio da realização de várias reuniões nas comunidades onde foram esclarecidas as atividades do conselho de administração. Ainda foram realizados alguns debates com a comunidade, visando colher subsídios para a tomada de decisões pelo Conselho de Administração. Além disso, foi criado um Programa Informativo Cooperja, apresentado na Rádio ao meio-dia, tratando sobre a divulgação dos trabalhos da Cooperativa e outros assuntos que se relacionam às comunidades.

Importante aspecto no que toca à gestão democrática ocorreu neste momento, uma vez que o Conselho de Administração da Cooperja decidiu pelo investimento em aspectos educacionais de seus associados, funcionários e dependentes. E quando relacionamos questões educacionais com gestão democrática, a efetividade desta em níveis relevantes é diretamente proporcional à educação de seus associados, aqui entendido de forma ampla como escolaridade e qualificação específicas relativas às atividades econômicas desenvolvidas por estes.

Já em 1988, com a melhoria da economia e o mercado favorável, o Conselho Administrativo deliberou sobre a adoção de dois turnos para aumentar a industrialização do arroz, sobre a exploração de outros mercados para a distribuição do arroz industrializado, e a definição de uma marca para registro e comercialização de arroz industrializado pela Cooperja.

Foi também no mesmo ano que o Conselho decidiu eliminar do quadro social, os Associados não participativos, e realizar um Programa de Educação Cooperativista nas escolas municipais e estaduais. Passo importante para o cooperativismo em 1988, também foi promulgada a Constituição Brasileira, com dispositivos para tratar da autonomia das cooperativas, dos direitos e garantias fundamentais, da definição do ato cooperativo, da tributação e do orçamento, e do papel do Estado no que se refere à ordem econômica e financeira das cooperativas, o assunto foi debatido pelos conselheiros da Cooperja.

Também restou estabelecido pelo Comitê Educativo que seriam elaboradas reuniões pré-colheitas, pós-colheitas e pré-assembleias nas Comunidades de Jacinto Machado e Praia Grande, objetivando encontrar todas as falhas e irregularidades do quadro social, visando uma maior participação de todos os associados.

Neste ano, foi promulgada a Constituição Federativa do Brasil, que tratou da autonomia das cooperativas, dos direitos e garantias fundamentais, da definição do ato cooperativo, da tributação e do orçamento competente à Lei Complementar, e ainda o papel do Estado, no que se refere a ordem econômica e financeira das cooperativas.

Assim, novas ações visando aperfeiçoar a gestão democrática foram tomadas pelo Conselho de Administração, destacando-se os esforços para aumentar os índices de participação dos associados, através de vários mecanismos, sendo penalizados os associados não participativos com a exclusão do quadro societário. Tal decisão decorre da necessidade do associado observar o poder/dever, isto é, não apenas o poder de decisão, mas o dever de participação nas escolhas.

No ano de 1989, a preocupação inicial da administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa era com as irregularidades encontradas no Balanço Geral do ano anterior. A falta de compromisso dos Associados também ainda era um grande problema, tanto que o Conselho de Administração chegou a decidir implantar um programa de contato com os sócios, através do setor de Comunicação, para aproximação e confirmação dos compromissos na armazenagem da produção na Cooperativa.

Quanto aos objetivos para o ano que se iniciava, os conselheiros administrativos definiram como prioritários o estudo e implantação do setor de mecanização, o início da construção do supermercado de Praia Grande, a ampliação dos depósitos de adubos, o desenvolvimento de programas de Educação Cooperativista, treinamentos para o Conselho Fiscal e Comitê Educativo, e a festa comemorativa de 20 anos de fundação da Cooperativa.

Em Abril de 1989 o Conselho de Administração da Cooperja discutiu sobre o baixo índice de recebimento da produção, ocasionado por chuvas, naquele período o recebimento ficou reduzido a um quarto do recebimento normal. Já em Junho, o mesmo Conselho decidiu auxiliar a comunidade na aquisição de material escolar para os alunos da área rural do município, reforçando o compromisso do cooperativismo com o desenvolvimento local e a educação.

Problemas democráticos também marcaram essa fase da Cooperja. Na ata da reunião do Conselho de Administração do dia 08 de Setembro de 1989, foi comunicado o descontentamento com a falta de democracia por parte do gerente da Cooperativa. Ficou registrado que as decisões do mesmo eram impostas, e não um consenso junto com o Conselho de Administração, por isso ele deveria ser substituído.

Neste momento, nota-se a primeira divergência relacionada à gestão democrática na Cooperja, fez que algumas decisões que deveriam ser tomadas pelo Conselho de Administração, Fiscal e Comitê Educativo foram tomadas de forma unilateral por apenas um funcionário, que por bem, foi desligado da cooperativa que primava pela gestão democrática.

Na ata da reunião do Conselho de Administração de 21 de Dezembro de 1989, está registrado o primeiro passo para que Vanir Zanatta se tornasse o Presidente da Cooperja, cargo que ocupa até hoje (2016). Naquela ocasião, o Conselho de Administração e o Comitê Educativo deliberaram sobre a indicação de nomes para os cargos. Para tanto, cada participante escreveu o nome do associado mais capacitado em um papel, e o resultado da votação foi o seguinte: Vanir Zanatta 11

votos, Valdi Checheto 08 votos, Ayrton Paulino Zanatta 07 votos, Aldo Brognolli 05 votos, José Kras da Silva 03 votos, Giacomo Casagrande 02 votos, Abílio V. Darolha 02 votos, Antônio Damiani e Paulo Juvêncio de Moraes com 01 voto cada.

Vislumbra-se nessa situação atípica exemplo de ato de gestão democrática, uma vez que a forma de escolha de eventuais candidatos à presidência da Cooperja ocorreu de maneira diversa as anteriores, com a indicação dos próprios associados sobre quem consideravam mais capacitado para a função, diferentemente de candidatura voluntária. Tal forma, ainda que também democrática, limita o poder de escolha dos associados.

A última reunião do Conselho de Administração do ano de 1989, tratou-se de uma reunião extraordinária. O assunto mais importante e preocupante era o estoque do arroz em casca que estava no final, por isso havia a necessidade de comprar o produto de terceiros para manter o mercado consumidor até a próxima safra.

Na reunião do Conselho Fiscal de 1989, restou constatado que haviam diversos atrasos nos pagamentos principalmente de pessoas não sócias, constataram também atrasos nas liquidações de débitos por parte de associados que não depositaram arroz, e cujo valores são altos e geram motivos para que o Conselho de administração tome medidas para solucionar este inconveniente.

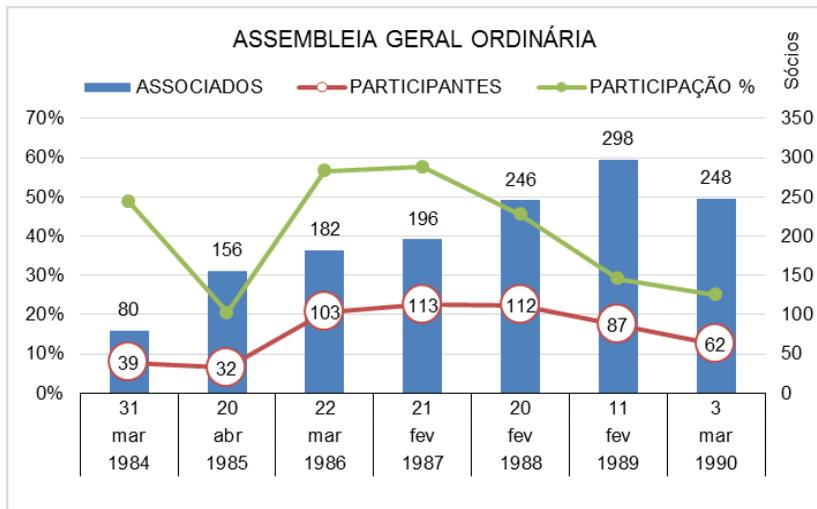
A primeira reunião dos conselheiros no ano de 1990 visou definir os objetivos da Cooperja naquele ano, entre eles destacam-se a prioridade para oferecimento de assistência técnica no campo, e a criação de um mercado em Jacinto Machado e outro em Praia Grande. Contudo, a década de 1990 começou com desafios, já que a Cooperja iniciou o ano sem arroz para beneficiar e com pouco capital de giro para aquisição do produto, situação que levou a Cooperativa, naquele momento, a apenas empacotar arroz de terceiros.

No mês de maio o Conselho de Administração deliberou sobre o desvio de arroz por parte dos Associados para terceiros, concluindo que o Comitê educativo poderia fazer reuniões nas comunidades para entender o motivo disso estar acontecendo. Na mesma reunião o gerente da Cooperja informou que a situação financeira da Cooperativa passava por momentos melhores, e que a mesma estava atuando apenas com recursos próprios.

A segunda fase, que fora de 1984 a 1990, foi marcada pela reestruturação da Cooperja. Ao analisarmos a participação em porcentagem, verificamos que o número de associados presentes nas Assembleias Gerais Ordinárias ficou acima de 45% a mais da metade

das oportunidades. Quanto ao número de participantes (quantidade efetiva) nas Assembleias Gerais Ordinárias na metade e final da fase observa-se que estão acima da quantidade do início da fase, haja vista a maior quantidade de associados no quadro social. Neste sentido segue o gráfico das Assembleias Gerais Ordinárias:

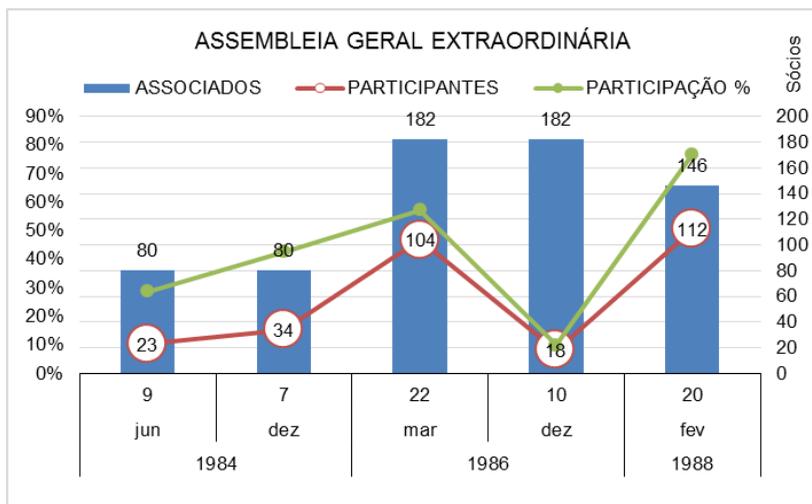
Gráfico 03 - Assembleias Gerais Ordinárias (1984-1990).



Fonte: Cooperja (2016)

Diante a leitura do gráfico das Assembleias Gerais Extraordinárias, verifica-se que a porcentagem média gira em torno de 43%, o que é um número bom de participação. Quanto a análise da quantidade de associados presentes nas Assembleias o número médio de participantes está satisfatório se considerarmos o número de associados e as condições em que foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias. Neste período as duas Assembleias Gerais Extraordinárias que registraram maior número de participantes foram realizadas no mesmo dia e simultaneamente as Assembleias Gerais Ordinárias, por tal motivo os números mostraram-se satisfatórios.

Gráfico 04 - Assembleias Gerais Extraordinárias (1984-1990).



Fonte: Cooperja (2016)

Os dados para a confecção dos gráficos de participação dos associados nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias foram coletados das atas de presença do período. Avançando a fase seguinte, denominada neste trabalho de Período de Consolidação, que compreende os anos de 1991 a 2002, conforme será visto adiante.

4.1.3. Período de Consolidação - 1991 a 2002

Na década de 1990 e anos 2000, houve significativa melhoria nas condições financeiras, administrativas e estruturais da Cooperja. Foi nesse período que a cooperativa ampliou sua atuação, passando a ser economicamente expressiva para a região. Nos primeiros meses de 1991, o Conselho de Administração, agora sob a presidência de Vanir Zanatta, buscou adquirir conhecimentos e trocar experiências em outras cooperativas. Foi também nesse período definido que o Comitê Educativo deveria apresentar melhores resultados quanto à participação dos Associados junto a Cooperativa.

A promoção de cursos e treinamentos para garantir essa participação efetiva dos Associados fez parte do plano de trabalho definido na reunião do Conselho de administração do dia 21 de

Fevereiro de 1991. Entre as definições do próximo exercício também constavam a construção da loja filial em Praia Grande, a transferência do silo armazenador para o silo secador e a construção de um depósito para produtos básicos alimentícios.

No mês de Julho os conselheiros decidiram que os próximos treinamentos seriam voltados para a realidade na agricultura e para o incentivo à participação das mulheres, com a disseminação dos métodos de administração rural aplicados para pequenos agricultores. Em Agosto os conselheiros decidiram usar os recursos disponibilizados pelo Banco do Brasil para instalar um mercado de consumo. Logo depois foi encaminhado o processo para a instalação de uma usina de beneficiamento de sementes e a transformação do silo em secador.

Importante salientar as ações desenvolvidas pelo comitê educativo, importante vetor da gestão democrática, vez que dentre as suas funções está a de informar e esclarecer os associados acerca das atividades da cooperativa.

Em 1992, com capacidade de armazenamento de 170.000 sacas/ano, com Associados para 150.000 sacas, os Conselheiros liberaram o depósito para além da cota adquirida pelos Associados. Foi também no início do ano de 1992, que o Banco Central aprovou a criação da Cooperativa de Crédito Rural de Jacinto Machado, a CREDIJA. Outra decisão que auxiliou no desenvolvimento da Cooperja foi o apoio do Conselho de Administração para o programa de autogestão na cooperativa.

Na ata da reunião do Conselho de Administração de 15 de Setembro de 1992, está registrada a importância que a Cooperja passava a representar para o município de Jacinto Machado, já que, segundo esse registro, em determinados meses a mesma contribuía com 50% do total do ICMS arrecadado pela prefeitura do município, sem contar o número de empregos e o desenvolvimento da agricultura local.

Na mesma ocasião, e reconhecendo o papel de destaque que a Cooperja representava para Jacinto Machado, o presidente da Cooperja e o futuro prefeito de Jacinto Machado, chegaram a assinar um termo de compromisso, onde ambos se comprometiam a manter um relacionamento que viria a beneficiar a Cooperativa e o Município, com foco no desenvolvimento socioeconômico local.

Na primeira reunião de 1993, o Conselho definiu como prioridades para aquele ano a implantação da oficina mecânica para máquinas agrícolas, a implantação do supermercado em Praia Grande, melhorias no sistema de industrialização de arroz (autoclave), a construção do armazém para insumos, a implantação de uma balança

para 60 toneladas, e a aquisição de um terreno para a construção do supermercado em Jacinto Machado.

Em Assembleia Geral realizada em Fevereiro de 1993, um associado chegou a cobrar o empenho da administração para a implantação da oficina mecânica para máquinas agrícolas dos Associados, uma das prioridades definidas pelos Conselheiros para o ano em exercício. Os esforços para a implantação do supermercado em Praia Grande também partiram dos Associados que resolveram capitalizar 01% do total da cota depósito para viabilizar o projeto, que começou a sair do papel em dezembro do mesmo ano.

Ainda que os projetos de desenvolvimento da Cooperja começassem a sair do papel, alguns problemas ainda eram registrados, como o depósito, por parte de alguns Associados, de arroz de baixa qualidade, que se misturava com o arroz bom. Na época a Cooperativa precisou também aumentar o volume de vendas para saldar as dívidas com empréstimos.

A Cooperja também fez parte, em 1993, de um comitê de combate a fome no município de Jacinto Machado, demonstrando preocupação com a promoção do desenvolvimento socioeconômico daquela comunidade. Em Agosto foi a vez dos Conselheiros aprovarem a construção de uma filial em Praia Grande, para recebimento, limpeza, secagem e armazenagem de arroz. O crescimento continuava e, em Novembro, ficou definida a instalação de mais um silo secador de arroz com capacidade para 20 mil sacas, e outro silo para milho com capacidade para 10 mil sacas. No mesmo ano, teve início ainda a construção da moega para milho.

O Conselho Fiscal em reunião datada de 25 de Julho de 1993, conversou com as gerências apontando irregularidades e falhas na gestão das lojas e supermercado, exigindo providências e melhorias nestes setores.

No início do ano de 1994, foram apresentados os bons resultados do ano anterior, inclusive com distribuição de sobras para os Associados, mas a Cooperativa foi confrontada com outro problema: a poluição atmosférica causada por suas atividades. Por isso, no plano de trabalho daquele ano, a recuperação do meio ambiente estava incluída com os outros projetos de expansão, como a construção de um depósito central para os mercados, implantação do sistema de autoclave, aquisição de máquinas selecionadoras de arroz, e a diversificação das atividades da Cooperja.

Em 28 de Abril de 1994, o Comitê Educativo sugeriu que fossem realizados cursos profissionalizantes para os associados nas

comunidades, com treinamento ao estilo dia de campo nas propriedades durante o dia, e de acordo com a atividade que esta desenvolveria na propriedade.

A diversificação das atividades da Cooperja e a importância de se buscar alternativas para a agricultura da região voltaram a ser assunto, um ano mais tarde, na Assembleia Geral Ordinária de 1995, quando se debateu sobre o cultivo de maracujá. No mesmo ano o conselho de Administração deliberou sobre a instalação de uma loja agropecuária em Santa Rosa do Sul e um Posto de Vendas no colégio agrícola.

O Conselho Fiscal se reuniu em 18 de Janeiro de 1995, ao passo que pediram a presença do contador para esclarecer o balanço e controle de estoque, diante da constatação de diferenças entre as fichas e a contagem do balanço, concluindo ao final da reunião que o controle através de fichas estava ultrapassado e ineficiente, devendo ser tomadas providências para a resolução dos problemas.

Em Maio de 1996, os Conselheiros debateram sobre a venda de insumos, já que a estimativa era de que o volume de vendas aumentasse de 1.800 toneladas para 3.000 toneladas. Na ocasião foi inclusive comentado sobre o reconhecimento da marca de arroz Caçarola na região.

Na reunião de 29 de maio de 1996 o Comitê Educativo ajustou que seria realizado um treinamento com o conselho de administração.

Fato importante ocorreu na reunião do Conselho Fiscal datada de 22 de Março de 1996, sendo que foi constatado pelos conselheiros um descumprimento do estabelecido democraticamente em assembleia geral, mais precisamente verificou-se uma mudança quanto ao limite das cotas partes, aonde a diretoria, na última reunião decidiu liberar 10% (dez por cento) acima das cotas, sendo que na Assembleia ficou estabelecida somente a cota e acima dela poderia depositar quanto quisesse, e cada um que usasse acima pagaria 02% sobre o uso. O conselho fiscal não concordou com a liberação de 10%, pois desta forma, ficamos na mesma situação do ano passado, beneficiando poucos associados. Por tal, motivo deve ser seguida a decisão da Assembleia Geral, pois tratava-se de decisão da maioria.

Neste cenário observou-se que gestão democrática estava sendo descumprida, mais diante de um Conselho Fiscal exercendo seu papel, a Gestão Democrática fora reconstituída, evitando-se o distanciamento dos sócios frente as decisões unilaterais ou de um pequeno grupo.

Na reunião do Conselho de Administração de 16 de Abril de 1997, o maracujá voltou a ser assunto, já que os Associados demonstraram interesse na abertura de um ponto de recebimento da

fruta, também em Santa Rosa do Sul, além de Jacinto Machado. Foi definido que as negociações para o projeto deveriam acontecer, já que com isso a Cooperja teria um aumento no volume de maracujá recebido.

Restou registrado que em 14 de Maio de 1997, em reunião do Comitê Educativo, o Presidente da Cooperja explanou sobre a importância da participação dos membros do comitê e dos associados, na tomada de decisões, no controle, nas informações e reclamações, para fomentar a tomada de decisões por parte do Conselho de Administração.

Na Assembleia Geral de 28 de fevereiro de 1998 foi registrada a participação de um Associado, que usou a palavra para reclamar sobre alguns funcionários da Cooperativa que, segundo ele, não estavam agindo de forma a considerar que a Cooperativa é dos Associados.

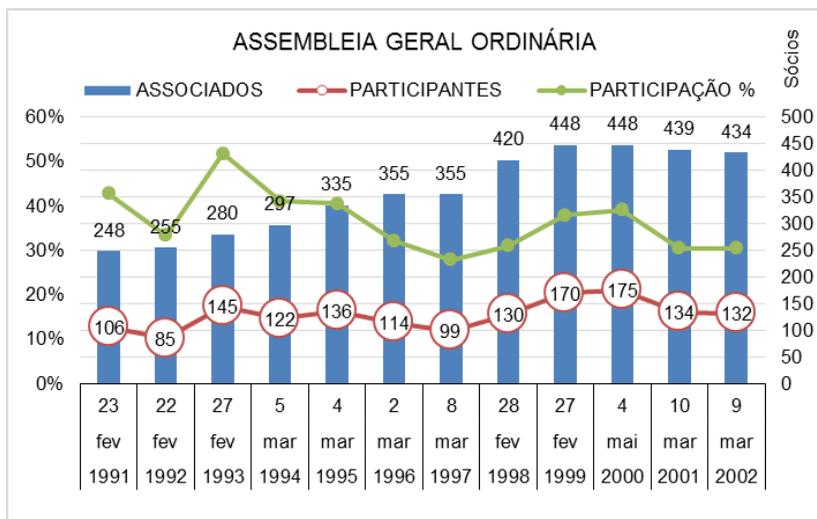
Em 1999, o plano de desenvolvimento da Cooperja continuou a acontecer com as definições de metas para o exercício, incluindo aumentar o faturamento em 20% com relação ao ano anterior, iniciar a industrialização do arroz branco, despolpar o maracujá em parceria com uma indústria distribuidora de polpa de frutas e tratar os efluentes da indústria de arroz. O bom momento pelo qual a Cooperja passava ficou registrado na ata da Assembleia Geral Ordinária de 1999, quando o auditor da Cooperativa elogiou a situação econômica da mesma.

No ano de 2002, foi registrado um interesse maior por parte de alguns Associados nos assuntos da Cooperativa. Naquele ano, em assembleia geral ordinária, alguns fizeram questionamentos sobre o preenchimento correto das notas fiscais, já outro registrou o interesse em que todos os Associados tivessem uma cópia do Estatuto, sugestão acatada pelo Presidente.

No período delimitado entre os anos de 1991 e 2002, a Cooperja apresentou significativo crescimento econômico, o que aliado à boa administração em todos os níveis e à gestão democrática, fez com que seus associados tivessem alcançado benefícios pouco possíveis sem o sistema cooperativo.

A terceira fase, que durou de 1991 a 2002, foi marcada pela consolidação da Cooperja. Por outro lado, ao analisarmos a participação em porcentagem, verificamos que o número de associados presentes nas Assembleias Gerais Ordinárias ficou acima de 30%. O número de participantes (quantidade efetiva) nas Assembleias Gerais Ordinárias no final da fase esta acima da quantidade do início da fase, diante da maior quantidade de associados no quadro social, conforme verifica-se no gráfico abaixo:

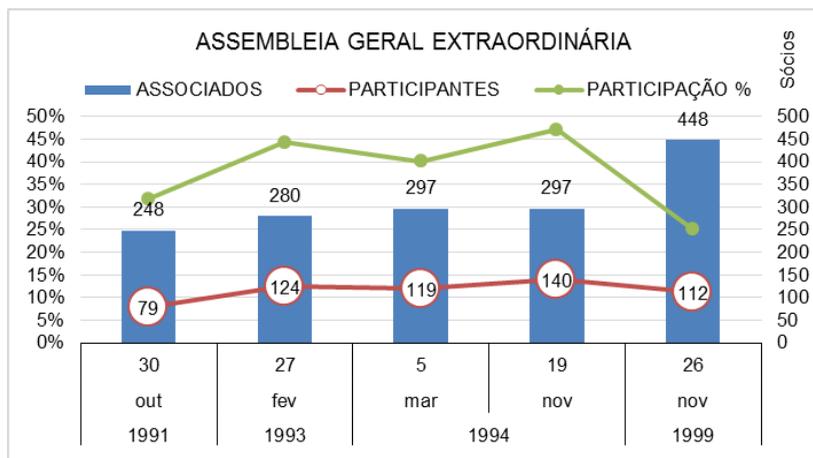
Gráfico 05 - Assembleias Gerais Ordinárias (1991-2002).



Fonte: Cooperja (2016)

Da leitura do gráfico das Assembleias Gerais Extraordinárias, verifica-se que a porcentagem média gira em torno de 37,5%, o que é um número bom de participação. Quanto a análise da quantidade de associados presentes o número médio de participantes está acima de 100 associados. Salienta-se que neste período algumas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias eram realizadas no mesmo dia e concomitantemente, por tal motivo os números mostraram-se satisfatórios.

Gráfico 06 - Assembleias Gerais Extraordinárias (1991-2002).



Fonte: Cooperja (2016)

Os dados para a confecção dos gráficos de participação dos associados nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias foram coletados das atas de presença do período. Concluída a terceira fase, passaremos a analisar a quarta e última fase, denominada neste estudo de Fase expansionista da Cooperja, abarcada pelos anos de 2003 a 2015, período em que ocorreu grande avanço do número de associados e do número de negociações anuais realizadas pela sociedade.

4.1.4. A Fase Expansionista da Cooperja - 2003 a 2015

Se a fase anterior da história da Cooperja representou o momento em que a mesma começou, efetivamente, a desenvolver seu trabalho, a última fase, que iniciou em 2003 e se estende até os dias atuais, é marcada pela expansão da Cooperativa. O marco dessa expansão foi a aprovação do Conselho de Administração, em Janeiro de 2003, para a abertura de uma filial no município de Santo Antônio da Patrulha, no estado do Rio Grande do Sul, para recebimento de arroz dos cooperados daquela região, contando atualmente com duas unidades receptoras de arroz em casca, conforme imagens abaixo:

Figura 07 - Vista panorâmica da Unidade da Cooperja de Jacinto Machado/SC.



Fonte: Cooperja (2016)

Figura 08 - Vista panorâmica da Unidade da Cooperja de Santo Antônio da Patrulha/RS.



Fonte: Cooperja (2016)

Logo em seguida, ainda no mesmo ano, é discutido pelo Conselho de Administração um levantamento para saber se alguns agricultores estariam interessados em produzir arroz sem agrotóxicos, sendo iniciada a produção do arroz sem agrotóxicos, *Naturizi*.

Paralelo a expansão, também seguiam os trabalhos dos Conselhos de Administração e Fiscal, e do Comitê Educativo, de forma atuante, com o intuito de aprimorarem ainda mais a organização e funcionalidade da Cooperja. As fiscalizações continuavam na Cooperativa e em seus segmentos e revendas. Prova disso foi que em 27 de Fevereiro de 2003 fora relatado na Ata do Comitê que os líderes solicitaram ao presidente a verificação do preço do milho, pois estava ocorrendo uma discrepância entre o valor do produto pago ao associado/agricultor e o maior valor revendido na loja agropecuária da Cooperja para consumidores.

Vale destacar ainda que, o mesmo Comitê seguia com suas ações para fidelizar e conquistar novos associados. Em Setembro do mesmo ano, os líderes propuseram cursos de conhecimentos das leis do campo para os associados e em 27 de Novembro de 2003 relataram em ata a importância da visita dos Conselheiros nas casas dos associados para medir o nível de satisfação dos mesmos quanto à administração da Cooperja.

Em 2004, após diversas conquistas, veio o reconhecimento pelo Anuário do Cooperativismo Catarinense, onde a Cooperja foi destacada como a primeira colocada em recebimento e beneficiamento de arroz de Santa Catarina. Juntamente com o reconhecimento veio a preocupação do Comitê Educativo em explicar e detalhar a função de cada um na organização. Com isso, foi distribuída entre os associados uma cartilha do líder que continha informações pertinentes ao tema. Também o Conselho Fiscal destacou a importância de realizar cursos sobre cooperativismo para que novos associados entendessem e conhecessem seus direitos e deveres junto a cooperativa.

Na ata do Conselho em 07 de Maio de 2004, citou-se que a Cooperativa foi criada para gerar desenvolvimento socioeconômico aos seus associados e não para enriquecimento pessoal, inclusive que desde sempre o objetivo da Cooperja foi o coletivo e não o individual.

Já em Julho de 2004, a Cooperja demonstrou sua preocupação com a questão educativa trazendo para Jacinto Machado, em parceria com o SESI, o Programa Brasil Alfabetização do Governo Federal. Essa preocupação também foi demonstrada por um Associado que na Assembleia Geral Ordinária do ano de 2005, sugeriu o aumento no número de membros do Comitê Educativo.

Em 2005, a qualidade das sementes de arroz também foi discutida pelo Conselho de Administração e Educativo, que reconheceram ser necessária a elaboração de um manual para alcançar uma germinação padrão da semente, e com isso elevar a qualidade da mesma.

FIGURA 09 - Sede da Cooperja - Conselho de Administração.



Fonte: Cooperja (2016)

Já em 2006, diante da grave crise enfrentada pela agricultura brasileira, foi realizada pelos agricultores uma manifestação pacífica com o fechamento da BR-101 na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, denominada “Último Grito do Campo”, visando chamar a atenção dos Governantes à situação que vivenciavam os agricultores da nossa região. Na ocasião a Cooperja aderiu ao movimento, doando carreteiro para os manifestantes.

Neste mesmo ano o Comitê Educativo relatou em sua ata que os produtores deixaram de investir na lavoura, pois reclamaram da falta de incentivo do Governo, mas o mesmo destaca que o fator climático e a qualidade da terra também foram agentes influenciadores do fato. Sugeriu realizar um trabalho de conscientização orientando os produtores e os técnicos a trabalharem mais nesta causa na entressafra, para diminuir os custos e elevar a produtividade.

Nesta fase, observou-se a completa integração da Cooperja à sociedade, não restringindo seu auxílio e apoio aos associados, viés social pilar do cooperativismo, mas seguindo a decisão da maioria e em

grande parte através de decisões das assembleias. Prova disso é que durante reunião realizada em 02 de Janeiro de 2007, o Presidente solicitou nomes para compor o Comitê Educativo daquele ano, e na reunião do mês seguinte foi explicado o papel do Comitê, que foi considerado o porta-voz da Cooperja nas comunidades.

Também no mesmo ano, foram realizados alguns convites para seminários sobre Aposentadoria Rural, Legislação Previdenciária, Encontro das Mulheres Cooperativistas, Encontro de Jovens Cooperativistas, entre outros eventos, com o intuito de incentivar os associados e seus familiares a se integrarem do sistema cooperativista e desenvolver a participação ativa nas decisões da Cooperja.

No ano de 2008, os Conselheiros decidiram disponibilizar aos Associados as informações do mercado de arroz diariamente na página da Cooperja, para que cada Associado pudesse decidir como e quando era melhor vender. No mesmo ano as exportações de arroz atingiram números significantes, a maioria das negociações foi realizada com países da África, mas também foram registradas exportações para o Chile. Na ata do Conselho Fiscal, registrada em 02 de Julho de 2009, foi citada a compra de uma máquina beneficiadora no valor de 700 mil reais para manter a demanda de exportação.

A Cooperja fechou o ano de 2009 atingindo uma produção de arroz beneficiado de quase 04 milhões de fardos (30kg cada), sendo que destes 648.628 foram exportados. Já em 2010 a Cooperja figurou entre as 400 maiores empresas do setor rural brasileiro no ranking da revista Exame, ocupando o 330º lugar e o 8º lugar entre as melhores do ramo. Na revista “Amanhã – Gestão – Economia – Negócios” a Cooperativa ocupou o 57º lugar no ranking das maiores empresas do sul de Santa Catarina.

Os negócios da Cooperativa seguiam com saldos positivos, assim como a participação do Comitê e dos Conselhos seguia atuante. Para manter e aumentar ainda mais o ritmo de crescimento, as fiscalizações continuavam na Cooperja e quando algo fugia da normalidade os líderes questionavam e solicitavam soluções do conselho de administração, como por exemplo, intensificação do controle sobre os caixas e quebras de caixa das lojas e dos mercados.

Sendo assim, neste mesmo ano, a Cooperativa aderiu ao Programa de Fortalecimento da Governança Corporativa/Autocontrole, com o objetivo de melhorar a gestão, qualificar os dirigentes, profissionalizar os colaboradores e investir na educação cooperativa dos Associados.

Em 2011, a Cooperja implantou o plano de cargos e salários dos funcionários, possibilitando a evolução dos mesmos dentro da Cooperativa. Também com o objetivo de organizar melhor o funcionamento das operações, foi instalado o programa 5S nas lojas agropecuárias da Cooperja. A comunidade também foi beneficiada com melhorias, com o apoio da Cooperativa para a instalação de internet nas propriedades rurais aos associados, conforme citado na ata do Comitê Educativo em 25 de Abril de 2011.

A evolução nos negócios também fez a Cooperja passar do 330º lugar em 2010, para o 307º no ranking de 2011 da revista Exame, uma das maiores do setor rural brasileiro. Os convites para que os associados participassem das pré-assembleias seguiam firmes e persistentes. Na ata do Comitê Educativo, datada em 14 de Novembro de 2011, registrou-se que o presidente explicou as novidades para o próximo ano e se comprometeu a criar mecanismos onde os associados pudessem expressar suas ideias e sugestões. Vale citar que foi no mesmo ano assinada a autorização do Conselho de Administração para a abertura do Posto de Combustível de Jacinto Machado, inaugurado no ano seguinte.

Já em 2012, começaram as discussões e a assinatura da autorização para a abertura de uma filial da Cooperja no município de Arco Verde, estado de Pernambuco. O Comitê Educativo mostrou-se novamente presente no funcionamento da Cooperja e registrou em ata no dia 11 de Junho do mesmo ano, sua opinião em fazer uma unidade independente de recebimento do arroz, pois o cuidado com a secagem do arroz branco deveria ser semelhante a de uma unidade de semente.

Também em 2012, 50 mulheres participaram do 10º Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas em Florianópolis. No início do ano de 2013 os Associados também se organizaram em uma visita a propriedades de arroz na Argentina, Paraguai e Uruguai.

No ano de 2013, que entrou em andamento o projeto de produção de álcool para os Associados da Cooperativa. Os Conselheiros deliberaram ainda a respeito da abertura de uma filial no Nordeste e da atuação de representantes de arroz em outros estados do país. Com a duplicação das vendas no Rio de Janeiro, sentiram ainda a necessidade de realizar mais visitas aos representantes e clientes.

Em reunião do Conselho de Administração no dia 05 de Abril de 2013 foi autorizada a abertura da filial da Fábrica de Ração de Praia Grande. Os Conselheiros também discutiram a possibilidade da Cooperja criar um registro exclusivo para a venda de produtos da terra, e o investimento no recolhimento de leite e fabricação de queijo. Com o crescimento dos projetos da Cooperativa, o presidente também

registrou, em reunião do Conselho de Administração, a necessidade de contratar um profissional para fazer os projetos, os licenciamentos ambientais e das obras.

A busca de aprimoramento por parte dos Conselhos e Comitê seguia firme. Na ata do Conselho Fiscal de 15 de Abril de 2013, foi citado um convite de capacitação dos Conselheiros Fiscais através de um Treinamento oferecido pelo SESCOOP e que seria realizado em Forquilha. Quanto mais os Conselhos e o Comitê entendia seu papel dentro da Cooperativa, maior era sua participação e colaboração dentro da organização. Prova disso foi que na reunião do Conselho Fiscal em 27 de Maio de 2013 foram discutidos sobre os títulos, duplicatas e adiantamento vencidos dos associados e clientes, também propostas de melhorias na parte funcional das lojas agropecuárias. Na ocasião foi apresentado pelo Gerente Vinícius um programa de fidelidade que seria proposto aos associados.

Observa-se que as reuniões do Comitê Educativo têm um papel importante, além da Gestão Democrática, evita que desencontro de informações prejudiquem o andamento da Cooperativa. Neste ponto cabe destacar que em 03 de Maio de 2013, o Presidente Vanir foi questionado por um Conselheiro, se era verdade que a Cooperja iria abrir uma farmácia, Vanir garantiu que isso era mentira, que a Cooperja não tinha essa intenção, pois tal fato nem fez parte das discussões em pré-assembleias ou assembleias.

Outro ponto importante foi o registro em ata no dia 15 de julho de 2013 da reforma estatutária que será apresentada na próxima Assembleia Geral Extraordinária. Um dos principais motivos dessa reforma seria a alteração ou inclusão dos CNAES, para que se pudesse dar continuidade na abertura de novas filiais. Outra alteração seria a adequação do Estatuto Social ao novo Código Civil. Todas essas alterações foram apresentadas aos conselheiros, após aprovadas foram colocadas à disposição da Assembleia.

Ainda no ano de 2013, o arroz da Cooperja foi bem recebido no Panamá, inclusive com campanhas na televisão. Na ocasião, a Cooperativa exportava para o país 20 contêineres de arroz branco e 07 de arroz parboilizado por semana. Já em 2014, a AMESC divulgou dados da Secretaria Estadual da Fazenda, apontando Jacinto Machado entre os municípios de Santa Catarina que mais cresceram nos últimos anos, crescimento, de acordo com o prefeito do município, possibilitado em grande parte pela Cooperja e seus Associados. Tendo em vista que desde o 1º evento do CDC realizado em 2005, este cresce ano após ano, em 2013, os Conselheiros e demais associados, sentiram a necessidade e

decidiram pela construção de um pavilhão para a realização de eventos no Campo Demonstrativo Cooperja.

Figura 10 - Campo Demonstrativo Cooperja.



Fonte: Cooperja (2016)

Aproveitando os bons ventos, na reunião do dia 16 de Agosto de 2013 foi autorizada a abertura da filial do Centro de Distribuição na cidade de Feira de Santana, na Bahia. No mesmo ano, representantes da Cooperja visitaram outras cooperativas para conhecer o programa de fidelização de associados, e decidiram pela implantação do mesmo na Cooperja após aprovação em Assembleia Geral.

Foram realizadas pesquisas com os sócios da cooperativa para que estes avaliem a Cooperja em geral, suas lojas, supermercados, funcionários, vendedores externos, setor de maracujá, combustível, orientação técnica, conselho de administração, curso de educação Cooperativista e novos diretores e conselho fiscal. O questionário foi entregue pelos vendedores externos, e cada associado pôde entregar em uma Loja Agropecuária da Cooperja mais próxima até dia 31 de dezembro de 2013.

A ata da reunião Ordinária do Conselho Fiscal datada em 09 de Dezembro de 2014 trouxe os dados da pesquisa realizada. Com mais de mil associados apenas 300 votaram. Para o ano seguinte foi traçado uma estratégia para aumentar o número de participantes e dando mais tempo aos associados para responderem as perguntas. Além disso, ficou

definida a contratação de uma equipe especializada para a elaboração do questionário.

Na mesma ocasião, fora mencionada que os gerentes, o contador e advogado da Cooperativa deveriam apresentar um estudo com sugestões e alterações para a adequação do Estatuto da Cooperja, para que este fosse levado e debatido em pré-assembleias próprias voltadas ao tema, para aprovação dos associados e posteriormente seja levada a votação em Assembleia Extraordinária.

Vale citar ainda que o Programa Fidelidade registrado no texto anteriormente foi colocado em prática a partir de 01 de Maio de 2014. Este programa foi criado para bonificar os associados que são fiéis a Cooperja. Primeiramente, foi trabalhado apenas com os insumos, em seguida, o projeto será ampliado a todos os ramos de atuação da Cooperja. O Gerente Vinícius fez um levantamento dos inscritos: 380 associados aderiram ao programa, sendo que o potencial de compras desses associados ultrapassou a marca de R\$ 20 milhões em insumos. Houve também a exclusão de alguns associados do programa por má conduta.

Também em 2014, o Presidente Vanir explicou durante a reunião do Comitê Educativo que com 60 anos de idade e 10 anos de Cooperativa, depois da primeira retirada, o associado teria direito a devolução de 02 em 02 anos. Um estudo para modificar o estatuto seria realizado para liberar a devolução com 25 anos de sociedade. Outro ponto importante ocorrido no mesmo ano, foi a definição da marca da ração que passou a se chamar *Rações Dom Joaquim*, em homenagem ao Engenheiro Agrônomo incentivador da fundação, atendendo ao pedido de associados realizado em assembleia geral realizada anos antes.

Foi inaugurado, em 2015, o novo Supermercado de Praia Grande, as obras do Centro de Distribuição dos Supermercados foram praticamente concluídas, a Cooperja começou a beneficiar arroz branco em Santo Antônio da Patrulha/RS e foi inaugurado um Supermercado em Balneário Gaiivota, aumentando o quadro de funcionários para mais de 500 empregos diretos:

Figura 11 - Supermercado Cooperja de Praia Grande/SC.



Fonte: Cooperja (2016)

Foi em 2015 que a Cooperja investiu em um terreno para a nova indústria de Jacinto Machado a ser situada no bairro Araçá. Neste mesmo ano a Fábrica de Rações começou a distribuir ração nas lojas agropecuárias e a filial de Arco Verde começou a ser instalada. O Programa Fidelidade da Cooperja, conforme registro na ata da reunião do Conselho de Administração de 19 de Maio de 2015, contava até então com 333 Associados e um faturamento de mais de 22 milhões de reais.

O Projeto Agricultura Familiar também começou a ser colocado em prática em 2015, com uma funcionária atuando na área. No mesmo ano os Conselheiros deliberaram sobre o contato com a empresa Irgovel de Pelotas para a produção de óleo do farelo de arroz. Para ampliar ainda mais a área de atuação da Cooperja, em AGE realizada em 2015, foi acrescido aos objetivos no Estatuto Social da Cooperativa a venda do gás de cozinha. Na mesma AGE, realizada em 19 de Junho de 2015, um Associado pediu que a Cooperativa se mantivesse fora da política partidária.

Também o Conselho Fiscal teve atuação nesta reunião, elogiando o Programa de Fidelidade e reforçou que o que mais fideliza o associado é o fato de a Cooperativa oferecer insumos com o melhor preço em relação à concorrência, e continuar mantendo a política de preço final do produto dos associados. O mesmo Conselho aponta ainda três itens para a Cooperativa ser excelente em preços: fertilizantes, defensivos e futuramente o TRR - Transportador Revendedor Retalhista.

Na Reunião do Comitê Educativo fora explanado que o Programa de Fidelidade será mantido, os contratos estão sendo renovados, uma vez que no primeiro ano, das 400 adesões, um total de 350 associados receberam a bonificação. A ideia tem o propósito de que o associado adquira na Cooperativa que é sua. Atualmente, o programa encontra-se na sua segunda edição, tendo registrado 580 participantes inscritos, que receberão 03% de bonificação. Esta será paga em dinheiro conforme a movimentação de compras realizadas na cooperativa, sendo que os valores dos associados serão entregues em evento a ser realizado em 23 de Junho de 2016, inclusive com palestra e demais premiações.

Na ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de Fevereiro de 2016 a Cooperja contava com 1.530 associados. No ano de 2015, a apuração do resultado de sobras da Cooperja atingiu o valor de R\$ 9.705.584,88 (nove milhões, setecentos e cinco mil, quinhentos e quatro reais e oitenta e oito centavos). O Conselho de Administração colocou em apreciação as propostas de integralização de 100% das sobras ao capital e deixou em aberto para os associados darem sua opinião ou efetuarem outra proposta. Sendo acatada a proposta da diretoria, esta foi colocada em votação, e aprovada por unanimidade dos presentes na assembleia.

As sobras de 2015 em cada setor foram de: nas lojas agropecuárias 4,17%; supermercados 5,4%; sementes 4,9%; maracujá 9,5%; posto de combustível 1,49%; Transportador Revendedor Retalhista - TRR 2,23%. Ainda as sobras no setor de arroz foram de R\$ 1,55 por saca de cota utilizada e no setor de milho R\$ 1,54 por saca de cota utilizada. Tais valores serão incluídos na conta capital do associado, conforme a sua movimentação destes itens.

Ainda na ocasião foram eleitos membros para compor o Comitê Educativo de Jacinto Machado (10 membros), Praia Grande (08 membros), Santa Rosa do Sul (06 membros) e Santo Antônio da Patrulha/RS (08 membros). O Núcleo Feminino restou composto por 08 mulheres de diversas comunidades em que a Cooperja atua. Tanto o Comitê Educativo como os Núcleos Femininos realizam 05 reuniões anuais para tratarem de assuntos de interesse da Cooperativa e comunidades que estão inseridos.

Também cabe citar o cronograma que a Cooperja promove aos associados e à comunidade. São eles: Pré-Assembleias (Janeiro); Campo Demonstrativo Cooperja - CDC (Fevereiro); Comemoração ao Dia Internacional da Mulher (Março); Festa do Trabalhador (Maio); Encontro das Flores Cooperja (Maio); o Programa Fidelidade (Junho); o Baile da Colheita (Julho); Cursos para novos associados (Agosto);

Eventos de devolução do Capital Social (Maio, Julho, Setembro e Novembro); Aniversário da Cooperja (de 05 em 05 anos); Outubro Rosa; Novembro Azul; Costelaço - Festa de Final de Ano aos Trabalhadores e Associados (Dezembro). Além disso, são realizadas diversas viagens de estudos e de cursos ministrados aos Associados e eventos vinculados a OCESC e SESCOOP.

A Cooperja promove, ainda, diversos encontros com os seus associados entre eles por meio de quatro Núcleos Femininos, Cooperjovem nas escolas e Comitês Educativos. Não menos importante são as revistas mensais “PARCEIRO” que são distribuídas mensalmente aos associados, há mais de 14 anos, trazendo em seu conteúdo, notícias, dicas, cotações mercadológicas, eventos, estudos e outras informações da Cooperativa e de seus parceiros. Além do mais, semanalmente, a Cooperja realiza o Programa Informativo Cooperja em duas rádios locais, FM e AM. Possui ainda um endereço eletrônico, www.cooperja.com.br, que contém as informações acima citadas.

Todo início de ano são traçadas as metas para os próximos meses. Na reunião, foi explanado pelo coordenador que a intenção é aumentar o faturamento bruto para R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). Também restará iniciada a transferência do local atual da Indústria de Jacinto Machado do centro para o terreno adquirido no bairro Araçá e da Loja de Praia Grande para o local do antigo mercado. Além disso, outros pontos foram levantados, sendo eles: a inauguração do Centro de Distribuição dos Supermercados; o início da construção do Supermercado de Santa Rosa do Sul; a realização de estudos sobre a aquisição de energia elétrica no mercado livre a fim de baixar os custos e avaliar projetos de energia elétrica (casca do arroz e extração de óleo do farelo de arroz). Todos os objetivos apresentados foram aprovados por unanimidade.

Outra questão repassada aos associados foi o valor já devolvido de capital social no período de 1995 a 2015, chegando ao montante de R\$ 12.673.333,00 (doze milhões, seiscentos e setenta e três mil, trezentos e trinta e três reais), sendo que deste total, 65% são referentes à aposentadoria. Também foi tratado que, em Julho de 2016, será feito um evento para a devolução da conta capital dos associados que completarem 25 anos de associação da Cooperja, conforme fora decidido na última alteração estatutária. Ainda a Cooperja mantém uma forma de devolução do capital social de até 25% do capital ao associado que necessitar realizar tratamento de saúde, comprovadamente emergencial.

Insta salientar que desde o ano de 1991, Vanir Zanatta exerce a função de presidente do Conselho de Administração. Ainda que a “alternância de poder” seja pilar da democracia, tal situação atípica não trouxe prejuízo à Cooperja, isso em razão da capacidade administrativa do presidente reeleito, e em razão do exercício pleno de gestão democrática, que incute aos associados a decisão de escolha do presidente; sobre acatar ou não decisões estratégicas visando o crescimento da cooperativa, além de todo tipo de esclarecimento e sugestão. Pesa nesta decisão que neste período, desde que Vanir assumiu a Cooperja, esta ocupava a posição de “menor” cooperativa de arroz de Santa Catarina, sendo que atualmente a Cooperja é a “maior” Cooperativa de arroz do Brasil.

Não menos importante, cabe lembrar que Vanir assumiu a Cooperja em 1991, quando tinha apenas 26 anos de idade, em uma época de grandes incertezas no mercado, somando-se as desconfianças dos líderes mais experientes.

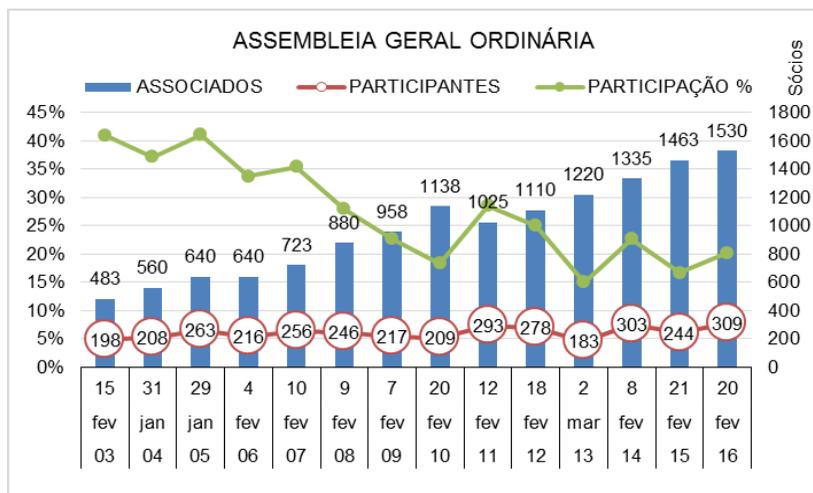
No que concerne ao nível de participação dos associados nas decisões da cooperativa, esta pode estar diretamente ligada a fatores extremos, como por exemplo: os associados enxergam na Cooperja, uma fonte de luz e de reduto, para o combate contra as discrepâncias e dificuldades vivenciadas pelos pequenos agricultores e suas famílias no campo.

Quanto à análise da evolução da Cooperja desde sua fundação até os dias atuais, dificuldades foram enfrentadas, mas a persistência dos sócios foi determinante para alavancar a Cooperja, além da observação inequívoca da gestão democrática que propicia a justa tomada de decisões, sendo referência para outras Cooperativas.

A quarta e última fase, que durou de 2003 a 2015, fora marcada pelo forte crescimento do número de associados, uma vez que o quadro associativo da Cooperja triplicou. Por outro lado, ao analisarmos a participação em porcentagem, verificamos que o número reduziu para aproximadamente 20% de presentes nas Assembleias Gerais Ordinárias. Quanto ao número de participantes (quantidade efetiva) nas Assembleias Gerais Ordinárias, observa-se que ao fim da fase possui uma quantidade maior do que no início da fase. Soma-se ainda que, a presente fase também foi marcada pelo aumento do número de pré-assembleias nas comunidades, ao passo que as mesmas interferem na quantidade de participantes das Assembleias Gerais, pois muitos dos associados comparecem nas reuniões de pré-assembleias e não comparecem nas Assembleias Gerais por entender que já estão cientificados do dia a dia

da cooperativa e do será tratado na Assembleia Geral. Neste sentido segue o gráfico das Assembleias Gerais Ordinárias:

Gráfico 07 - Assembleias Gerais Ordinárias (2003-2016).



Fonte: Cooperja (2016)

Antes de analisar o gráfico das Assembleias Gerais Extraordinárias, cabe mencionar que esta sistemática de assembleia fora realizada, principalmente nesta fase para modificação do Estatuto Social da Cooperja, por isso que somente no final da fase consta este tipo de assembleia geral, conforme se verifica no gráfico abaixo.

Da leitura do gráfico abaixo, verifica-se que a porcentagem média gira em torno de 4%, o que é um número baixo de participação, entretanto, se analisarmos a quantidade de associados presente na principal alteração do Estatuto da Cooperja, datado de 19 de junho de 2015, verifica-se que número de participantes fora de 108 pessoas, o que está satisfatório, frente ao momento atual vivenciado pela cooperativa.

Gráfico 08 - Assembleias Gerais Extraordinárias (2003-2015).



Fonte: Cooperja (2016)

Os dados para a confecção dos gráficos de participação dos associados nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias foram coletados das atas de presença do período. Salientando que, a Assembleia ocorrida em Fevereiro de 2016 analisa a aprovação das contas do ano exercício anterior. Por tal motivo, restou considerado neste estudo.

Desde o surgimento até os dias atuais, a Cooperja passou por diversos momentos nestes mais de 45 anos de existência, ao passo que, considerando estas peculiaridades e lapso de tempo, realizou-se a divisão em 04 fases que serão objeto de breves considerações e análise de tabelas de participação, contemplando todo o período de existência, senão vejamos.

4.1.5. Considerações Finais do Capítulo:

O presente capítulo compreende desde a fundação, evolução organizacional, financeira, estrutural e societária da Cooperja, analisando o nível e profundidade da participação dos associados na tomada de decisões junto a cooperativa nos mais de 45 anos de fundação, sob o prisma da gestão social democrática.

Na primeira fase da Cooperativa Agroindustrial Cooperja começa no ano de sua instalação em 1969, quando pouco mais de 100

agricultores, incentivado pelo Engenheiro Agrônomo Joaquim Pedro Coelho deram os primeiros passos para o funcionamento da mesma. Período este que entre autos e baixos, a gestão democrática firmava seus primeiros alicerces, dentre eles: a votação para a construção do primeiro pavilhão, no ano de 1970; o escoamento do arroz beneficiado para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná; os primeiros casos de desvio de produtos e valores; a reforma Estatutária; criação do Comitê que lidava com desvios de valores e condutas criminosas por parte dos funcionários; desabamento do armazém e impasse acerca da sua reconstrução; greve dos funcionários motivados pela insatisfação do reajuste salarial; abertura das filiais na cidade de Praia Grande e em São João do Sul; preocupação em se obter um aumento da participação dos associados. Quanto a análise da participação, verificou-se que o número de associados presentes nas Assembleias Gerais Ordinárias ficou pouco abaixo de 40%, já em Assembleias Gerais Extraordinárias porcentagem gira em média dos 38%. Diante os acontecimentos explanados é possível verificar as dificuldades iniciais da Cooperja, sendo esta marcada por catástrofes naturais e por problemas operacionais que quase arruinaram o empenho dos fundadores, estes que com força de vontade e persistência reestruturaram a Cooperativa.

A segunda fase que compreende os anos de 1984 a 1990, a Cooperja começou a se reestruturar com foco, principalmente, na restauração do quadro societário; aprovação da abertura do Posto de abastecimento filial; organização de um grupo de associados para visitação a outras cooperativas mais desenvolvidas e melhor organizadas; realização de reuniões nas comunidades; realização de um treinamento para os associados da cooperativa, para a discussão de deveres e direitos dos associados e suas obrigações; aquisição de uma máquina empacotadora de grãos automática para a redução de mão de obra e redução do custo das embalagens; a ampliação da capacidade de beneficiamento de arroz; aquisição de máquinas para o beneficiamento; tanques suspensos; estufa de maceração; máquinas para o empacotamento do arroz; caminhão; a realização de trabalhos para ampliação do quadro social; e a construção de uma oficina mecânica; criação de um Programa Informativo; adoção de dois turnos; Programa de Educação Cooperativista nas escolas municipais e estaduais; início da construção do supermercado de Praia Grande; ampliação dos depósitos de adubos; desenvolvimento de programas de Educação Cooperativista; treinamentos para o Conselho Fiscal e Comitê Educativo; oferecimento de assistência técnica no campo; criação de um mercado em Jacinto Machado e outro em Praia Grande, bem como a reestruturação da

Cooperja. Deste modo, verificaram-se novas ações visando completar a gestão democrática tomadas pelo Conselho de Administração, incluindo cada vez mais a participação dos associados, através de vários mecanismos, penalizando-os com a exclusão do quadro societário caso não houvesse participação. Verifica-se que o número de associados presentes nas Assembleias Gerais Ordinárias ficou acima de 45% a mais da metade das oportunidades, bem como nas Assembleias Gerais Extraordinárias, a porcentagem média gira em torno de 43%.

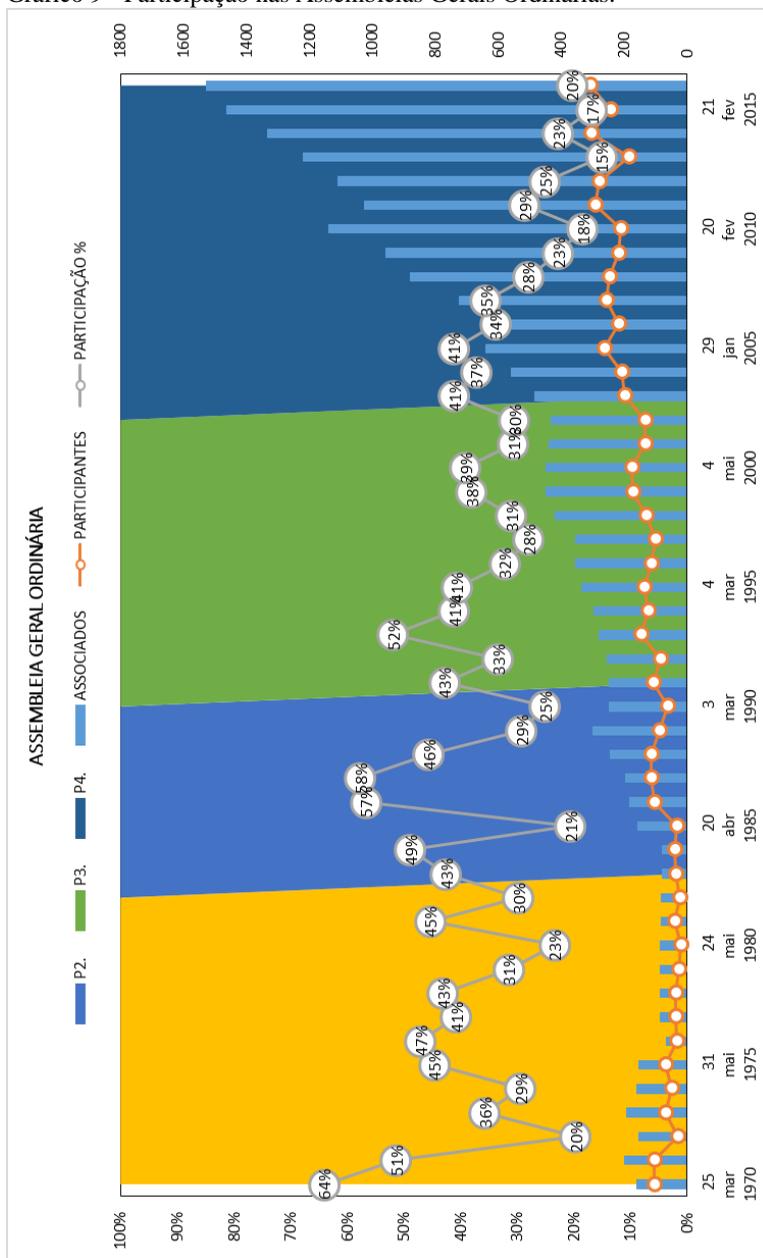
Na terceira fase, que se deu de 1990 a 2002 foram marcados pela terceira fase, onde houve significativa melhora nas condições financeiras, administrativas e estruturais da Cooperja, bem como a Gestão Democrática fora reconstituída, evitando-se o distanciamento dos sócios frente às decisões unilaterais ou de um pequeno grupo. Nesse período definiu-se que o Comitê Educativo deveria apresentar melhores resultados quanto à participação dos Associados junto a Cooperativa; promoção de cursos e treinamentos; construção da loja filial em Praia Grande; transferência do silo armazenador para o silo secador e a construção de um depósito para produtos básicos alimentícios; incentivo à participação das mulheres; criação da Cooperativa de Crédito Rural de Jacinto Machado – CREDIJA; contribuição com aproximadamente 50% do total do ICMS arrecadado pela prefeitura do município; empregos e desenvolvimento da agricultura local; implantação do supermercado em Praia Grande; melhorias no sistema de industrialização de arroz (autoclave); construção do armazém para insumos; implantação de uma balança para 60 toneladas; aquisição de um terreno para a construção do supermercado em Jacinto Machado; integrante de um comitê de combate à fome no município de Jacinto Machado; aprovação da construção de uma filial em Praia Grande para recebimento, limpeza, secagem e armazenagem de arroz; construção da moega para milho; instalação de uma loja agropecuária em Santa Rosa do Sul e um posto de vendas no colégio agrícola; abertura de um ponto de recebimento de maracujá, em Santa Rosa do Sul, além de Jacinto Machado. Com relação ao número de associados presentes nas Assembleias Gerais Ordinárias verifica-se que ficou acima de 30%, bem como, nas Assembleias Gerais Extraordinárias, a média gira em torno de 37,5% de participações.

A quarta e última fase, iniciou em 2003 e se estendeu até 2015, é marcada pela expansão da Cooperativa. O marco dessa expansão foi à aprovação do Conselho de Administração, em Janeiro de 2003, para a abertura de uma filial no município de Santo Antônio da Patrulha, no estado do Rio Grande do Sul, para recebimento de arroz dos cooperados

daquela região; fora iniciada a produção do arroz sem agrotóxicos, *Naturizi*; em parceria com o SESI, o Programa Brasil Alfabetização do Governo Federal; figurou entre as 400 maiores empresas do setor rural brasileiro no ranking da revista Exame, ocupando o 330º lugar e o 8º lugar entre as melhores do ramo; na revista “Amanhã – Gestão – Economia – Negócios” ocupou o 57º lugar no ranking das maiores empresas do sul de Santa Catarina; adesão ao Programa de Fortalecimento da Governança Corporativa/Autocontrole, com o objetivo de melhorar a gestão, qualificar os dirigentes, profissionalizar os colaboradores e investir na educação cooperativa dos Associados; instalação do “Programa 5S” nas lojas agropecuárias; abertura do Posto de Combustível de Jacinto Machado; abertura de uma filial da Cooperja no município de Arco Verde, estado de Pernambuco; andamento do projeto de produção de álcool para os Associados da Cooperativa; autorizada a abertura da filial do Centro de Distribuição na cidade de Feira de Santana, na Bahia; beneficiamento do arroz branco em Santo Antônio da Patrulha/RS; inauguração de um Supermercado em Balneário Gaivota. Neste período a porcentagem média gira em torno de 4% tanto nas Assembleias Gerais Ordinárias e como nas Extraordinárias.

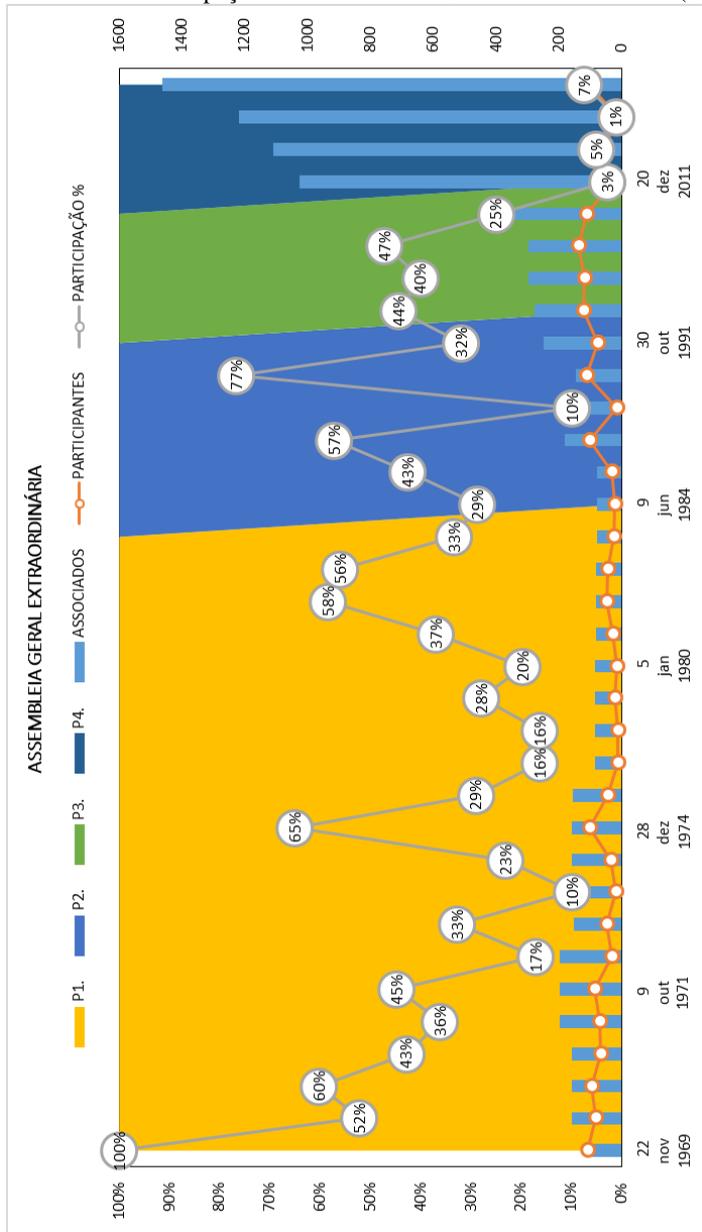
Para melhor compreensão do número de associados e da participação nas Assembleias Gerais, foram confeccionados dois gráficos englobando todo o período desde o surgimento até o final do exercício financeiro de 2015, que restaram divididos em Assembleias Gerais Ordinárias e Assembleias Gerais Extraordinárias, sendo que após as tabelas abaixo realizaremos a considerações finais de todo o trabalho objeto de estudo, senão vejamos:

Gráfico 9 - Participação nas Assembleias Gerais Ordinárias.



Fonte: Cooperja (2016)

Gráfico 10 - Participação nas Assembleias Gerais Extraordinárias (1969-2015).



Fonte: Cooperja (2016)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, buscou-se investigar sobre o cooperativismo como forma diferenciada de Gestão Social e o seu papel no processo de desenvolvimento socioeconômico. Teve como plano de fundo o estudo de caso sobre a Cooperativa Agropecuária Cooperja.

Ao acompanhar a trajetória das sociedades cooperativas é possível perceber uma notável evolução desde sua origem, devido ao seu modo organizado, e impulsionadas por sua evolução legislativa. Assim, para conseguir atingir seus objetivos, essas sociedades aliadas em prol de um bem comum pautaram-se nos princípios basilares dos seus idealizadores.

O cooperativismo, quando desenvolvido dentro dos princípios definidos desde os idealizadores de *Rochdale*, possibilita ao associado ter acesso pleno a todos os direitos individuais, políticos, sociais e econômicos que asseguram a estes uma vida digna, com inserção na comunidade e na sociedade.

Desse modo, comprova-se que existe um papel importante na participação política e no desenvolvimento local da cidadania pelo cooperativismo, visto que este é um caminho de respeito à dignidade e à cidadania. Requer um comportamento de valorização de todos os associados, bem como respeito às ideias alheias. Possui espaço para descentralização das decisões, oportunidade de acesso às informações e, acima de tudo, capacidade de participação associativa. O que mostrou-se comprovado na Cooperja.

Os valores sociais cooperativistas se mostraram presentes na Cooperativa, que desde sua fundação, contou com membros engajados e focados em construir uma organização que propiciasse o bem comum e auxiliasse no crescimento social e econômico dos seus cooperados. Mesmo passando por fases difíceis, a Cooperja manteve firme a atuação dos seus Conselhos que fiscalizavam, sugeriam e decidiam democraticamente os rumos da cooperativa sempre focando no seu crescimento e na participação de todos.

A Gestão Social Democrática se faz presente e de forma muito clara nas informações registradas em atas, em que associados e diretoria discutiam a melhor solução a tomar diante de dificuldades e desafios enfrentados em seu cotidiano. Quando algo acontecia, o caso era colocado em questão e através dos votos todos tinham o direito de se expressar.

Os erros e acertos desde sua fundação foram debatidos e analisados nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, e

também nas reuniões do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal e Comitê Educativo, todas estas devidamente registradas em suas respectivas atas e neste estudo trazidas para análise. Não deixando de citar também, a importância das Pré-Assembleias e das consultas realizadas com os associados e associadas.

Conforme discutido nesta análise, as cooperativas que estão assentadas na Gestão Social Democrática aplicam seus princípios embasados no cooperativismo, visando o desenvolvimento social, deste modo, diminuindo as desigualdades sociais.

Para fins de realização desta pesquisa, houve a análise da Cooperja, com o objetivo de verificar se há a conservação dos valores sociais cooperativistas, tendo como foco a gestão social democrática. Dentro da temática suscitada, é possível responder aos questionamentos outrora sugeridos e concluir que o princípio da Gestão Social Democrática é aplicado na Cooperja. Através do apanhado histórico da organização, observa-se o sentimento de coletividade que se manteve presente, mesmo nas principais dificuldades para a sua instalação, crescimento e desafios dos seus idealizadores.

Existe na Cooperja um modelo de Gestão Social Democrática adotado? Sim existe. Quando se realiza uma retrospectiva das fases iniciais da cooperativa até os dias atuais, conclui-se que ela nunca perdeu o foco do cooperativismo e da democracia, aprimorando, com o passar do tempo, os princípios cooperativistas, em especial, o da Gestão Social Democrática que é aplicado com peculiaridades próprias.

Os associados eram solicitados para decidir se seria feito ou não algum investimento necessário, como aquisição de máquinas, por exemplo. Quando surgia o interesse de realizar alguma parceria com entidades públicas, participar de algum Congresso, propiciar cursos de aprimoramento, os cooperados eram consultados e se aprovado pela maioria, o projeto seguia adiante.

Ao analisar a terceira e última questão, se há na Cooperja, atualmente, a preocupação com a formação de associados à luz dos princípios da Gestão Social Democrática, pode-se afirmar que esta postura se faz presente. A Cooperativa mantém e moderniza a cada ano sua prática de oferecer informação e cursos de aprimoramento sobre o cooperativismo, técnicas rurais, conscientização do meio ambiente, informações do mercado financeiro referentes aos produtos e serviços disponibilizados pela Cooperativa. Além disso, possui canais de interatividade entre o associado e a diretoria, almejando com isso reduzir ruídos na comunicação.

Constatou-se que a Cooperja contribuiu para o crescimento socioeconômico do Município de Jacinto Machado, onde está localizada sua matriz, como também da região em que atua. Propiciou uma melhora significativa na qualidade de vida de seus associados por meio de ações socioeducativas. Em resumo, assumiu um papel de grande importância neste cenário e tornou-se referência de desenvolvimento socioeconômico local, pois sempre buscou a inclusão social e econômica de todos os indivíduos integrados neste sistema, por meio da Gestão Social Democrática.

Neste passo o cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos, mostrando-se como uma alternativa contra as mazelas do capitalismo, desde que alimentada por uma gestão social democrática, que busque o interesse coletivo e social de seus integrantes, afastando o pensamento meramente mercantilista e individualista vivenciado nos dias atuais.

Entretanto, não basta que a cooperativa seja um meio para o desenvolvimento socioeconômico, é necessário que haja participação ativa de todos os cooperados, agindo na plenitude da Gestão Social. Fazendo-se assim valer o objetivo do cooperativismo, de forma atuante e efetiva, pautados nos princípios cooperativistas. Caso contrário, o pensamento cooperativista teria apenas cunho utópico, sem aplicação prática e sem reflexos no desenvolvimento socioeconômico da região.

Da verificação da média de participação em assembleias gerais, cujos dados foram retirados das atas, observa-se que o número de participantes é satisfatório, uma vez que atualmente as maiores discussões são realizadas no decorrer do ano e afinadas nas pré-assembleias.

Verificou-se que a Cooperja promove diversos eventos com os associados e com a comunidade em geral, onde repassa informações, presta assistência técnica, recebe sugestões e críticas por meio de canais de comunicação criados para este fim.

Constata-se que a Cooperja é um reduto de segurança para armazenagem e comercialização, além de assistência técnica proporcionando desenvolvimento socioeconômico dos associados e das comunidades em que a Cooperativa atua, bem como reguladora de mercado evitando o alvitramento ou assoberbamento de preços, por parte do setor privado.

Com o desenvolvimento econômico da Cooperja, houve um aumento do número de associados atingindo a marca de 1530. Sendo assim, verificou-se que a Cooperja implanta técnicas de aproximação e participação de todos os cooperados, como por exemplo, a utilização de pré-assembleias, implantação dos Comitês Educativos e do Programa de Fidelidade. Assim, possibilita ao associado assimilar a tríade de ser dono, usuário e cliente.

Com o crescimento da cooperativa, observa-se um aumento nos canais de participação dos associados, ressaltando que desde a primeira fase até a presente data, houve um avanço na educação cooperativista, que se somando a outros fatores, torna o associado apto a desenvolver suas ideias e destacar seu ponto de vista, que é fundamental na aplicação do poder de decisão e de uma gestão social democrática, e evita que se instalem os fatores que causam a degeneração da sociedade cooperativista.

Chama atenção que na Cooperja os Núcleos cooperativistas se tornam espaços democráticos de discussão, levantamento de dados, de informação e de fomento da participação dos associados.

Para que a Cooperja continue sendo referência, independentemente do conselho administrativo e fiscal eleito, importante, ao nosso sentir, é a implantação de um controle interno, que se faça necessário para permitir e desenvolver a segurança de suas ações, visando proteger os ativos, assegurar o fim social e resguardar o interesse dos cooperados.

A grande diferença entre a sociedade cooperativista e a empresa privada é o modo de como ela é administrada, sendo que a gestão social democrática é o fiel da balança, que utilizando e aplicando os princípios cooperativistas, evita que as sociedades cooperativas tornem-se empresas estritamente capitalistas.

Assim, com a aplicação dos princípios cooperativistas em especial da gestão social democrática, se estabelece um espaço onde possibilite maior fidelização dos cooperados ao passo que as dúvidas são sanadas, as sugestões são ofertadas e as críticas explanadas. Com isso, o cooperado, confiante, sente-se útil, criando e recriando o espírito cooperativista.

REFERÊNCIAS

ACI -ALIANÇA COOPERATIVISTA INTERNACIONAL. **Identidad y Principios Cooperativos. Declaración adoptada por el Congreso y Asamblea General 1995 de la ACI. Cudecoop**, Montevideu, 1996.

ALEXANDRE, J. M. Especial de 56 anos de Jacinto Machado. **Jornal Volta Grande**, Jacinto Machado, 24 jul. 2014. Caderno Especial, p. 3.

ALMEIDA, M. E. M. de & BRAGA, R. P. (coord.) – **Cooperativas à Luz do Código Civil** – São Paulo: Quartier Latin, 2006.

ALVES, F. A. MILANI, I. A. **Sociedades Cooperativas: regime jurídico e procedimentos legais para constituição e funcionamento**. Ed. 2º. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

AMESC. **Histórico AMESC**. Disponível em: <<http://www.amesc.com.br/conteudo/?item=1426&fa=284&PHPSESSID=1bcr ah8cffemum2q0hccr8bvm1>>. Acesso em 19 de maio de 2016.

AMSTAD, T. **Memórias autobiográficas**. Tradução de Arthur Rabuske. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.

ARRAES, R. A. E.; BARRETO, R. C. S. **Capital social, políticas públicas e desenvolvimento econômico**. Fortaleza: UFC, 2003.

BECHO, R. L. **Tributação nas cooperativas**. São Paulo: Dialética, 2008.

BENECKE, D. W. **Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países de terceiro mundo**. Porto Alegre: Coojornal; Recife: Assocene, 1980.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e Gestão de Organizações Cooperativas**. 2ª Ed., 2012, Ed. Atlas.

_____ Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, nº. 01, p. 93-118, jan/mar 2007. Ed. Sober.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Organizado por Michelangelo Bovero. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. 20. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BRASIL - A. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

> Acessado em: 11 de abril de 2016.

_____ - B. **Código Civil de 2002**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acessado em: 11 de abril de 2016.

_____ - C. **Código Tributário de 1966**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm> Acessado em: 11 de abril de 2016.

_____ - D. **Lei 5.764/71**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm> Acessado em: 11 de abril de 2016.

_____ - E. **Lei 12.690/12**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm> Acessado em: 11 de abril de 2016.

BULGARELLI, W. **As Sociedades Cooperativas e a sua Disciplina Jurídica**. 2ª Edição. Ed Renovar. São Paulo, 2000;

CARVALHO, A. D. **O cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global**. São Paulo: Baraúna, 2011.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R. da, **Metodologia Científica**. 6ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

COMPARATO, F. K. Repensar a democracia. In: LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; ALBUQUERQUE, P. A. M. (Orgs.). **Democracia, direito e política**: estudos internacionais em homenagem a Friedrich Müller. Florianópolis: Conceito Editorial, 1993.

COOPERJA. **Histórico Cooperja**. Disponível em:

<<http://www.cooperja.com.br/historico.php?id=1>>. Acessado em 19 de maio de 2016.

CORREA, D. **A Construção da Cidadania – Reflexões Histórico- Políticas**. Rio Grande do Sul, 2002.

CRUZ, P. S. A. **A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Suma Econômica, 2000.

CRÚZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DALLARI, D. A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DEMO, P. **Participação comunitária e constituição: avanços e ambiguidades**. São Paulo: Planpea, 1989.

ESTEVAM, D. O.; MACIEL, R. O.; RONÇANI, L. D. Cooperativismo Não Patrimonial e desenvolvimento regional: a criação da Cooperrica. RDE - **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 15, p. 134-142, 2013.

FECOAGRO - Federação Das Cooperativas Agropecuárias De Santa Catarina - **Indústria De Arroz Investe Para Ampliar Produção**, 2008. Disponível em: <http://www.fecoagro.coop.br/industria-de-arroz-investe-para-ampliar-producao/> Acessado em 06 jul. 2016.

_____ - **Cooperja esta entre as maiores do Brasil**, 2012. Disponível em: <http://www.fecoagro.coop.br/cooperja-esta-entre-as-maiores-do-brasil/> Acessado em 06 JUL. 2016.

FERREIRA, P. R. **A educação cooperativista em minas gerais: mapeando as organizações**. Dissertação de Mestrado. UFV: Viçosa, 2005.

FONTANELLA, P. H. **Jacinto Machado: Capital da banana**. Tubarão (SC): Dehon, 1991.

FRANCO, A. **Ação Local: a nova política da contemporaneidade**. Brasília: Agora – Instituto de Política, Fase, 1995.

FRANKE, W. **Influência rochdaleana na legislação cooperativista brasileira e problemas atuais** In: FRANKE, W. ; FARIA, G. E. ; PÉRIUS, V. F. ; et. al. A interferência estatal nas cooperativas. Porto Alegre: Fabris, 1988.

FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GALVÃO, A. C. F. **Política de desenvolvimento regional e inovação: a experiência da União Européia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Infográficos: Dados gerais do município de Jacinto Machado**, 2015. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=420870&search=jacinto-machado>> Acessado em 11 abr. 2016.

LEAL, R. G. **Estado, administração pública e sociedade: novos paradigmas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

MAIA, D. M. **Desenvolvimento humano para a validação dos princípios e valores cooperativistas**. 2003. Disponível em: <http://rehue.csociales.uchile.cl>. Acessado em 09 de Julho de 2014.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Trad. De Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINE, A. **Modernização e emprego no campo**. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetes, 1987.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração: da Revolução Urbana à Revolução Digital**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2002.

MEINEN, E.; PORT, M. **O Cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã**. Brasília: Confebras, 2012.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008

NASCIMENTO, F. R. **Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NAZZARI, R. K. **Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PERIUS, V. F. **Cooperativismo e lei**. São Leopoldo: Ed Unisinus, 2001.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

POLONIO, W. A. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 2ª Edição. Ed. Atlas. São Paulo. 1999.

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

PRESNO AMODEO, N. B. **As cooperativas agropecuárias e os desafios da competitividade**. Tese de doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, Rio de Janeiro. 1999.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**, São Paulo, LTr, 2000,

Disponível em:

<<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:2000:000582302>> Acessado em 9 ago. 2015.

ROCHA, C. L. A. **República e Federação no Brasil: traços constitucionais da organização política brasileira**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

ROSSI, A. C. S. **O Cooperativismo como movimento social de resgate da cidadania à luz dos princípios constitucionais**. Dissertação de Mestrado defendida na UFPR, Curitiba, 2003.

SCHNEIDER, J. O. **O Panorama Mundial, Nacional e Estadual do Cooperativismo**. In: Perspectiva Econômica. São Leopoldo, v.12, n.38, 1982.

_____. **Democracia – participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: Unissinos, 1991.

SILVA FILHO, C. V. **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constituição Positivo**. 29. Ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, M. A. **Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI**. Ponta Grossa, 2003.

STAHL, R. L.; SCHNEIDER, J. O. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, n°. 2, p.197-206, maio/ago. 2013.

VALADARES, J. H. **Participação e poder: o comitê educativo na cooperativa agropecuária**. Dissertação de Mestrado. Lavras: UFLA, 1995.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo uma revolução Pacífica em Ação**. Ed. DP&A. Rio de Janeiro. 2002.

VEIGA, S. M.; RECH, D. **Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VENTURA, E. C. F.; FONTES FILHO, J. R.; SOARES, M. M. **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília, Banco Central do Brasil, 2009.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VIEIRA, R. S. **A Cidadania na República Participativa: pressupostos para a articulação de um novo paradigma jurídico e político para os conselhos de saúde**. Tese de Doutorado, UFSC. Florianópolis, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

YIN, R. **Case Study Research: Design and Methods** (2^a Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1994.